

**SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL
Contributo para a Intervenção na
Fábrica de Cerâmica das Devesas**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura realizada por Mariana Teresa Vieira Alves da Silva sob a orientação científica do Professor Doutor Joaquim José Lopes Teixeira e co-orientação do Professor Doutor Luís Filipe Mariz de Matos Ferreira.

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Porto, Fevereiro 2015

“(...) para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro (...)” (Távora, 1947)

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores Professor Doutor Joaquim Teixeira e Professor Doutor Luís Mariz pelo interesse, pela disponibilidade, pela dedicação e pelas críticas construtivas ao longo do trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pela paciência e acima de tudo por acreditarem sempre em mim.

Ao Afonso pela compreensão, paciência e força.

À minha madrinha pela força motivadora, pela revisão de textos e pelo carinho.

À Ana pelo apoio e motivação incansáveis ao longo do trabalho.

À minha família em geral e aos meus amigos pelo ânimo nas alturas mais delicadas deste longo percurso de aprendizagem.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o resultado final desta dissertação, um sincero obrigado.

RESUMO

Pretende-se com esta investigação, refletir e explorar novas, ou outras, formas de salvaguarda e valorização do património industrial, tendo em conta o seu estado de conservação e a conjuntura de crise económica atual.

Partindo de um caso de estudo em concreto, a Fábrica de Cerâmica das Devesas, percorre-se ao longo da dissertação um caminho metodológico, que procura outros modos de intervenção, que considerem o edificado existente e a história industrial, mas, sobretudo, que sejam mais contidos do que as grandes operações de intervenção realizadas neste tipo de espaços, no passado.

Do particular (caso concreto da Fábrica de Cerâmica das Devesas,) para o geral, exploram-se as problemáticas inerentes ao património industrial no contexto nacional, reconhecendo a sua importância e potencial para as cidades e populações (identidade e memória), enquanto elementos fundamentais para o conhecimento das questões técnicas, arquitetónicas, históricas e sociais e enquanto pólos de dinamização urbana.

Palavras-chave: Indústria Cerâmica; Salvaguarda; Reabilitação; Património Industrial; Vila Nova de Gaia.

ABSTRACT

The present research aims at reflecting and exploring new, or other, ways to safeguard and value industrial heritage, taking into account its conservation status and the current economic crisis.

Starting with a specific case study, the Fábrica de Cerâmica das Devesas (Devesas' Ceramics Factory), the research follows a methodological path searching for other methods of intervention, that take into account the existing buildings and the industrial history, but above all, that are more contained than the great intervention operations performed on this type of spaces, in the past.

From the particular case - the Fábrica de Cerâmica das Devesas – to the general context, the inherent issues of industrial heritage are explored in the national context, recognizing its importance and potential for the cities and their inhabitants (identity and memory), as fundamental elements to understand technical, architectural, historical and social issues and as hubs of urban revitalization.

Keywords: Ceramics Industry; Safeguard; Rehabilitation; Industrial Heritage; Vila Nova de Gaia

ÍNDICE

RESUMO	5
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	
I. MOTIVAÇÃO	11
II. OBJETO	12
III. OBJETIVO	13
IV. METODOLOGIA	14
V. ESTRUTURA	15
VI. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-BASE	15
I. A FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS	
1.1 FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS EM ATIVIDADE	
1.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ÉPOCA	25
1.1.2 CONTEXTO URBANO	29
1.1.3 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FÁBRICA	37
1.1.4 CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO	51
1.2 PÓS-ENCERRAMENTO DA FÁBRICA	
1.2.1 CARACTERIZAÇÃO E VALORES DO COMPLEXO FABRIL EXISTENTE	
1.2.1.1 ESTADO DE CONSERVAÇÃO	65
1.2.1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS	69
1.2.2 PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	71
1.2.3 PROJETOS DE LOTEAMENTO	77
II. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE CASOS DE ESTUDO	
2.1 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	83
2.2 ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO	
2.2.1 FÓRUM CULTURAL DE ERMESINDE	91
2.2.2 FÁBRICA ROBINSON	103
2.2.3 EDIFÍCIOS E VESTÍGIOS	115
2.2.4 LANDSCAPE PARK DUISBURG NORD	123
III. CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	
3.1 PROBLEMÁTICAS SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	133
3.2 CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO NA FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS	143
3.3 PROPOSTA DE PROGRAMA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA FÁBRICA	149
3.4 CONTRIBUTO PARA UM PLANO DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA FÁBRICA	153
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	177
ÍNDICE DE FIGURAS	183
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

“O pós-industrial convida a agir durante e para além da “espera” pois nestes períodos de lenta oxidação podem-se também reinventar novas possibilidades. E enquanto esse futuro não chega, podemos redefinir expectativas e descobrir outras abordagens, pois, seguramente, o futuro chegará diferente daquilo que imagináramos.” (Moreira, 2014: 121)

Ao longo das paisagens de inúmeras cidades europeias encontram-se magníficos e imponentes espaços pós-industriais, que representam uma época áurea da atividade económica dos séculos passados (XIX e XX), mas que se encontram atualmente ao abandono, correndo o risco do seu desaparecimento para a memória futura das cidades.

Hoje em dia, grande parte destes edifícios encontram-se sem atividade, abandonados, degradados, em estado de ruína, devido a um conjunto de fatores, tais como a deslocalização da produção, a terciarização e a mudança para tecnologias menos poluentes. Todos estes motivos levaram ao abandono dos edifícios industriais, que passam por um processo de desmantelamento, com a retirada das máquinas, o roubo de sistemas (vendidos à sucata), ou o contrabando de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro), que aceleram o processo de ruína, criando um pós-vida industrial.

Pretende-se com esta investigação, refletir e explorar novas, ou outras, formas de salvaguarda e valorização deste património, tendo em conta o seu estado de conservação. Partindo de um caso de estudo em concreto, a Fábrica de Cerâmica das Devesas, percorre-se ao longo da dissertação um caminho metodológico que procura ir ao encontro de outros modos de intervenção que considerem o edificado existente e a história industrial, mas, sobretudo, que sejam mais contidos do que as grandes operações de intervenção realizadas neste tipo de espaços, no passado.

I. MOTIVAÇÃO

A escolha do tema partiu, em primeiro lugar, da curiosidade e interesse pela Fábrica de Cerâmica das Devesas, que consiste num marco do património industrial e faz parte da identidade e memória da cidade de Gaia e da minha em particular, por habitar nas proximidades da Fábrica. O seu estado atual de degradação foi

um dos aspetos que contribuíram para a motivação desta investigação, uma vez que pretendia, através deste estudo, alertar para o desaparecimento eminente deste bem patrimonial. Pareceu-me importante aproveitar esta oportunidade de investigação académica, para dar um contributo cívico, enquanto estudante de arquitetura, para a proteção e valorização deste património.

Em segundo lugar, a aproximação ao tema deveu-se ao fascínio que tenho em visitar espaços reabilitados, com novos usos, mas que mantêm viva a atmosfera e melancolia do passado.

A atualidade e pertinência da temática foi outro dos aspetos que contribuíram para a escolha do tema. Pretendia-se abordar uma questão contemporânea, que não tivesse sido estudada ao longo do meu percurso académico, contribuindo desta forma para alargar o campo de conhecimento no âmbito da arquitetura.

II. OBJETO

A Fábrica de Cerâmica das Devesas, objeto de estudo da presente dissertação, constituiu uma das mais importantes indústrias no âmbito deste setor produtivo em toda a zona norte e centro de Portugal. Localizado em Vila Nova de Gaia, este conjunto fabril representa um marco fundamental para o estudo e compreensão da indústria cerâmica e de fundição em Portugal.

Esta fábrica impulsionou ainda o aparecimento de grande parte das fábricas de cerâmica moderna no Norte e Centro de Portugal, apresentando características singulares, tais como:

- Conjunto industrial de grandes dimensões, particular para a época;
- Núcleo urbano consolidado – cidade fabril composta pelas unidades produtivas e respetivas dependências (entre as quais as sociais);
- Preocupação social;
- Integração de uma escola industrial para a formação dos seus operários;
- Linguagem/imagem dos edifícios muito própria, marcada pelo gosto neo-mourisco;
- Função comercial ou propagandística assumida nas fachadas de todos os edifícios pertencentes ao complexo, constituindo um verdadeiro mostruário/catálogo ao ar livre dos produtos da fábrica

O complexo fabril das Devesas tornou-se um dos mais bem-sucedidos complexos fabris cerâmicos da Península Ibérica do final do século XIX, representado hoje em dia, um marco do património industrial identitário de uma região e de um concelho¹.

Atualmente, após aproximadamente 150 anos da sua inauguração, a Fábrica de Cerâmica das Devesas encontra-se em avançado estado de ruína, reflexo da situação de impasse em que se encontra há mais de 30 anos, tornando-se urgente a sua salvaguarda e valorização.

III. OBJETIVO

Pretende-se com esta investigação, dar um contributo para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas, tendo em conta o seu estado atual de conservação e o presente cenário de crise económica.

A partir deste objeto de estudo exploram-se as problemáticas inerentes ao património industrial no contexto nacional, reconhecendo a sua importância e potencial para as cidades e populações (identidade e memória), enquanto elementos fundamentais para o conhecimento das questões técnicas, arquitetónicas, históricas e sociais e enquanto pólos de dinamização urbana, devido à sua centralidade.

No contexto nacional, o estudo do património relacionado com a atividade industrial integra uma das áreas patrimoniais mais difíceis, mais abrangentes, mais atípicas, mais desconsideradas ainda pela maioria dos intervenientes e dos estudiosos do património ou mesmo pelas políticas patrimoniais ou de resgate (Folgado, 2002: 116).

Neste contexto, regista-se uma falta de consciencialização da importância destes testemunhos industriais por parte da sociedade atual, que, aliada aos interesses especulativos dos investidores nos grandes planos urbanísticos imobiliários de zonas industriais em áreas nobres das cidades contribuem, em grande parte, para o abandono, degradação e destruição destes marcos do património.

Por outro lado, quando se trata da reutilização destes espaços regista-se uma certa

¹ No período áureo da Fábrica de Cerâmica das Devesas, Gaia era o maior centro produtor de cerâmica em Portugal (Queiroz e Portela, 2004).

tendência para a sua musealização, envolvendo grandes ações de reabilitação (construção, restauro, recuperação, ...) que se traduzem em fortes investimentos, muitas vezes com pouco retorno para o investidor, acabando por não dinamizar a área urbana onde se encontram.

Neste sentido, pretende-se contribuir para a consciência da importância deste tipo de património, apontando novas formas de intervenção e de reativação mais contidas do que as operações do passado (onde foram demolidas zonas industriais para criar habitação de luxo) e que não constituam apenas uma evocação de um passado industrial. Considerando a materialidade e a história industrial, visa-se refletir sobre os programas a albergar nesta ações de valorização do património, pretendendo criar pólos dinamizadores do contexto urbano onde estes se inserem.

IV. METODOLOGIA

Partindo do particular (caso de estudo em questão) para o geral (tema base da dissertação), inicia-se a investigação com o estudo e análise da Fábrica de Cerâmica das Devesas no passado e no presente. Recorreu-se à consulta da bibliografia existente sobre o tema, nomeadamente (Correia, 2009, 2012 e 2014; Queiroz, 2000; Queiroz e Portela, 2001, 2004; Portela, 2003; Guimarães, 1997; Soeiro, et al., 1995;) e ao registo e análise no local do objeto de estudo. Consultou-se ainda a escassa informação gráfica existente no arquivo histórico de Vila Nova de Gaia, na Gaiurb, na Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, na Casa Museu Teixeira Lopes, no Arquivo e Centro de Documentação da Misericórdia de Gaia e no Solar Condes de Resende, visando encontrar dados sobre os projetos dos edifícios pertencentes ao complexo fabril em análise, assim como sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Gaia e do núcleo onde estes se inserem.

Numa segunda fase, tendo em conta as características históricas e atuais da Fábrica, selecionaram-se quatro casos de estudo que se aproximassem do caso das Devesas e que apresentassem diferentes tipos de atuação e de reativação dos edifícios pós-industriais. Esta análise dos casos industriais, centrada nos programas e nas estratégias de intervenção, foi elaborada com base nas informações disponibilizadas pelos gabinetes dos arquitetos em questão, complementando com a bibliografia existente e, quando possível, com recurso a conversas com os próprios arquitetos envolvidos nos projetos.

De seguida, procedeu-se a uma abordagem teórica sobre o património industrial e as problemáticas que lhe são inerentes, no contexto nacional. Este enquadramento teórico tem por base autores como Lopes Cordeiro, Jorge Custódio, Deolinda Folgado e Inês Moreira.

Por último, enquanto resultado de todo este percurso metodológico desenvolvido ao longo da tese, apresenta-se o contributo para a intervenção da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Esta reflexão resulta da contribuição de cada uma das partes abordadas na dissertação, nomeadamente da análise do objeto de estudo – história, contexto e situação atual, estudo de casos e consciencialização das problemáticas do património industrial.

V. ESTRUTURA

A estrutura da tese segue a ordem descrita na metodologia de investigação, constituindo o reflexo da mesma. Por conseguinte, a presente dissertação encontra-se dividida em três partes, correspondentes aos três primeiros capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a análise e caracterização do objeto de estudo, da Fábrica de Cerâmica das Devesas, desde a inauguração até ao seu estado atual.

O segundo capítulo diz respeito à análise e discussão dos casos de estudo, selecionados a partir de determinados critérios, considerados pertinentes tendo em conta o âmbito do tema em estudo.

O terceiro capítulo considera-se dividido em duas partes. Na primeira parte (secção 3.1), abordam-se as problemáticas do património industrial, no contexto nacional.

Na segunda parte (de 3.2 a 3.4), apresenta-se o contributo para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas, resultado de todo o percurso metodológico desenvolvido ao longo da tese.

VI. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS - BASE

Genericamente, o património refere-se a um conjunto de bens de herança que passam, de acordo com as leis, dos pais e das mães para os filhos. Esta palavra antiga estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de

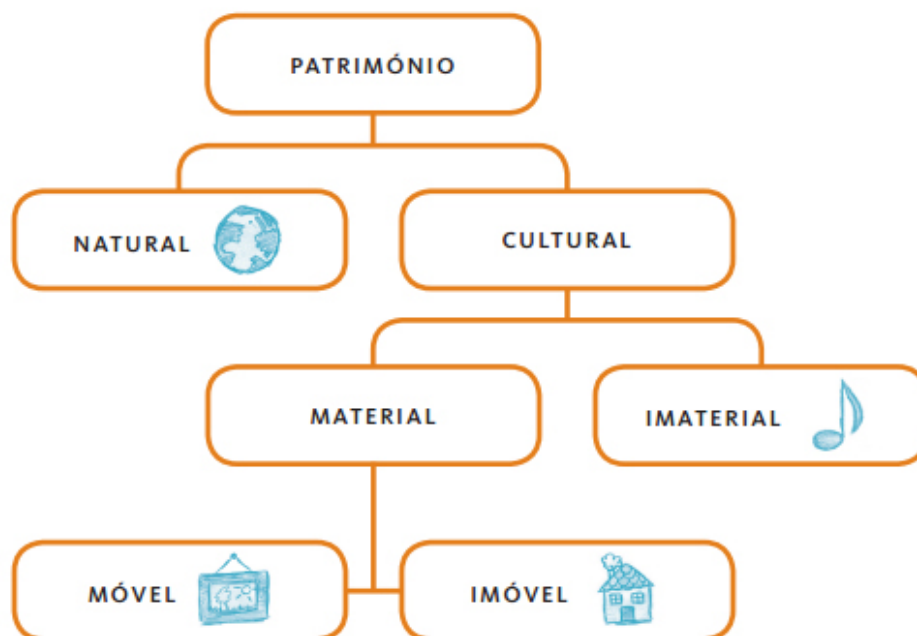


Fig. 1 - Esquema da subdivisão do conceito de património

uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Contudo, este conceito evoluiu para outros campos, prosseguindo hoje em dia um percurso diferente, com outros significados (Choay, 2010: 11).

No âmbito cultural, o património constitui o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Enquanto fonte insubstituível de vida e inspiração, o património cultural e natural integram os nossos pontos de referência e a nossa identidade. O que faz com que o conceito de Património Mundial seja excecional é sua aplicação universal. Os sítios do Património Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados (Unesco, 2008: 5).

O conceito de património divide-se em natural e cultural (figura 1), sendo que o tema base desta investigação se enquadra no âmbito do património cultural que, por sua vez, inclui todos os vestígios de atividade humana num determinado território, provenientes de uma determinada cultura, os quais constituem importantes fontes de informação sobre a vida e as atividades das pessoas ao longo dos tempos.

O património cultural subdivide-se em (figura 1) património imóvel (constituído por estruturas construídas pelo homem, tais como castros, igrejas, mosteiros, castelos, moinhos, etc.), património móvel (que encontramos geralmente nos museus de arqueologia, arte, ciência, etnologia, etc.) e numa terceira subdivisão, pelo património cultural imaterial (correspondente às tradições que herdamos dos nossos antepassados, transmitidas entre gerações e que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas) (Costa, 2001: 5 e Lei 107/2001: 5808).

A Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural (Lei 107/2001: 5808) define que o interesse cultural relevante está assente em aspetos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico e devem refletir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

Após uma breve definição dos conceitos gerais envolvidos na investigação, pretende-se enquadrar e definir o conceito-base deste estudo: o património industrial.

A preocupação em estudar e proteger o património industrial é uma atitude muito recente. Aliás, poder-se-á afirmar que existe uma certa resistência na aceitação deste tipo de património, datado de períodos cronológicos mais próximos e com cunho marcadamente funcional e menos prestigiante, a não ser que se trate de um exemplar arquitetónico excepcional. Geralmente, os terrenos onde se inserem as Fábricas, localizadas em sítios apetecíveis, são alvo de interesse para a especulação imobiliária e de um certo descrédito pela população em geral, uma vez que vêm neles amplos edifícios sujos e descativados propícios a atos de marginalidade.

O movimento de defesa do legado industrial teve a sua origem em Inglaterra, na década de 50 (século XX), devido à destruição de muitas fábricas, durante a segunda Guerra Mundial.

Segundo Jorge Custódio (Veloso, 1999: 15) e Lopes Cordeiro (Moreira, 2013: 51), a segunda metade do século XX caracteriza-se pelas transformações nas sociedades ocidentais, destacando-se o fenómeno da patrimonialização causado pelo alargamento do campo do património cultural a outras áreas até então desconsideradas, isto é, surge a consciência de que o património não é apenas constituído por conventos, igrejas e palácios classificados. “Se as sociedades mudam, os valores que vão criando devem, todos eles, ser protegidos.” Jorge Custódio em (Veloso, 1999: 15) Um dos melhores exemplos deste tipo de transformação foi o surgimento e a afirmação do património industrial.

Em Portugal, as preocupações relativas aos testemunhos industriais surgiram na década de 1980, através da divulgação da arqueologia industrial².

A partir da Idade Média, na Europa, registam-se inovações na utilização da energia assim como no comércio, conduzindo, nos finais do século XVIII, a mudanças profundas nas sociedades ocidentais. Estas transformações geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, dando origem à ocorrência da Revolução Industrial. Este fenómeno, que marcou verdadeiramente uma grande parte da história da humanidade, apresenta vestígios materiais destas profundas mutações de elevado valor humano e universal, devendo ser

2 A designação de arqueologia industrial “poderá ter significados diferentes de acordo com contextos distintos. No início (anos 50 do século XX) do desenvolvimento desta nova área disciplinar, a arqueologia industrial integrava todo o universo que se relacionasse com os edifícios industriais, com o seu estudo e inventariação, a sua salvaguarda e a sua adaptação a outras funções. No entanto, com a evolução do conceito de património industrial, a partir da década de 70, a arqueologia industrial definiu mais o seu campo de acção de acordo com as metodologias de registo e estudo ligadas à arqueologia e aplicadas ao universo do património técnico e industrial.” (Folgado, 2010: 51)

reconhecida a importância do seu estudo e conservação.

A conferência de 2003 do TICCIH³, na Rússia, incidiu sobre o Património Industrial, dando origem à *Carta de Nizhny Tagil Sobre O Património Industrial*.

Nas conclusões deste evento, os delegados afirmaram o seguinte:

*“...os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro.”*⁴

No sentido de complementar a abordagem ao conceito-base sobre a temática da tese, procurou-se uma definição de património industrial, indo ao encontro da documentação que reúne um consenso mais alargado. Segundo a *Carta de Nizhny Tagil* (TICCIH, 2003: 3), *“O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (...)”*

Completa-se esta definição patente na *Carta de Nizhny Tagil* (TICCIH, 2003: 3), apresentando uma perspectiva mais recente e ligada ao panorama nacional. Segundo Deolinda Folgado em *KIT03 – Património Industrial* (Folgado, 2010: 8), o património industrial associa-se habitualmente a uma época cronológica precisa, a Revolução Industrial. Contudo, deve entender-se este património num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação

3 O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património. (TICCIH, 2003)

4 A Carta do Património Industrial deverá incluir as importantes Cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a Recomendação R(90) 20 do Conselho da Europa.” (TICCIH, 2003)

e sincretismo das fases pré-industriais, proto-industriais, manufactureiras e industriais.

“O património industrial integra todos os bens resultantes de uma actividade produtiva desenvolvida ao longo de gerações.

Entenda-se, também, por património industrial o legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória colectiva.

O património industrial integra, igualmente, edificações isoladas, conjuntos ou sítios, definidos pelos diversos programas construtivos ou pelas diferentes funções em articulação com o território, incorpora uma arquitectura, um urbanismo e uma paisagem de cariz industrial.”

O património industrial reflecte valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, integrando ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.

“Constituem o universo de estudo do património industrial os bens imóveis e móveis integrados ou deslocados, os bens arquivísticos, iconográficos, fotográficos, fonográficos ou cinematográficos associados ou produzidos directa ou indirectamente no seio da empresa, como expressão estrutural da industrialização. É nesta interacção da diferente documentação que se obtém o entendimento global do património industrial, vivificando os valores culturais a transmitir às gerações seguintes. (...)

O património industrial retém para as gerações futuras as mudanças operadas ao nível do saber-fazer, da ciência, da mecânica e do automatismo indissociáveis de uma reestruturação económica, social, cultural e técnica, fazendo avançar as mentalidades do seu tempo. É, por isso, imperioso salvaguardar o património industrial.” (Folgado, 2010: 9)

Neste sentido, é essencial identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que se pretende preservar para as gerações futuras. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio consiste numa componente fundamental do estudo do património industrial e deverá ser conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção (TICCIH, 2003: 5). Por motivos de maior registo de informação, é aconselhável que este levantamento seja efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da atividade produtiva de um sítio. Segundo a *Carta de Nizhny Tagil* (TICCIH, 2003: 6), os inventários devem incluir:

- Descrições;
- Desenhos;
- Fotografias;
- Um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento;
- Identificação das fontes documentais existentes;
- As memórias dos operários/trabalhadores devem ser também registadas e conservadas, uma vez que constituem uma fonte única e insubstituível.

I ● A FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS

1.1 FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS EM ATIVIDADE

1.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ÉPOCA

Na época de fundação da Fábrica de Cerâmica das Devesas, Portugal vivia um período de Regeneração. Terminada a guerra civil que marcou a primeira fase do liberalismo (1823-1847), a Regeneração, iniciada em 1851, enceta um novo ciclo na história de Portugal, que irá prolongar-se até 1890-1891, caracterizado pelo triunfo do capitalismo, pela atenuação dos conflitos sociais e pela afirmação da burguesia (Marques et al., 2004: 9).

Esta política, designada por *fontismo*, devido ao seu dinamizador, Fontes Pereira de Melo (1819-1887), prestou especial atenção ao desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, pois considerava as infra-estruturas fundamentais para a modernização e progresso económico do País. Apostou no desenvolvimento da rede viária dos transportes marítimos e ferroviários, que originou um enorme endividamento externo. A progressão do país afigurou-se fictícia, dado que não havia um equilíbrio entre o escoamento dos produtos fabricados e a entrada das importações, que depressa abafaram o incipiente surto de progresso industrial, de que Vila Nova de Gaia é um claro exemplo (Guimarães, 1997: 63).

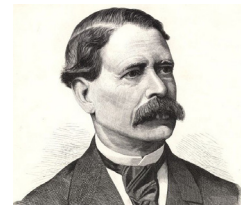


Fig. 2 - Fontes Pereira de Melo (engenheiro com funções governativas - chefe do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - 1852)

Em 1861 a indústria Gaiense caracterizava-se por uma trintena de unidades fabris em atividade⁵.

No âmbito das *infra-estruturas de comunicação e transportes*, deu-se início a uma verdadeira revolução, com o lançamento dos caminhos-de-ferro e dos comboios que passaram a circular de 1856 em diante. Nos 40 anos seguintes, até (1893-1894), o País passa a prover de uma rede de caminhos-de-ferro que o colocou em décimo lugar no conjunto das nações do mundo quanto à densidade ferroviária por quilómetro quadrado, contribuindo ativamente para a consolidação do espaço económico nacional e para o aprofundamento das ligações à Europa (Marques et al., 2004: 10).

Simultaneamente, registou-se uma extraordinária expansão da rede de estradas,

5 Serralharia - atividade económica preponderante (19 empresas) na zona da Bandeira e da Praia; Indústria cerâmica (7 unidades), situadas a poente de Gaia (entre o vale da Piedade e o Monte da Afurada); Indústria de transformação da cortiça (3 unidades), localizadas na praia; Indústria de fiação, tecidos e lanifícios (3 unidades), situadas na zona de Stº Ovídio e Rasa e nas Hortas, entre Lever e Crestuma; Estaleiros de construção naval – indústria forte em V. N. Gaia, se bem que em crescente recessão. (Guimarães, 1997: 63)

que era praticamente inexistente em 1852 (218 km), passando a registar 14. 230 km em 1900, que serviu Portugal até aos finais da década de 70 do século XX.

Neste contexto, a fundação e implantação da Fábrica de Cerâmica na zona das Devesas fica a dever-se à chegada do caminho-de-ferro a Vila Nova de Gaia (em 1864) e à proximidade com uma das suas estações principais. Este facto foi crucial para o desenvolvimento da fábrica, sendo de referir que o primeiro núcleo fabril, localizou-se a Norte, junto da linha, o que permitiu a construção de um ramal ferroviário privado possibilitando assim o acesso facilitado das matérias-primas, bem como o escoamento da produção, o que constituiu uma inovação industrial para a época.



Fig. 3 - Vila Nova, o Rio Douro e a Cidade do Porto no século XVII (1669)



Fig. 4 - Carta aérofotogramétrica do Cento Histórico de Vila Nova de Gaia

1.1.2 CONTEXTO URBANO



© Biblioteca Laurenziana – Firenze

Um estudo completo sobre o desenvolvimento urbano de Gaia, com análise cartográfica e informação histórica, está ainda por se fazer.

Contudo, apresentam-se neste texto algumas informações, baseadas em investigações históricas, que permitem compreender um pouco do desenvolvimento da cidade e, principalmente, do contexto urbano onde se insere a Fábrica de Cerâmica das Devesas.

A Fábrica de Cerâmica das Devesas localiza-se em Vila Nova de Gaia, na freguesia de Santa Marinha⁶, no limite entre o centro histórico, frente ribeirinha, e a parte alta, centro administrativo e comercial da cidade, a partir do século XIX.

Gaia e Vila Nova (figura 4) constituíram duas povoações medievais que estão na origem da atual cidade de Vila Nova de Gaia. Segundo (Guimarães, 1995: 15), “os terrenos na praia fluvial foram ocupados, na Idade Média, por um aglomerado urbano, chamado Vila Nova, de mestirais e comerciantes, ficando o outro povoado mais antigo na elevação mais a poente conhecida por colina do castelo, onde veio a fixar-se o aglomerado urbano Gaya, na grafia original”.

⁶ “Foi em 1288 que D. Dinis, atribuiu o Foral que deu lugar à criação de Vila Nova de Rei. Nesse lugar, hoje correspondente à zona ribeirinha da freguesia de Santa Marinha, havia então um estaleiro naval que trazia gente e desenvolvimento.

Santa Marinha é provavelmente a freguesia de mais antigo povoamento, do concelho de Gaia, estendendo-se desde a ponte ferroviária de D. Maria II, sobre o rio Douro, até à Afurada, freguesia com a qual faz limite, próximo da foz do mesmo rio.”

Características da Freguesia: Área 6,7 Km²; População 31.507; Constituída por 10 lugares (freguesia de Santa Marinha)



Fig. 5 - Tanoeiros no cais de Vila Nova em 1829

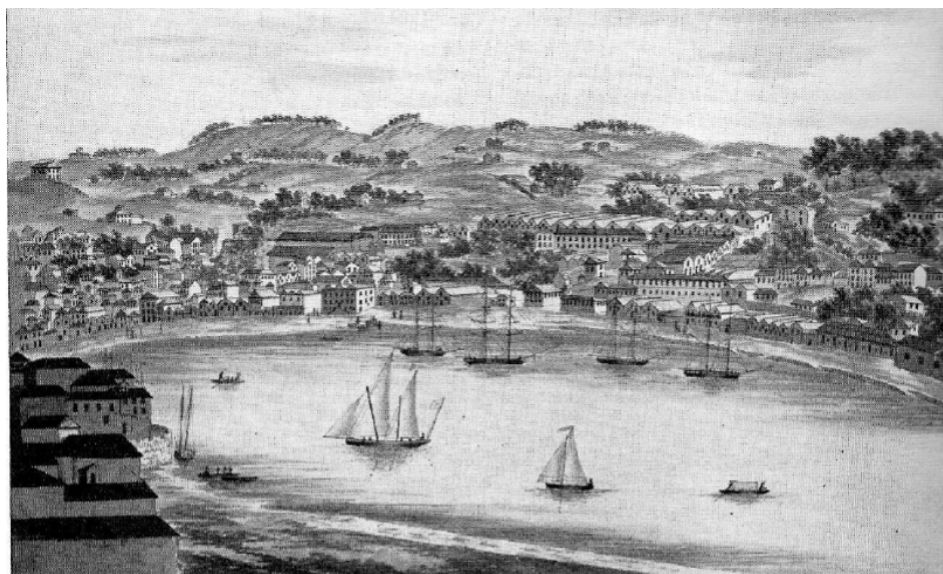


Fig. 6 - Panorâmica da parte marginal de Gaia (1830-1831)

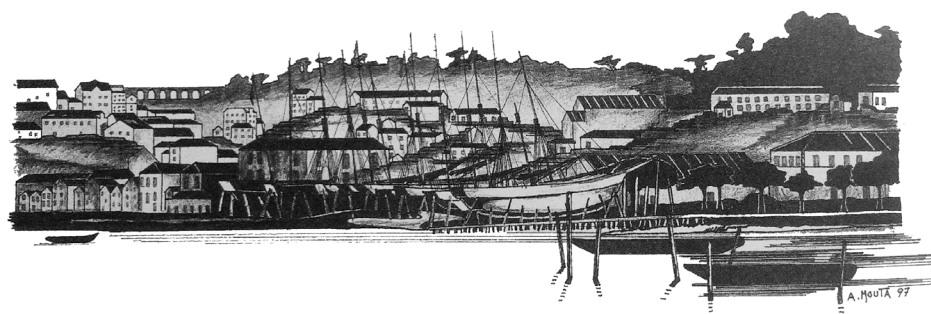


Fig. 7 - Estaleiros de Vila Nova por volta de 1850

Localizado na margem esquerda do rio Douro, o centro histórico⁷ de Vila Nova de Gaia, (figura 4), ocupa, territorialmente, uma posição privilegiada que, desde sempre, atraiu a fixação de populações, devido à sua vocação marítima e comercial (povoados ribeirinhos).

Entre 1385 e 1834, a povoação de Vila Nova pertenceu à cidade do Porto, na sequência de um privilégio régio, tendo sido apelidada de Termo Velho da Cidade. Esta ligação à cidade do Porto é notória na semelhança entre a tipologia dos edifícios das duas margens do rio Douro (Gaiurb, 2013).

Gaia e Vila Nova ganham autonomia política, fundem-se, e em 1834 nasce o atual concelho de Vila Nova de Gaia (Correia, 2012: 18).

Fortemente ligada ao rio, Vila Nova de Gaia teve, desde muito cedo, uma forte tradição industrial, marcada pelos grandes armazéns⁸ de vinho e outras atividades, implantados no centro histórico da cidade. Fora da zona ribeirinha, a uma cota mais elevada, destacavam-se as grandes quintas, como podemos observar na (figura 6).

Em 1862, no Pinhal de D. Leonor (terreno que pertencera à Quinta das Devesas), dá-se início à construção da Estação de Caminho de Ferro das Devesas, que consistiu num fator de enorme importância para o desenvolvimento urbano da cidade. Entrou em funcionamento em 1863, com a abertura da linha Devesas-Estarreja, e com a inauguração da Linha do Norte, Lisboa-Porto (Devesas), em 1864 (Correia, 2012: 18).

Esta nova estação das Devesas provocou um aumento imediato de unidades fabris, que pretendiam beneficiar da facilidade de escoamento dos produtos e da chegada atempada das matérias-primas necessárias para a produção. Por este motivo, o polo de desenvolvimento de Gaia desligou-se do rio e do tráfego fluvial, concentrando-se perto da linha férrea.

É neste contexto que, por volta de 1865, António Almeida da Costa decide implantar estrategicamente a sua Fábrica de Cerâmica, junto à estação de caminhos-de-ferro,

7 A delimitação do centro histórico de Vila Nova de Gaia foi aprovada, a 14 de Maio de 1984, em reunião plenária da Câmara Municipal. “Trata-se de uma área que abrange os limites do entreposto do Vinho do Porto (criado nos anos vinte do século passado para controlar a qualidade do vinho generoso) e inclui as áreas de implantação das povoações medievais de Gaia e de Vila Nova, ambas pertencentes à freguesia de Santa Marinha.” (Gaiurb, 2013)

8 A partir da segunda metade do século XVIII, o território entre Gaia e Vila Nova sofre uma grande alteração na paisagem urbana, devido à construção de muitos edifícios, de grandes dimensões, os armazéns, que não albergavam apenas o vinho do Porto, mas também outras atividades como carpintarias, serralharias, etc. (Gaiurb, 2013)

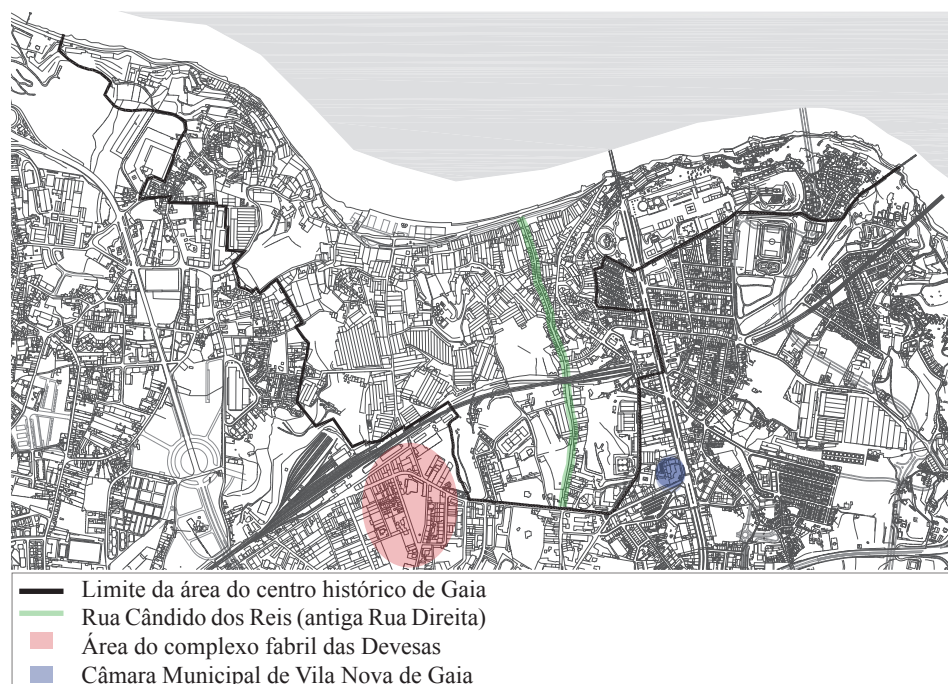


Fig. 8 - Limite da área do centro histórico de Vila Nova de Gaia



Fig. 9 - Pontos estratégicos de implantação da Fábrica de Cerâmica das Devesas: estação das Devesas, em Santa Marinha e respetiva sucursal junto à estação da Pampilhosa

em terrenos que foram sendo sucessivamente emprazados⁹ pelos proprietários da Quinta das Devesas. O fundador acreditava na potencialidade das Devesas enquanto núcleo do desenvolvimento económico e industrial de Vila Nova de Gaia pelas seguintes características:

- Caminho-de-ferro como meio privilegiado para o escoamento dos produtos fabricados e recebimento de matérias-primas¹⁰;
- Proximidade do rio e do mar, que tornaria rápido e económico o despacho de mercadorias;
- Nova rede viária em construção;
- Novo polo de atração industrial.

O lugar das Devesas torna-se assim no local ideal para montar a empresa de Almeida da Costa, que viria a tornar-se no mais evoluído e importante bloco industrial e centro cerâmico do Norte de Portugal e do País.

A Estação das Devesas constituía um dos locais de maior movimentação dos arredores do Porto. Esta estação foi, até à construção da ponte D. Maria Pia (1877), o terminal ferroviário para passageiros e mercadorias de toda a cidade do Porto. Beneficiando deste facto, a fábrica chegou a publicitar a exposição de produtos junto à estação, aquando das grandes movimentações (Queiroz, 2002: 327).

Na periferia das Fábricas surgem as habitações dos operários: as ilhas industriais. Estas pequenas habitações, com pouco espaço e baixo índice de salubridade, eram muitas vezes cedidas pelos próprios patrões, que transformavam as portas de serviço das suas casas de habitação na entrada das ilhas, construídas no piso térreo, da parte menor do quintal. *“Com a vizinhança das fábricas, do barulho das suas máquinas e dos fumos das suas chaminés, muitos destes proprietários abandonam as zonas antigas de Gaia e Vila Nova e vão construir os seus palacetes nas novas ruas, como General Torres, avenida Campos Henriques (antecessora da Avenida da República) ou na Bandeira. As casas devolutas da rua Direita, dos*

9 Emprazar – ceder por enfiteuse – convenção pela qual o proprietário de um prédio transfere para outrem o domínio útil desse prédio, contra o pagamento de uma renda anual ou foro. (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2009)

10 O bom aproveitamento do caminho-de-ferro, como meio de transporte privilegiado no século XIX, foi um dos motivos para o sucesso deste complexo fabril (figura 9). A estratégica decisão do fundador para implantar a sua fábrica junto da Estação das Devesas garantia uma facilidade no escoamento dos produtos, assim como na obtenção de matérias-primas, já que a sucursal, estabelecida junto à importante estação ferroviária da Pampilhosa, pretendia ser um local de recolha de barro que era facilmente transportado para as Devesas (Queiroz, 2002: 327).



Fig. 10 - Vista sobre a marginal datada do século XIX

Fig. 11 - Vista sobre a marginal do mesmo ponto da figura anterior, 2003

Marinheiros ou da Fervença são então alugadas a famílias de operários, depois de os salões de outrora serem divididos em muitos compartimentos. A construção de ilhas alastra pela Serra do Pilar; Devesas, Calçada da Serra, Bandeira e Marco. Mas também se erguem alguns bairros operários, como o da fábrica das Devesas, que ainda existe, na rua Mousinho de Albuquerque.” (Guimarães, 1997:102).

A importância crescente destas novas zonas urbanas, levou a Câmara Municipal a decidir transferir-se da antiga rua Direita (atual rua Cândido dos Reis) para o cruzamento da avenida com a rua Álvares Cabral¹¹ (Correia, 2012: 19).

O desenvolvimento urbano da cota alta da cidade e da Avenida da República deveu-se à inauguração, em 1886, da Ponte Luís I, que fazia a ligação do Porto a Vila Nova de Gaia pela parte alta das duas cidades. Na nova avenida que surgiu em Gaia, depois da ponte, foram construídos “palacetes” da burguesia emergente que, devido ao crescimento económico e consequente especulação imobiliária do solo, deram lugar aos atuais prédios em altura, com rés-do-chão comercial e pisos ocupados por serviços ou por atividades profissionais a portas meias com as habitações (Baptista, 2004: 22).

A paisagem urbana de Vila Nova de Gaia sofreu grandes alterações nos dois últimos séculos, XIX e XX, devido a uma massificação construtiva não planeada.

¹¹ Em 1914, com projeto aprovado da autoria do Arquiteto António de Oliveira Ferreira, foi adquirido o terreno para a construção dos Paços do Concelho, que perdurou até aos nossos dias (Correia, 2012: 19).

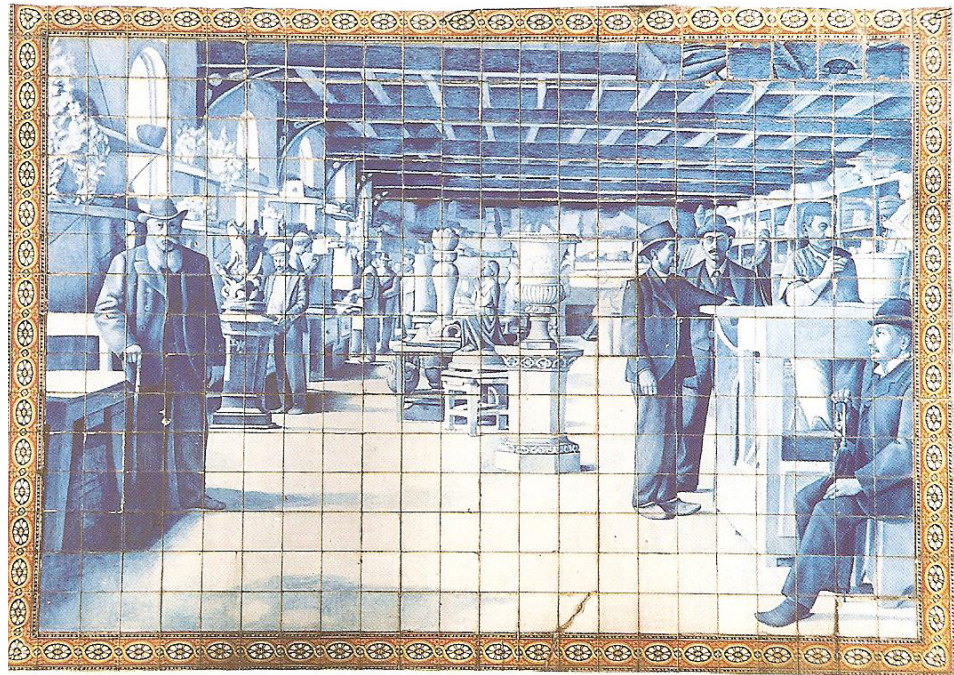


Fig. 12 - Painel presente no muro-mostruário da Fábrica das Devesas, vendo-se à esquerda a figura do seu fundador António Almeida da Costa

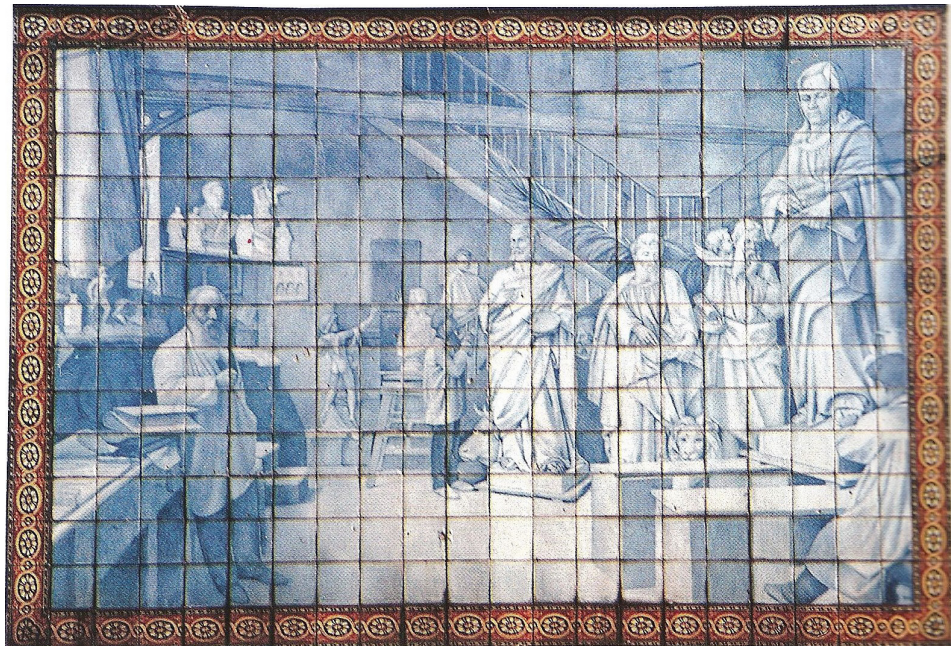


Fig. 13 - Painel presente no muro-mostruário da Fábrica das Devesas, representando a oficina de estatuária, vendo-se à esquerda o seu fundador

1.1.3 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FÁBRICA

O FUNDADOR

António Almeida da Costa (1832-1915)

António Almeida da Costa, oriundo de Cascais, pertencia a uma família de Canteiros, tendo sido esta também a sua atividade inicial. Havia uma certa tradição desta arte de trabalhar a pedra – cantaria – nesta região, dado que se encontrava polvilhada de boas pedreiras ativas.

A crescente procura do mármore, em moda na capital lisboeta, por parte da burguesia endinheirada da cidade do Porto, para enobrecer os seus monumentos tumulares, poderá ter sido a razão da vinda de António Almeida da Costa para o norte. Acrescentando o facto deste mercado estar ainda por explorar devidamente nesta zona.

Adquirir as ferramentas essenciais para o sucesso profissional através da formação foi sempre uma aposta importante para A. A. Costa. Daí ter iniciado a aprendizagem da arte de cantaria na região de Lisboa, mais tarde, integrou a oficina portuense de Emídio Carlos Amatucci ¹² (no início da década de 1850) e uma formação escolar (na Escola Industrial do Porto em 1854) possibilitando-lhe assim o acesso a outro tipo de informação visual e um maior contacto com outros artistas industriais.

Em 1858, A. A. Costa abre a sua própria oficina na Rua do Laranjal, nº 68, aproveitando o forte crescimento registado no mercado dos mármore no Porto. Desde cedo é possível reconhecer a versatilidade característica no trabalho deste industrial, uma vez que se prontifica a elaborar todo o tipo de obras em mármore e em granito, explorando assim outros tipos de pedras. Executava qualquer tipo de obra em diferentes materiais de uma forma empenhada e exemplar a um preço razoável. Foi desta forma que se distinguiu e alcançou, na década de 1880, a liderança do mercado de monumentos sepulcrais em pedra mármore no Porto e que conseguiu constituir a unidade fabril mais importante do género que existia na Península (Fábrica de Cerâmica e Fundação das Devesas).

A presente biografia é baseada no estudo efetuado por (Queiroz e Portela, 2004).

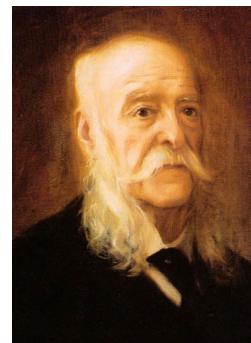


Fig. 14 - António Almeida da Costa

¹² De acordo com (Correia, 2009:36), Amatucci era um afamado marmorista do Porto e um dos dezasseis fundadores da Associação industrial Portuense.



Fig. 15 - mapa de localização da Fábrica

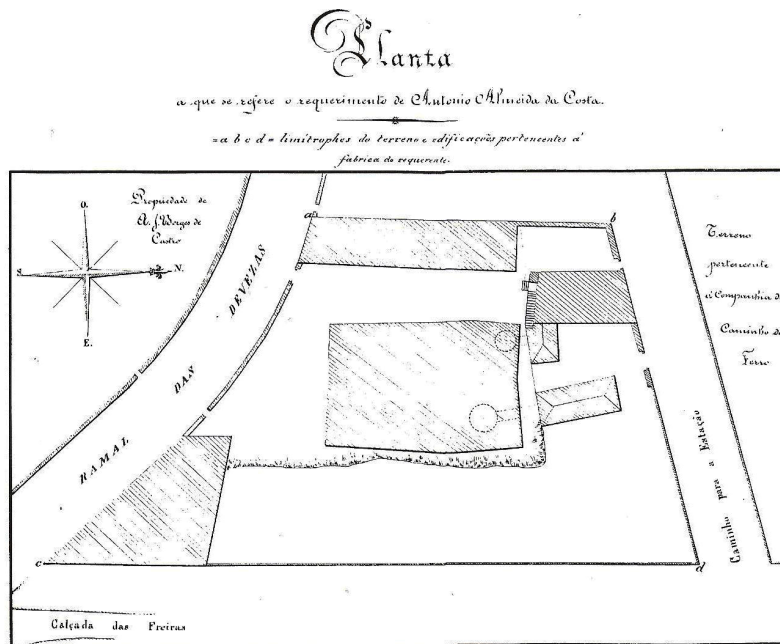


Fig. 16 - Planta de implantação inicial da Fábrica de Cerâmica das Devesas

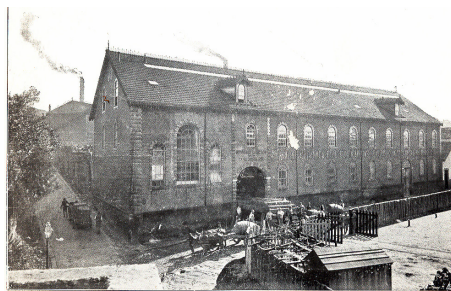


Fig. 17 - Armazém de Expedições e ramal ferroviário

Não existem certezas quanto ao ano exato de fundação da fábrica de cerâmica das Devesas, todavia, segundo consta na bibliografia disponível, terá sido no intervalo entre 1865 e 1870.

De acordo com (Correia, 2009: 37), a pequena fábrica pertencente a António Almeida da Costa, foi fundada em 1865, junto aos terrenos da Quinta das Devesas (figura 15), muito embora o respectivo licenciamento só tenha sido solicitado em 1870 (Queiroz, 2004).

Segundo este último autor, António Almeida da Costa estava já instalado numa parte do futuro quarteirão norte da fábrica, desde Junho de 1864. Foi constituindo sociedades efémeras a fim de produzir e vender cal; materiais de construção, nomeadamente telha; e produção artística contando com a colaboração de José Joaquim Teixeira Lopes. Mas é de facto em 1870 que António Almeida da Costa legaliza o seu estabelecimento fabril de obras artísticas em cerâmica, situado a norte da Rua Conselheiro Veloso da Cruz ou Ramal das Devesas, como chegou a ser denominada em tempos (figura 16).

Numa primeira fase, esta fábrica terá funcionado apenas como “extensão” da oficina de cantaria (na Rua do Laranjal, no Porto) do seu fundador, na forma de sociedade, juntamente com Breda e Teixeira Lopes (Queiroz, 2004).

A implantação da fábrica nas Devesas é sequente à chegada do caminho-de-ferro a Vila Nova de Gaia (em 1864) e foi crucial para o desenvolvimento da fábrica, sendo de referir que o primeiro núcleo fabril, localizado a Norte, se implantou junto da linha, o que permitiu a construção de um ramal privado (figura 17), possibilitando assim o acesso facilitado das matérias-primas, bem como o escoamento da produção, constituindo uma inovação industrial para a época.

As novas instalações revelavam já algumas características que irão marcar as unidades industriais do terceiro quartel do século XIX e que resultam numa crescente preocupação para com os novos recursos energéticos, por novos modelos organizacionais do espaço fabril; do respeito pelas exigências de salubridade; e ainda pela proximidade aos meios de transporte mais eficazes. Tratam-se de fábricas construídas de raiz, de conceção horizontal, com espaços de trabalho amplos, favoráveis à mecanização e à gradual automatização de funções; cuja influência chega a alargar-se aos espaços envolventes através da promoção dos seus próprios bairros sociais (Soeiro et al., 1995: 215).



Fig. 18 - Conjunto de quatro plantas com a evolução do complexo industrial.
 Nesta figura está representada a evolução dos espaços sob administração da sociedade.
 São identificados quatro momentos relevantes que definem a evolução do complexo industrial desde a data de implantação:
 planta A, 1865, núcleo original;
 planta B, 1867/1868, ocorre a expansão dos terrenos para o segundo núcleo de produção, a sul;
 planta C, 1877, incorporação do ramal ferroviário;
 planta D, 1920, construção de todas as dependências sociais.

A fábrica das Devesas foi a primeira a ser construída de raiz, as restantes fábricas que laboravam na cidade estavam instaladas em edifícios de habitação (Fábrica de Miragaia) e antigos conventos (Fábrica do Senhor d'Álem), por exemplo, com organização produtiva na vertical, em andares.

Na primeira fase as áreas de trabalho eram restritas e, pelo aumento das solicitações, a sociedade sentiu a necessidade de aumentar as áreas de trabalho, armazenamento e de produção, sendo que não terminada a primeira década de produção (1870) a fábrica sofreu um alargamento para terrenos contíguos e ainda para Sul (figura 18 A).

A partir da década de 80, António Almeida da Costa cria a seção de fundição no seu complexo fabril (localizada no quarteirão Sul), tornando-se no único industrial do Porto com capacidade para executar obras completas de construção com acessórios inteiramente produzidos nas suas oficinas (Queiroz, 2004).

Segundo (Soeiro et al., 1995: 215), a grande novidade deste tipo de fábricas, surgidas a partir de meados do século XIX, foi a opção por segmentos de mercado especializados e suscetíveis de produção em série, tendo o mercado da construção civil constituído o grande impulso ao seu crescimento, em muito sustentado na rápida expansão das cidades, em que a título de exemplo a cidade do Porto duplica de população entre 1850 e 1900, por força da necessidade de mão-de-obra para a indústria e comércio mas a oferta de habitação não acompanha este crescimento de modo proporcional. Este facto é justificado pelos poucos recursos dos emigrantes que afluem à cidade. As habitações que ocuparam, principalmente no centro, eram as mais antigas, muitas vezes em regime de alternância. Outra opção era alojarem-se na periferia do centro, desenvolvendo-se o fenómeno denominado “ilhas”, que constituem grupos contíguos de pequenas habitações com pouco espaço e baixo índice de salubridade (Mariz, 2014:171).

Como refere (Guimarães, 1997:102), os operários sentiram-se atraídos pela remuneração certa da indústria, ao contrário do cenário incerto da agricultura, acabando por abandonar as suas pobres habitações rurais instalando-se na periferia das fábricas pois o horário praticado e a falta de transportes coletivos não permitiam que estes retornassem a casa ao final do dia. É neste contexto que surgem as ilhas industriais. Estas pequenas habitações com pouco espaço e baixo índice de salubridade, eram muitas vezes cedidas pelos próprios patrões, que transformavam as portas de serviço das suas casas de habitação na entrada das



Fig. 19 - Unidades construídas dependentes diretamente ou indiretamente da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Com base nos dados históricos conhecidos é possível assinalar:

- A.** Núcleo Fabril 1 (a norte). Núcleo inicial da fábrica constituído por oficinas, armazéns, escritórios e funcionou aqui provisoriamente a escola de desenho e de modelação. Atualmente funciona: i) armazéns ocupados, em regime de aluguer, por uma oficina de automóveis (Companhia Cerâmica das Devesas); iii) armazéns, escritórios desocupados (Companhia Cerâmica das Devesas).
- B.** Núcleo Fabril 2 (a sul). Segundo núcleo da fábrica associados ao armazenamento de matérias-primas e de produtos, oficina de produção e muro mostruário. Atualmente não apresenta edificações, em 2002/3 foram efetuadas sondagens arqueológicas e há um loteamento aprovado para esta área (imobiliária Gaideve).
- C.** Casa de António Almeida da Costa/Palacete, pertence à Misericórdia de Vila Nova de Gaia e encontra-se ocupada com uma valência deste organismo.
- D.** Bairro Operário. Bairro. Atualmente mantém as mesmas funções em regime de aluguer (Misericórdia de Vila Nova de Gaia).
- E.** Casa dos Funcionários da Fábrica/ Bairro dos Contramestres.
- F.** Creche Emília de Jesus Costa. Antiga creche da fábrica. Atualmente em estado de ruína, mantendo-se apenas a fachada (Misericórdia de Vila Nova de Gaia).
- G.** Asilo António Almeida da Costa. Antigo asilo, foi intervencionado - tendo sido convertido em lar de idosos (Misericórdia de Vila Nova de Gaia).
- H.** Conjunto habitacional. Atualmente devoluto. (Misericórdia de Vila Nova de Gaia).

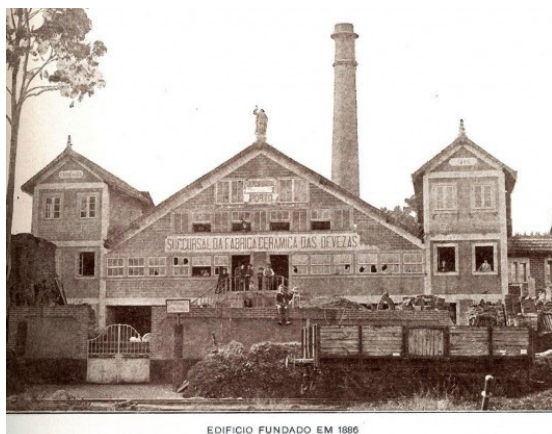


Fig. 20 - Sucursal da Fábrica de Cerâmica das Devesas na Pampilhosa (Edifício fundado em 1886) (esquerda)
Fig. 21 - Sucursal da Pampilhosa em 1901, após as alterações (direita)

ilhas, construídas no piso térreo da parte menor do quintal. “*Com a vizinhança das fábricas, do barulho das suas máquinas e dos fumos das suas chaminés, muitos destes proprietários abandonam as zonas antigas de Gaia e Vila Nova e vão construir os seus palacetes nas novas ruas, como General Torres, avenida Campos Henriques (antecessora da Avenida da República) ou na Bandeira. As casas devolutas da rua Direita, dos Marinheiros ou da Fervença são então alugadas a famílias de operários, depois de os salões de outrora serem divididos em muitos compartimentos. A construção de ilhas alastra pela Serra do Pilar, Devesas, Calçada da Serra, Bandeira e Marco. Mas também se erguem alguns bairros operários, como o da fábrica das Devesas, que ainda existe, na rua Mousinho de Albuquerque.*” (Guimarães, 1997:102).

A fábrica de Almeida da Costa torna-se assim no melhor exemplo de uma grande unidade fabril ligada à produção de telha, tijolo, canalizações, e materiais decorativos para a construção civil, constituindo-se ainda um modelo de referência para outras unidades fabris, tais como a cerâmica do Fôjo (demolida em Fevereiro de 2014) e, mais tarde, a de Valadares.

No início da década de 1880, a Companhia funda uma sucursal na Pampilhosa do Botão (figura 20), igualmente localizada junto à linha férrea, com o intuito de subministrar matérias-primas (barro) à unidade mãe ¹³.

Na transição dos séculos XIX para o XX, a fábrica cerâmica das Devesas, já conhecida por «Fábrica do Costa», atravessava um período de auge, empregando cerca de seiscentos trabalhadores. É ainda no início do século XX que António Almeida da Costa constrói a sua própria casa (figuras 19 C e 22), um palacete neo-árabe demonstrativo do estatuto capitalista do proprietário, cuja localização a uma cota superior permitia uma visão privilegiada sobre todo o complexo fabril (DRCN, 2012).

13 Esta povoação rural sofre grandes transformações após a construção da Linha do caminho-de-ferro da Beira Alta, em 1880, que partindo da Figueira da Foz, pretendia atingir a fronteira de Vilar Formoso, fazendo a ligação com a Europa. Esta linha encontrava-se ainda com a do Norte, que partia de Lisboa com destino ao Porto, formando um entroncamento na localidade da Pampilhosa. Surge assim um novo núcleo populacional denominado Entroncamento, pertencente à freguesia de Pampilhosa do Botão. Estas linhas atravessavam ainda os campos baixos da Pampilhosa repletos de barro vermelho, formando grandes barreiros. Ora, matéria-prima, transportes e ligação aos mercados despertavam a atenção dos industriais para implantarem os seus negócios nesta zona, transformando o meio num dos maiores centros industriais de toda a região. É neste contexto que em 1886 (data registada na fotografia da sucursal existente no catálogo da Fábrica de 1910), António Almeida da Costa, industrial inteligente e dinâmico abre na Pampilhosa a sucursal da Fábrica de Cerâmica das Devesas, sendo a primeira grande unidade cerâmica a ser construída nesta localidade. Daí ser conhecida por “Fábrica Velha”.

Em 1901 a sucursal sofre alterações (figura 18) para ser engrandecida com depósito e mostruário com secção de vendas (jf-pampilhosa.pt, 2009).

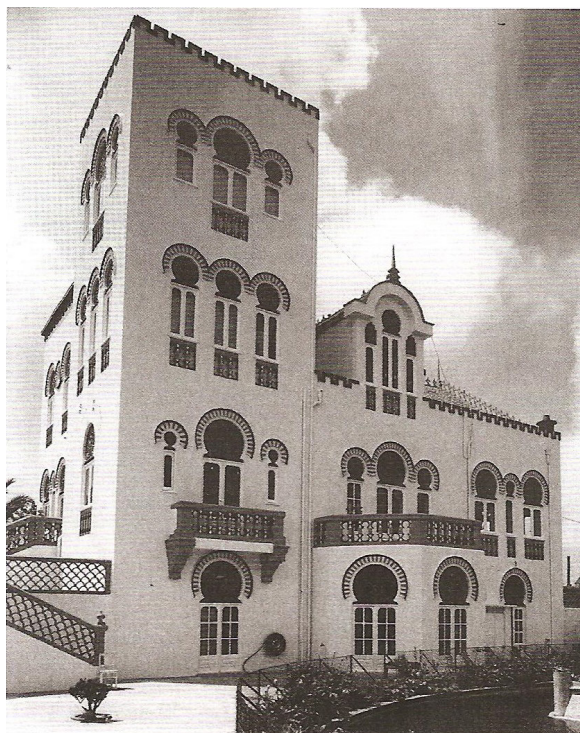


Fig. 22 - Palacete António Almeida da Costa (Casa do Costa), após a edificação

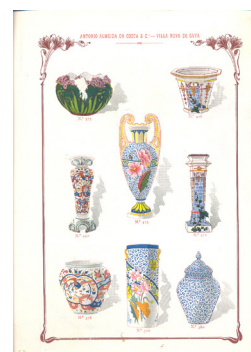


Fig. 23 - Páginas interiores do catálogo de 1910 da Fábrica de Cerâmica das Devesas

De acordo com (Queiroz, 2004), todas as oficinas do seu complexo promoviam-se mutuamente, funcionando como uma concentração horizontal – uma das primeiras e das maiores que alguma vez existiu em Portugal nas artes industriais. O grande mérito da fábrica não se ficou a dever apenas à estratégia de concentração empresarial, mas também à associação entre a arte e a indústria; à habilidade empresarial; à qualidade do equipamento industrial e ao aproveitamento do caminho-de-ferro; que levaram ao destaque e sucesso desta unidade fabril, a nível nacional e até internacional.

Ainda segundo os mesmos autores, a qualidade de produção era para António Almeida da Costa um fator fundamental, o que o levava a contratar mestres de elevada competência artística e de excelente capacidade técnica e a investir na formação dos seus empregados. Este investimento está manifesto na fundação, participação e no acolhimento provisório de uma escola de desenho e modelação, em 1883. A iniciativa partiu da reunião de esforços de um conjunto de industriais cerâmicos e funcionará autonomamente, em instalações próprias, no ano de 1887 (Portela, 2003: 139). O trabalho assentava na experiência de uma equipa de mestres constituída por um diretor artístico (e sócio) José Joaquim Teixeira Lopes formado na Escola Industrial do Porto e que tinha obtido uma bolsa para estudar em Paris; por um “mestre machinista” que tinha estudado no Instituto Industrial do Porto; e por um mestre cerâmico, João José Manuel da Fonseca, antigo funcionário da empresa Vista Alegre.

A versatilidade e a polivalência foram duas das características essenciais para o sucesso da fábrica. Os modelos eram bons e variados, fabricando-se qualquer tipo de peça, sempre adaptadas ao gosto dos clientes (Queiroz e Portela, 2004).

Os catálogos (figuras 23 e 24) e a presença em exposições nacionais e internacionais contribuíam para a divulgação e reconhecimento da fábrica e da sua produção, chegando a obter várias medalhas e elogios, nomeadamente uma medalha de prata na célebre Exposição Universal de Paris, em 1900.¹⁴



Fig. 24 - Páginas interiores do catálogo de 1910 da Fábrica de Cerâmica das Devesas

14 As Exposições Universais foram um reflexo das mudanças sociais do século XIX com o advento da segunda etapa da revolução industrial. Estas exposições, ou Feiras Mundiais, foram auto representações populares da elite industrial, ricas em ideia e criatividade, uma demonstração da transformação nas relações comerciais do mercado mundial, do progresso visível e do início de um processo de auge económico dos países industrializados tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. O objetivo dessas exposições era mostrar a força e a consolidação do sistema fabril ao grande público e às outras nações. Os avanços técnico-científicos, que antes só se viam nos ambientes das fábricas, puderam ser vistos agora nestas feiras, mostrando as mercadorias do capitalismo triunfante. (Gomes, Piccolo e Rey, 2014)



Fig. 25 - Panorama do muro-mostruário



Fig. 26 - Muro-mostruário



Fig. 27 - Muro-mostruário e pormenor

Com o tempo, o espaço fabril acumulava à função produtiva função comercial, registando-se, nas áreas interiores de acesso público e nas fachadas, mostruário dos produtos da fábrica, constituindo o muro-mostruário um marco característico (figura 25, 26 e 27). Em 1899, é construído um edifício neo-árabe, na atual Rua José Falcão, no Porto, (figura 28) destinado ao depósito e exposição de produtos da fábrica (Queiroz e Portela, 2004).



Fig. 28 - Edifício neo-árabe na Rua José Falcão, Porto

A fábrica que protagonizou a ponte entre as cerâmica artística e industrial, em muito assente no trabalho de Teixeira Lopes enquanto mestre artístico e na capacidade de gestão de António Costa, transformou-se em poucos anos, num dos complexos cerâmicos mais bem-sucedidos de toda a Península Ibérica, assumindo-se como arquétipo da concentração empresarial consagrada às denominadas “artes industriais” (Queiroz e Portela, 2004; DRCN, 2012: 9).

Antes da morte de António Almeida da Costa e perante o sucesso da fábrica registado na viragem do século XIX para o século XX, o fundador investe na construção de dependências sociais fora do complexo para usufruto dos seus trabalhadores, nomeadamente o bairro operário, a creche e o asilo ¹⁵ (figuras 29, 30 e 31). Atualmente, todos estes edifícios sociais pertencem à Misericórdia de Vila Nova de Gaia. António Almeida da Costa terá deixado explícito no seu testamento a sua vontade em doar estes edifícios a uma instituição de caridade.

Através de dados analisados na bibliografia, conclui-se que a Fábrica das Devesas, apesar de todo o sucesso industrial, era também inovadora nas preocupações sociais, dado que se constrói a cidade fabril, oferecendo condições adicionais aos trabalhadores, assim como a instrução dos operários e a preocupação com a idade mínima para se trabalhar na fábrica. Na mesma zona das Devesas encontravam-se casos radicalmente diferentes em termos de moral e ética de trabalho, como é o caso da fábrica Fidelidade (tabaqueira), onde metade dos trabalhadores menores tinha menos de 12 anos (Guimarães, 1997: 95).

A política da fábrica de Cerâmica das Devesas parece apresentar uma maior sensibilidade nestas questões talvez devido à mentalidade inovadora e instruída do seu impulsionador.

Contudo, em 1903, inicia o seu declínio devido a alterações na sociedade

15 A inauguração do “Asilo e Creche em Gaya” foi noticiada nos principais jornais do Porto a (26-06-1915) (Correia, 2012:83)



Fig. 29 - Bairro operário



Fig. 30 - Creche



Fig. 31 - Asilo

comercial, a que se sucedem uma série de acontecimentos identificados por (Correia, 2009: 47), designadamente, o abandono da sociedade por Teixeira Lopes, 1909, obrigando à entrada de novos administradores; um incêndio, ocorrido em 1913 (figura 32), que destrói parcialmente a fábrica; e a morte de Almeida da Costa, em 1915.

Estes factos levam ao fecho provisório da unidade entre 1915 e 1920 o que levou à abertura de outras unidades mais pequenas como a Fábrica de Valadares. Em 1920 é realizada uma nova escritura com novos sócios e estatutos, passando a fábrica a designar-se por «Companhia Cerâmica das Devesas», e procedeu-se a obras de remodelação e eletrificação de vários dos seus edifícios. A nova companhia privilegiou as instalações da Pampilhosa para a produção de produtos para a construção (telha e tijolo), devido a vantagens económicas, procedendo, por este motivo, à transferência de alguma maquinaria para esse espaço (Correia, 2009: 52).

Em 1955, a fábrica das Devesas produzia essencialmente tijolo refractário e artigos sanitários em grés, tendo reduzido substancialmente o azulejo e louça sanitária em faiança, observando-se um abandono de algumas áreas do complexo industrial, que já se encontravam em processo de degradação ou tinham mesmo sido demolidas por motivos de segurança, face ao avançado estado de ruína (DRCN, 2012).

Este processo de decadência e degradação durou até aos finais da década de 80 do século passado, data em que a Companhia Cerâmica das Devesas acabou por encerrar (Correia, 2009: 52).

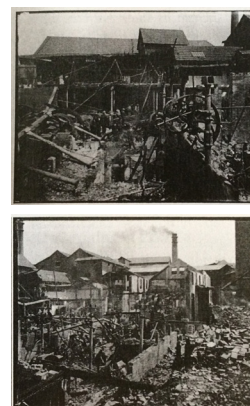


Fig. 32 - Incêndio 1913

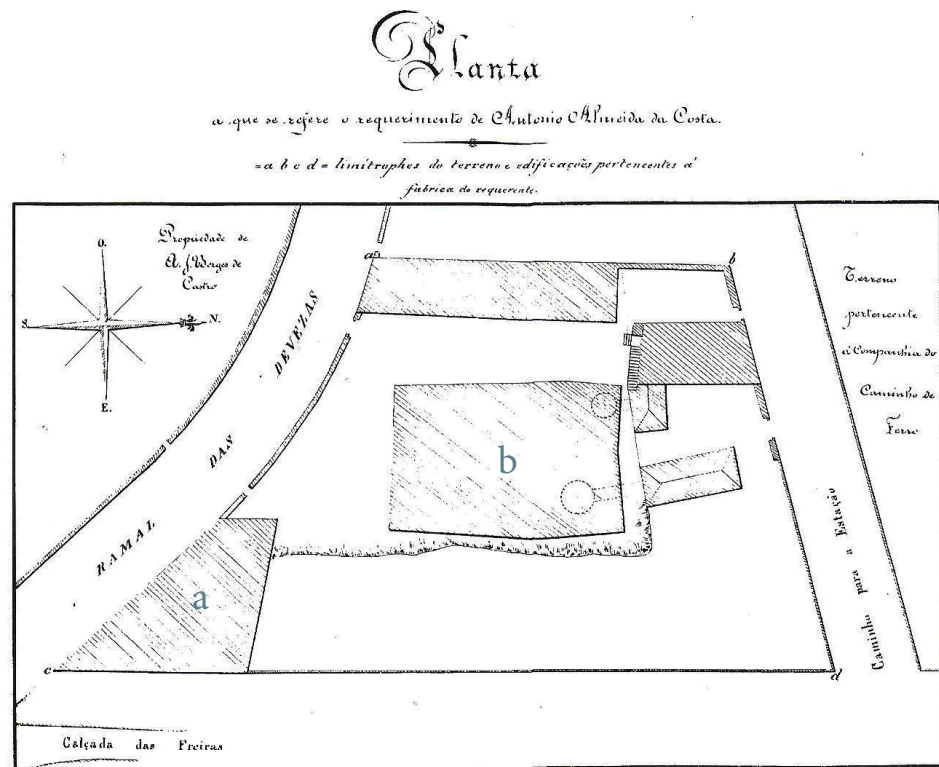


Fig. 33 - Planta de implantação inicial da Fábrica das Devesas. a) oficina de modelação b) barracão de madeira que continha os fornos de calcinação e de louça, os tanques de levigação e os amassadores do barro

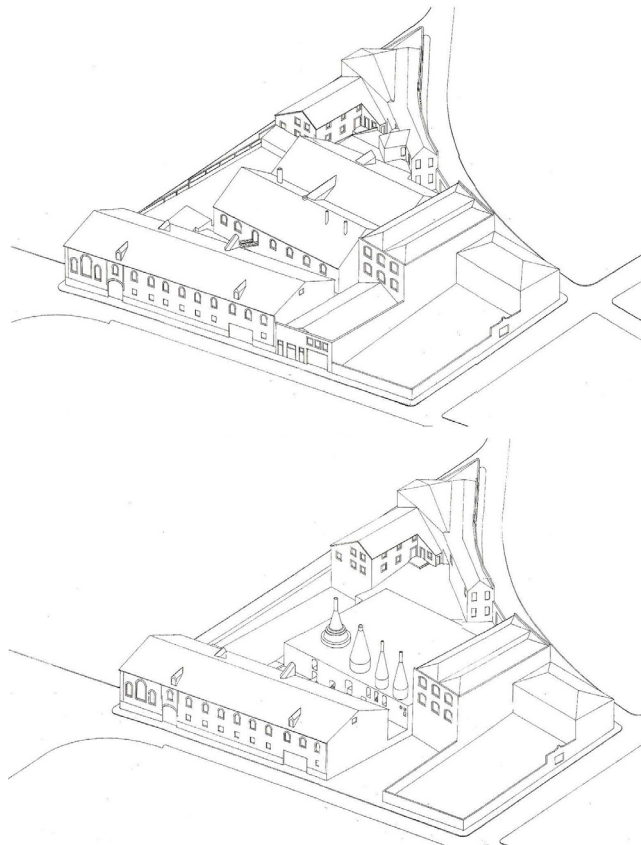


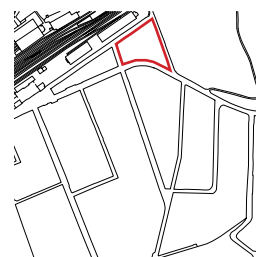
Fig. 34 - Perspetiva axonométrica da Fábrica de Cerâmica das Devesas (Núcleo Fabril 1 a norte), por volta de 1990 (cima). A imagem de baixo evidencia os fornos da Fábrica

1.1.4 CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

Neste subtema procede-se à análise de todo o edificado pertencente ao complexo industrial da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Uma vez que foram esgotadas todas as possibilidades de encontrar informação documental sobre estes edifícios, a análise é realizada com base nas informações encontradas nas fontes bibliográficas, juntamente com fotos do arquivo pessoal da autora da dissertação.

1.1.4.1 NÚCLEO FABRIL 1 (A NORTE)

Após a inauguração do caminho-de-ferro e da respetiva estação das Devesas, os terrenos envolventes, predominantemente compostos por Quintas, passaram a ser alvo de maior procura e interesse, daí os proprietários da Quinta das Devesas colocarem a render os terrenos a sul da quinta, futuros terrenos da Fábrica de Cerâmica das Devesas (Correia, 2009: 37).



A fábrica já se encontrava em laboração desde há alguns anos, mas apenas em 1870 é requerido o alvará de licença por António Almeida da Costa.

Segundo (Correia, 2009: 37), a pequena fábrica pertencente a António Almeida da Costa, implantou-se junto aos terrenos da Quinta das Devesas, ligeiramente a nascente da estação de aminho de ferro.

Este núcleo inicial ocupava apenas parte de um quarteirão e estava delimitado pelo Ramal das Devesas (atual Rua Conselheiro Veloso da Cruz), Calçada das Freiras (atual Rua Serpa Pinto) e pelo “Caminho para a Estação” (atual Rua Pinho Valente). Era composto por uma casa térrea (servindo como oficina de modulação), um edifício de dois pisos (albergando oficinas de pintura) e, no interior do terreno, vários barracões de madeira. O maior de todos estes barracões (figura 33) continha os fornos de calcinação e de louça, bem como os tanques de levigação e os amassadores do barro ¹⁶ (Queiroz, 2002: 325).

Figura 33 - Edifício a:

- Área de implantação - aproximadamente 340m²
- Nº de pisos - 1 Piso

¹⁶ Segundo fonte consultada por (Correia, 2009: 37), este núcleo inicial “compõe-se duma casa térrea e outra dum andar, ambas tendo frente para a Rua da Fonte Santa, achando-se no interior dele edificadas barracões e fornos, sendo todo o edifício ou prédio empregados numa fábrica de louças e esculturas”

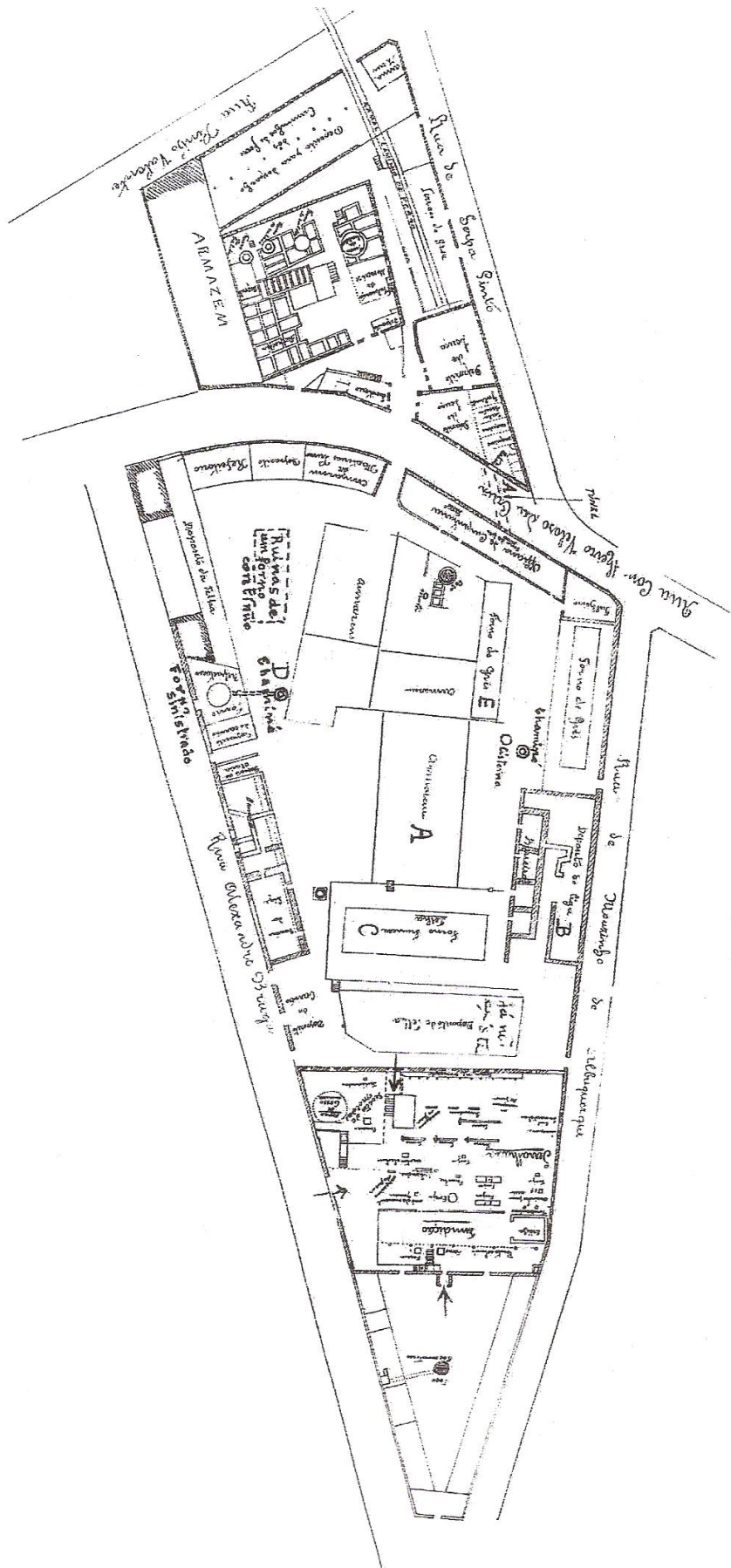


Fig. 35 - Planta da Fábrica em meados do século XX. Quarteirão norte (em cima) e sul (em baixo)

- Função: oficina de modulação
- Paredes exteriores: alvenarias resistentes de pedra complementada com tijolo maciço, revestida com reboco;
- Cobertura – estrutura de madeira
- Piso – estrutura de madeira revestida a soalho

Figura 33 - Edifício b:

- Área de implantação - aproximadamente 570m²
- Função: barracão com fornos de calcinação e de louça, os tanques de levigação e os amassadores do barro
- Estrutura: madeira

Destas primeiras instalações pouco restou até aos nossos dias. Apenas uma parte do edifício (figura 33 - edifício a) que hoje faz gaveto com a Rua Conselheiro Veloso da Cruz e a Calçada das Freiras (como é vulgarmente chamada ainda hoje) terá as mesmas fundações da antiga oficina de modulação, tendo sido acrescentada a decoração nas paredes posteriormente (Queiroz, 2002: 325).

1.1.4. NÚCLEO FABRIL 2 (A SUL)

Na década de 1870, a fábrica sentiu a necessidade de crescer e desenvolveu-se para terrenos contíguos e, mais tarde, para sul (figura 35). Em 1877, ainda no quarteirão inicial, foram construídas as oficinas de moldes e o ramal ferroviário privado, possibilitando assim o acesso facilitado das matérias-primas, bem como o escoamento da produção (figura 36).



Fig. 36 - Armazém de Expedições e ramal ferroviário

Em 1880, a máquina a vapor (de 15 cv) foi instalada num edifício pertencente a outro quarteirão, localizado a sul das instalações primitivas da fábrica.

Entretanto, a secção de serralharia da fábrica, que inicialmente se destinava apenas ao conserto dos seus variados maquinismos, evoluiu para uma secção de serralharia e fundição autónoma, a qual já existia em 1884, no extremo sul do núcleo fabril 2 (figura 35).

A aposta e investimento do fundador na formação dos seus operários era notória, uma vez que acolheu provisoriamente, em 1883, uma escola de desenho e modulação nas instalações da sua própria fábrica, com o intuito de formar os seus funcionários em desenho aplicado à indústria (Portela, 2003: 139).



Fig. 37 - Vista parcial do complexo, delimitado pelas ruas Alexandre Braga (à esquerda) e Mousinho de Albuquerque (à direita);
Fig. 38 - Vista atual do quarteirão 2 (a sul), a partir de uma habitação do bairro operário



Fig. 39 - "Palácio D.Chica", anteriormente, residência do casal Almeida da Costa

Na transição dos séculos XIX para o XX, a Fábrica Cerâmica das Devesas, conhecida por «Fábrica do Costa», atravessava um período de auge, obtendo numerosas medalhas e elogios nas exposições a que concorreram.

Em 1899, é construído um edifício neoárabe, na atual Rua José Falcão, no Porto, destinado ao depósito e exposição de produtos da fábrica (Queiroz e Portela, 2004).

O edifício principal da Fábrica das Devesas foi também reformulado e decorado com numerosas peças de azulejo (e não só) saídas da fábrica, funcionando como um verdadeiro mostruário (catálogo) ao ar livre.

Em 1901 também o edifício da Pampilhosa foi profundamente alterado, tendo sido engrandecido com depósito e mostruário próprios, talvez como reação à nova concorrência que começava a existir.

É também nesta altura que o António Almeida da Costa constrói para sua residência um palacete neoárabe. Era notório o gosto do fundador pela linguagem neoárabe marcada em todos os edifícios pertencentes ao complexo fabril, a partir do final do século XIX.

O “Palácio D. Chica” ou “Casa D. Chica”, como é vulgarmente denominado, localiza-se na rua Conselheiro Veloso da Cruz, no quarteirão do núcleo fabril 1. Este edifício consiste numa casa oitocentista com as fachadas revestidas a azulejo (Figura 39). O logradouro da casa (nas traseiras) possui um mirante com oito esculturas femininas, tipo “cariátides”, apoiadas em plintos que interrompem o gradeamento de ferro fundido (figura 40). Foi a residência do casal Almeida Costa, antes da construção da “Casa do Costa” (palacete). Esteve arrendado para colégio infantil e primário (Externato Novo Lar) desde 1980, encontrando-se atualmente devoluto (Correia, 2012: 79).



Fig. 40 - Pormenor decorativo exterior - cariátides

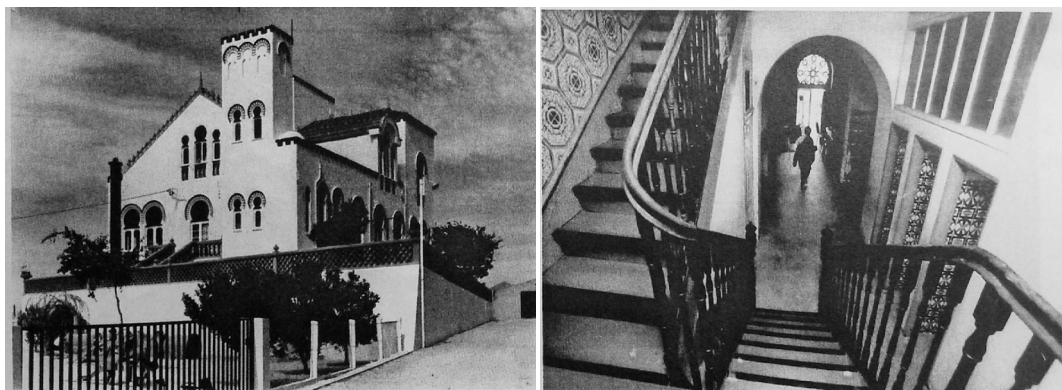


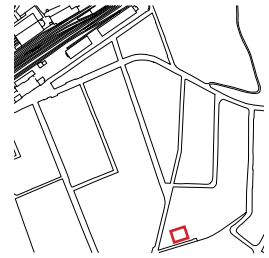
Fig. 41 - "Casa do Costa" - Creche e Jardim de Infância D. Emilia de J. Costa (esq); hall de entrada e escadaria (direita)



Fig. 42 - "Casa do Costa" Alçado e pormenores

1.1.4.3 CASA ANTÓNIO ALMEIDA DA COSTA (PALACETE)

Também conhecida por «Casa do Costa», este palacete neoárabe foi construído no século XX para residência do casal Almeida da Costa. Localiza-se na Rua Mouzinho de Albuquerque e usufruía de uma visão privilegiada sobre todo o complexo fabril, uma vez que se situa no ponto mais alto em relação a todos os outros núcleos.



Este edifício, demonstrativo do estatuto capitalista de Almeida da Costa, foi construído adotando o estilo neoárabe, refletindo o gosto eclético do proprietário, característico de uma época revivalista (DRCN, 2012: 12).

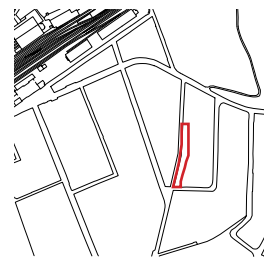
Não foi possível visitar o interior da casa, contudo, segundo (DRCN, 2012: 12), em termos volumétricos e de desenvolvimento em planta, o palacete faz lembrar as igrejas mudéjares, disseminadas pela meseta castelhana e brigantina.

Casa António Almeida da Costa:

- Área de implantação - 264 m²
- Nº de pisos - 4
- Função - habitação;
- Paredes exteriores - parede de tijolo maciço, rebocada
- Cobertura - estrutura de madeira com revestimento em telha de barro vermelha, tipo Marselha
- Caixilharia - madeira com vitrais em ferro e vidro

1.1.4.4 BAIRRO OPERÁRIO

O bairro, localizado na Rua Mouzinho de Albuquerque, define um dos lados da rua e assume-se como um conjunto habitacional coerente, pelo dimensionamento dos lotes, pela utilização do azulejo da fábrica adotando a “imagem de marca” do complexo. (DRCN, 2012: 11)



Este conjunto consistia num grupo de 21 habitações para os operários que trabalhavam na Fábrica das Devesas. Destaca-se a preocupação do fundador relativamente ao apoio social, nomeadamente no melhoramento do nível de vida dos seus funcionários e respetivas famílias. Esta atitude de criação de equipamentos com valências múltiplas, relacionados com os núcleos indústrias,



Fig. 43 - Bairro operário 1946-1948



Fig. 44 - Bairro operário atualmente



Fig. 45 - Bairro dos Contramestres

revela uma certa contemporaneidade e visionamento de A. A. Costa.

Deste conjunto de 21 habitações, 10 foram completamente remodeladas a nível interior e tiveram beneficiação nos logradouros. (Correia, 2012: 490)



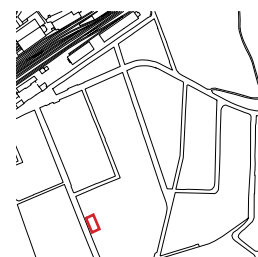
Fig. 46 - Pormenor azulejo bairro operário

Características de uma habitação do bairro dos operários:

- Área de implantação - aproximadamente 62m²
- Área bruta de construção - aproximadamente 92m²
- N^o de pisos - 1 piso térreo e aproveitamento do sótão
- Função - habitacional
- Paredes exteriores - tijolo maciço, revestidas a azulejo da Fábrica
- Cobertura - estrutura de madeira, revestida a telha de barro vermelho, tipo Marselha
- Pavimento - estrutura de madeira
- Caixilharia exterior/interior - madeira

1.1.4.5 BAIRRO DOS CONTRAMESTRES

Este conjunto de habitações apresentam um alçado e tipologia muito idênticos à do bairro operário, contendo um piso térreo e aproveitamento do sótão. No entanto, uma vez que se destinavam a funcionários com cargos relevantes, de maior destaque, apresentavam áreas maiores, correspondendo a habitações mais avantajadas em relação às dos operários.



Uma habitação do bairro dos contramestres (figura 45):

- Área de implantação - aproximadamente 80m²
- Área bruta de construção - aproximadamente 120m²
- N^o de pisos - 1 piso térreo e aproveitamento do sótão
- Função - habitacional
- Paredes exteriores - tijolo maciço, revestidas a azulejo da Fábrica
- Cobertura - estrutura de madeira, revestida a telha de barro vermelho, tipo Marselha
- Pavimento - estrutura de madeira

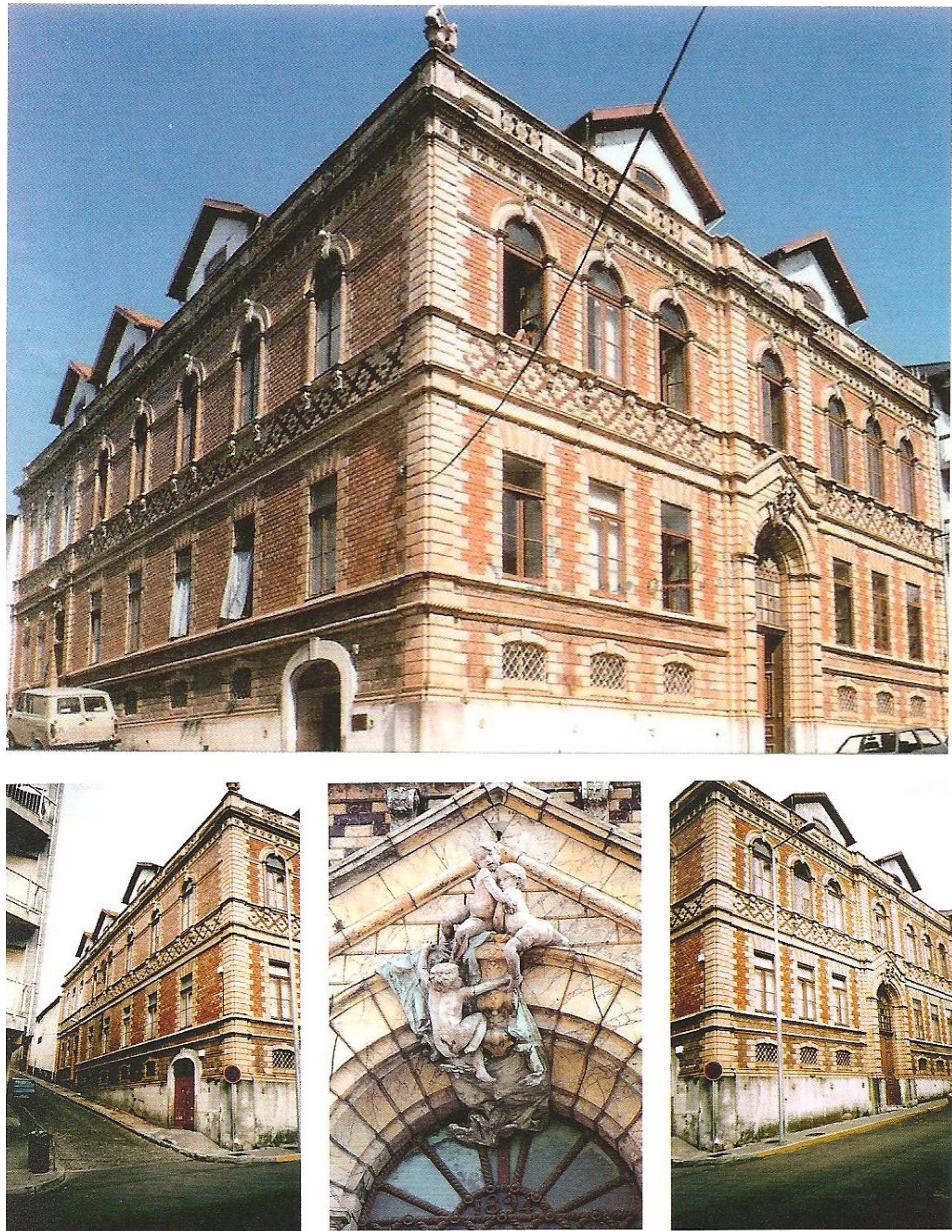


Fig. 47 - Primeira Creche e Jardim de Infância, na rua Visconde das Devesas, esquina da rua Heliodoro Salgado

1.1.4.6 CRECHE EMÍLIA DE JESUS COSTA

Não se sabe a data de inauguração, contudo, aponta-se para o ano de 1894, de acordo com a inscrição na fachada (figura 47), em ferro forjado, por cima da porta principal (Correia, 2012: 93).

Segundo (Correia, 2012: 93), este edifício, com o nome de Jardim Infantil, terá sido a primeira creche do conjunto industrial¹⁷e funcionou num prédio, construído para o efeito, na rua Visconde das Devesas, nº 189, esquina da rua Heliodoro Salgado, junto ao Bairro dos Contramestres.

Este edifício tinha a função de Jardim Escola para os filhos dos empregados da Cerâmica e consistia num prédio de dois andares, rés-do-chão, águas furtadas em forma de palacete, com pátio, água de poço e mais pertenças que António Almeida da Costa mandou construir para ali instalar a Creche (Costa, 2012: 94).

Após a inauguração do Asilo-Creche, em Junho de 1915, a creche saiu da Rua Visconde das Devesas para passar a integrar o novo edifício. Posteriormente, foi desanexada do Asilo, tendo passado a funcionar na residência de A. A. Costa (palacete), vulgarmente apelidada de “Casa do Costa” ou “Castelinho” (Correia, 2012: 94).

Atualmente restam apenas as fachadas do edifício original, pelo facto do interior ter ruído. A estrutura metálica de contenção da fachada impede a sua visualização (figura 48).

1.1.4.7 ASILO E CRECHE

Designado de “Asylo e Creche em Gaya” foi inaugurado a 27 de Julho de 1915 (Correia, 2012: 83).

Localizado na Rua Almeida da Costa, especificamente na antiga Quinta da Cambada, este edifício tinha a designação de “Asylo Antonio Almeida da Costa e Creche Emília de Jesus Costa”, como se pode ler na fachada principal, nas duas inscrições gravadas em azulejo.

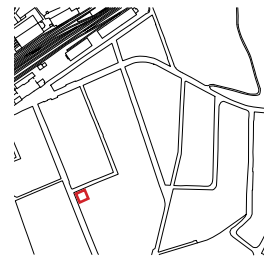
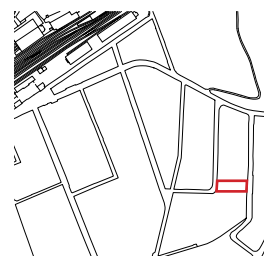


Fig. 48 - Estrutura metálica de contenção da fachada



¹⁷ Esta creche foi a segunda a ser inaugurada em Vila Nova de Gaia e na zona norte do País (a primeira foi a da Associação das Creches de Santa Marinha, em 1888).



Fig. 49 - Asilo e creche

Esta fundação destinava-se a receber e a tratar idosos, de ambos os sexos, que não possuíssem de meios de subsistência, e crianças pobres, que de tal auxílio necessitassem (Correia, 2012: 80).

Este edifício perpetuou o nome da família Almeida da Costa, que se enobreceu pelo trabalho e pelas qualidades humanas, nomeadamente, pela generosidade e pelo forte espírito social que contribuíram para a construção de um valioso património, dando início às primeiras obras de assistência organizada no concelho de Vila Nova de Gaia (Correia, 2012: 79, 83). Segundo (Correia, 2012: 83), o edifício abrangia uma área de 800m² e tinha dois pisos. No piso superior encontravam-se a secretaria e rouparia, a habitação da inspetora e ajudante, o salão dormitório, quarto de banho, lavatório e outra dependência. O pavimento inferior, ao qual se acedia por uma larga escada interior, era o asilo, com amplos salões, comunicando entre si, mas separados por compridos corredores, com dormitórios dos dois sexos (idosos e idosas), quartos de banho e do pessoal, cozinha e refeitório. O edifício era rodeado de quintais e jardim, bem ventilado e com bastante luz natural, devido às numerosas janelas, possuía também gás e água canalizados. António Almeida da Costa foi o autor da planta (Correia, 2014: 138).

O Antigo Asilo foi adaptado a Lar da 3^a. Idade, tendo por isso sofrido alterações profundas. A estrutura foi ampliada através de um novo corpo adjacente, destinado a servir as necessidades deste equipamento social. As intervenções efetuadas mantiveram, porém, a fachada principal (figura 49) revestida com azulejos da fábrica (DRCN, 2012: 12).



Fig. 50 - Planta do estado de conservação do existente

1.2.1 CARACTERIZAÇÃO E VALORES DO COMPLEXO FABRIL EXISTENTE

1.2.1.1 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O encerramento do complexo fabril, desde finais da década de 80, originando uma progressiva degradação das estruturas arquitetónicas existentes, assim como no furto do espólio remanescente.

A presente caracterização do estado de conservação dos edifícios e do seu grau de alteração funcional e material baseia-se na observação *in situ*, efetuada nas imediações do local, sem o acesso ao interior dos edifícios, devido ao estado avançado de ruína das estruturas existentes (figura 50 - 3).

O núcleo fabril 1, localizado a norte, apresenta os edifícios em razoável estado de conservação, (figura 50 - 1), visto ainda se manterem em funções (a oficina de automóveis e armazéns), apesar de, recentemente, uma parte do seu edificado sem atividade ter ruído, (figura 50 - 2 e 3), representando os escombros um sério risco para a segurança pública. Os dois pavilhões centrais (figura 50 - 3), correspondentes à zona de produção, visto terem as chaminés integradas no edifício, foram demolidos. O antigo edifício de escritórios da fábrica também ruiu na parte do telhado (figura 50 - 2). Apenas a entrada principal, (figura 50 - 1), e o edifício mais a norte (fachada para a rua Pinho Valente - figura 50 - 4) se encontram de pé.

O núcleo fabril 2, localizado a sul, encontra-se em avançado estado de ruína, persistindo apenas as duas chaminés (figura 50 - 5), o muro mostuário e uma parte correspondente aos edifícios que terão servido de zona de produção e de armazenagem. (Esta informação baseia-se na interpretação da planta de 1938, apresentada na página 52).

Os edifícios pertencentes à Misericórdia encontram-se em bom estado de conservação, (Figura 51 - 7, 8, 9, 10 e 11), dado que esta entidade se ocupa da sua manutenção.

O bairro operário encontra-se habitado e por isso em bom estado de conservação (figura 51 - 7), muito embora algumas casas tenham sofrido intervenções no seu



Fig. 51 - Planta do estado de conservação do existente

interior. A banda de casas, que na sua globalidade define uma das frentes urbanas da Rua Mouzinho de Albuquerque, assume-se como um conjunto habitacional coerente, decorrente do dimensionamento dos lotes e da utilização do azulejo da fábrica, o que lhe confere uma espécie de «imagem de marca» do complexo (DRCN, 2012: 11).

A casa Almeida da Costa (figura 51 - 8), situada a uma cota mais elevada em relação aos restantes núcleos da fábrica, foi construída adotando o estilo neo-árabe, refletindo o gosto do seu proprietário. Em termos volumétricos e de desenvolvimento em planta, o palacete faz lembrar as igrejas mudéjares. Atualmente pertencente à Misericórdia de Vila Nova de Gaia, encontrando-se obsoleta.

O Antigo Asilo (figura 51 - 9) foi adaptado a Lar de Idosos, tendo por isso sofrido alterações profundas. A estrutura foi ampliada através de um novo corpo adjacente, destinado a servir as necessidades deste equipamento social. As intervenções efetuadas mantiveram, porém, a fachada principal revestida com azulejos da fábrica (DRCN, 2012: 12).

A Creche Emília de Jesus Costa (figura 51 - 10), encontra-se em avançado estado de degradação, observando-se o desmoronamento de todo o seu interior e a existência de uma estrutura de segurança no escoramento das fachadas.

A casa dos contramestres (figura 51 - 11) encontra-se devoluta e igualmente em avançado estado de ruína.

1.2.1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS

A lei de base do património (Lei 107/2001: art. 2 n.º 3) define que o interesse cultural relevante está assente em aspetos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico e devem refletir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Tendo como ponto de referência o conjunto das Devesas (constituído pela unidade produtiva e edifícios sociais) podem ser elencados os seguintes interesses: histórico, arquitetónico, documental; artístico; industrial e social – e valores conectados à memória, exemplaridade e singularidade.

Em primeiro lugar, analisando o conjunto industrial regista-se um complexo de grandes dimensões, singular para a época, que alberga um conjunto de estruturas destinadas à produção de materiais de construção (elementos construtivos e decorativos) e de peças de mesa (louça) que marcam uma época específica – 1ª fase da Revolução Industrial – interessante quer pela singularidade e exemplaridade que representa. Desde finais do século XVIII até ao início do século XX foram mais de trinta unidades instaladas na região (baixo Douro) que estavam ligadas à produção cerâmica e marcaram a paisagem urbana de Vila Nova de Gaia.

Os fornos são, pelas suas características intrínsecas, os elementos mais fortes das unidades cerâmicas, havendo o registo da preservação de alguns na região, contudo, com o abandono da produção, poucos são os exemplos das restantes estruturas industriais remanescente na região (Senhor d’Álem e Cavaco são outros exemplos em estado de ruína). A memória produtiva e a do saber-fazer encontra-se latente neste espaço ao abandono.

Ao nível da arquitetura, esta Fábrica representa um exemplo singular, enquanto núcleo urbano consolidado (cidade fabril) apresentando uma linguagem muito própria marcada pelo gosto neo-mourisco presente nas fachadas de todos os edifícios pertencentes ao complexo - valor estético.

Os produtos saídos das fábricas das Devesas, que outrora empregou cerca de seiscentas pessoas, estão presentes quer nas paredes da própria fábrica (muro-mostruário) como nos restantes edifícios sociais da fábrica quer em inúmeros edifícios civis espalhados por Portugal em especial nas suas áreas centrais da região do Norte e Centro e Lisboa, constituindo os azulejos e as peças decorativas os elementos mais característicos (identidade) e diferenciadores da arquitetura

portuguesa comparativamente com a do restante espaço europeu. Os motivos dos azulejos produzidos, apesar de alicerçados na tradição lusa da padronagem do século XVII e influenciados pela produção estrangeira do século XIX, apresentam variedades decorativas novas e únicas no contexto da época, em especial por influírem decisivamente nas unidades mínimas urbanas, os quarteirões.

Em termos sociais a fábrica constitui um dos exemplos da preocupação que os sócios apresentavam para com os seus empregados. Os edifícios sociais tendem a alterar o paradigma com que os assalariados viviam, uma vez que podiam usufruir da cresce, asilo e habitações para funcionários. Ressalve-se que estas construções não abrangem a maioria dos empregados mas regista-se uma inflexão à corrente dominante.

1.2.2 PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

O conturbado processo de classificação do complexo fabril das Devesas prolonga-se há mais de 30 anos. Pretende-se com esta síntese, elaborar uma breve contextualização sobre este complicado processo de classificação. Poderá ser encontrada toda a informação sobre este processo, cronologicamente detalhada, em (Correia, 2014:189-200; Queiroz e Portela, 2004; Verdegiaia, 2012 e DRCN, 2012: 4-7).

Este processo de classificação prolonga-se desde meados da década de 1980, no IPPC¹⁸, tendo passado para o IPPAR¹⁹, seguidamente para o IGESPAR²⁰, encontrando-se atualmente na DGPC²¹. Não está ainda em vista a sua conclusão. Segundo (Queiroz e Portela, 2004), apesar de algumas iniciativas positivas, este prolongamento do processo persiste, devendo-se, sobretudo, a muitos anos de abandono, delapidação, inércia, ignorância e burocracia, pondo em causa um dos melhores exemplares de património industrial em Portugal.

O processo iniciou-se em 1983, de forma tímida, devido à falta de consciencialização da sociedade portuguesa relativamente à importância do património arquitetónico, particularmente, do património industrial. A iniciativa partiu do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (Dr. Francisco Barbosa da Costa), que propôs a classificação, como de interesse público, dos painéis de azulejo patentes no muro-mostruário (quarteirão Sul), no sentido da preservação dos mesmos. A classificação foi aprovada na autarquia, tendo sido apresentada uma nova proposta pelo mesmo Vereador, que contemplava o conjunto fabril (depreendendo-se ser o núcleo norte), recheio e antigo bairro dos operários da fábrica, que foi também aprovada pela vereação (Queiroz e Portela, 2004).

Em 1984 é noticiado na imprensa que na antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas iria situar-se um museu de cerâmica, segundo proposta do Vereador Barbosa da Costa à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (Queiroz e Portela, 2004).

18 IPPC - Instituto Português do Património Cultural, criado em 1980 pelo Decreto-Lei N.º 59/80 de 3 de abril;

19 IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico, criado em 1992, foi o instituto público que regulou a classificação do património histórico português, bem como a homologação do nível de proteção, durante 15 anos (1992—2007).

20 IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

21 DGPC - Direção-Geral do Património Cultural

Este tipo de iniciativas gerou equívocos e mal-entendidos entre o Pelouro da Cultura e o diretor da Companhia Cerâmica das Devesas, Mendes de Carvalho, que não terá ficado agradado com o facto da autarquia de Gaia ter exposto publicamente ideias e projetos, sem que primeiramente fosse consultada a Direção da Companhia. O diretor da Companhia afirmava, aliás, não entender o súbito interesse da Câmara Municipal em recuperar a fábrica (Queiroz e Portela, 2004).

Em Junho de 1986 é remetido pela CMVG²², depois de solicitado pelo IPPC, um estudo realizado pelo Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia²³ sobre a fábrica, no qual se referia que o complexo fabril das Devesas consistia numa área complementar à do centro histórico de Gaia e que havia “todo o interesse em classificar este conjunto único e exemplar como um todo” e não apenas o muro-mostruário (Correia, 2014: 189). Foi anexado ainda um relatório sobre o estado de conservação dos edifícios considerados relevantes para a classificação: muro-mostruário; armazéns gerais, oficinas e escritório; palacete de António Almeida da Costa; asilo; o edifício azulejado da Rua Visconde das Devesas; a casa dos contramestres e o bairro dos operários (Queiroz e Portela, 2004).

A 24 de Julho de 1986, o IPPC solicita informação à CMVG (envio de documentação fotográfica referente ao interior dos edifícios, vistas gerais de todo o conjunto, etc.) com o intuito de anexar ao processo de classificação que iria ser analisado pelo Conselho Consultivo do IPPC (Queiroz e Portela, 2004). Ocorreram atrasos no envio destas informações, que se virá a revelar uma constante ao longo deste percurso.

Em 1988, a imprensa lança novamente uma notícia sobre a Fábrica: “*«Cerâmica» das Devesas condenada à ruína?*” (Queiroz e Portela, 2004). A notícia informa que alguns dos edifícios do complexo estão a ser arrendados a empresas e a um jardim-de-infância. Quanto à questão da musealização, a proposta do Vereador Barbosa da Costa em transformar a fábrica num museu vivo de cerâmica tinha sido recusada por parte da Companhia Cerâmica das Devesas, pelo que não foi possível assinar o protocolo no qual a autarquia se propunha a realizar as obras necessárias para a construção do museu. Contudo, um dos membros da Direção

22 Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

23 Autoria do estudo: Dr. Joaquim Gonçalves Guimarães, responsável pelo Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

da Companhia rebateu essa versão dos factos, dizendo que a Câmara Municipal de Gaia nunca lhes havia proposto fazer ali um museu (Queiroz e Portela, 2004).

Em Setembro de 1989, o IPPC refere a necessidade de classificar e delimitar uma zona especial de proteção. Nessa mesma época, a Câmara Municipal de Gaia estava a apreciar a viabilidade de construção de um loteamento no local.

Em 1990, a propósito de um seminário internacional sobre produção cerâmica, que iria decorrer nesse ano, volta a ser noticiada pela imprensa o seguinte assunto: “Fábrica de Cerâmica das Devesas ainda espera ser museu” (Queiroz e Portela, 2004).

Nesse mesmo ano é apresentado um projeto-lei na Assembleia da República visando a criação de um museu de cerâmica nas instalações da Fábrica das Devesas, o qual não foi aprovado.

Ainda em 1990, o Concelho Consultivo do IPPC emite um parecer favorável à classificação do complexo fabril das Devesas, uma vez que este mantinha todos os elementos construtivos de origem e desenvolvimento, sendo estes testemunhos físicos do que foi essa era industrial²⁴. O IPPC afirmou ainda tratar-se de um pedido de classificação pouco vulgar, uma vez que envolve uma área apetecível para lotear.

Em 1991 o IPPC chama a atenção para a necessidade de ouvir a opinião dos proprietários, de acordo com a antiga Lei do Património 13/85.

Segundo (Queiroz e Portela, 2004) e (Correia, 2014: 192), a extinção do IPPC e a criação do IPPAR resulta numa interrupção de oito anos, em que praticamente nada acontece de positivo para este processo de classificação, acentuando-se a degradação do complexo fabril.

Apenas em 1999 foi determinada a abertura do processo de instrução para a eventual classificação do conjunto da Fábrica de Cerâmica das Devesas,

24 Foi também referido a relevância do contributo dos fundadores da fábrica (António Almeida da Costa e José Joaquim Teixeira Lopes) para a história e para a arte portuguesas, através da sua atividade fabril, dos catálogos, da expansão que alcançaram, dos seus conhecimentos e reconhecimento nacional e internacional, embora não fosse necessário referir todos estes factos para a classificação do complexo fabril, que já valia por si só. (Queiroz e Portela, 2004)

incluindo-se o depósito no Porto²⁵. A classificação contempla:

- Núcleo Fabril 1 [oficinas: armazéns, escritórios e jardim escola]
- Núcleo Fabril 2 (oficinas: chaminé séc. XIX, chaminé, forno cerâmico e muro mostruário)
- Casa António Almeida da Costa
- Bairro dos Operários
- Bairro dos Contramestres
- Creche Emília de Jesus Costa
- Asilo António Almeida
- Conjunto Habitacional
- Depósito de Materiais e o Tecto do Salão de Exposições na Rua José Falcão e Rua da Conceição, Porto (DRCN, 2012: 5)

Entretanto, procedeu-se a várias sondagens arqueológicas²⁶ no quarteirão Sul da Fábrica, tendo em conta o interesse manifestado por uma empresa imobiliária em lotear este terreno.

Segundo (Queiroz e Portela, 2004), as sondagens arqueológicas não foram devidamente planeadas²⁷, uma vez que não tiveram por base um sólido estudo prévio de análise às plantas antigas da fábrica, de forma a direccionar melhor as zonas que potencialmente, dariam resultados mais relevantes. Contudo, estas sondagens contribuíram para o conhecimento de novos dados, esclarecendo algumas questões duvidosas e reforçando ainda mais a importância histórica, artística e industrial deste complexo fabril (Queiroz e Portela, 2004).

Apesar da realização destas sondagens, o risco da manipulação dos resultados e a consequente aprovação do projeto imobiliário sobre bases falaciosas, despoleta a movimentação de um grupo de pessoas com o intuito de salvar da destruição o quarteirão sul do complexo fabril. Num manifesto, com um abaixo-assinado²⁸

25 Também neste ano é requerido pela Arq. Isabel Sereno, técnica do I.P.P.C. no Porto, a inclusão no processo de classificação do antigo depósito da Fábrica de Cerâmica das Devesas no Porto e do respetivo teto do salão de exposições. (Queiroz e Portela, 2004)

26 “De acordo com a legislação portuguesa em vigor, seria necessário proceder a sondagens arqueológicas em todos os locais em vias de classificação, as quais teriam de ser custeadas pelo promotor. Parte da lei foi parcialmente cumprida: em finais de 2002 iniciaram-se sondagens preliminares, tendo-se procedido à limpeza do terreno.” (Queiroz e Portela, 2004)

27 “Refira-se que o forno de sistema francês, construído em granito e em tijolo maciço, e a plataforma granítica de assentamento da oficina de serralharia e fundição foram “descobertos” por mero acaso, quando estavam claramente referenciados em plantas antigas que encontramos no decorrer da nossa investigação. Evitar-se-ia facilmente o facto da retro-escavadora ter provocado o aluimento de parte deste forno, devido ao peso que a mesma exerceu.” (Queiroz e Portela, 2004)

28 Este abaixo-assinado realizado em 2003 foi subscrito por um número considerável de investigadores, arqueólogos, historiadores, museólogos e gente da Cultura em geral.

realizado entre Fevereiro e Março de 2003, solicita-se a continuação das análises arqueológicas ao local, para recuperar o máximo possível do espólio da Fábrica e fundamentar melhor um processo de reabilitação urbana do espaço.

Segundo (Queiroz e Portela, 2001: 68), *“Vivem-se momentos de incerteza, entre a vontade de musealização por parte do município e o vandalismo e a ruína dos edifícios fabris, bem como os muitos interesses em jogo e as inúmeras pressões imobiliárias”*.

A 2 de Julho de 2012, a DRCN inicia novamente o processo de classificação do complexo da Fábrica de Cerâmica das Devesas²⁹, procedendo a algumas alterações quanto à função dos edifícios do complexo, anexando o historial do processo e excluindo do mesmo o Depósito de Materiais e o Teto do Salão de Exposições na Rua José Falcão e Rua da Conceição, no Porto. A DRCN decidiu abrir um novo processo para esse edifício, que decorreu separadamente e que ficou concluído em Novembro de 2014: o edifício Depósito de Materiais da Companhia Cerâmica das Devesas, na Rua José Falcão, 199, Porto, foi classificado como monumento de interesse público³⁰.

Ao longo desta investigação, procurou-se consultar o processo de classificação do complexo fabril das Devesas, mas tal não foi possível³¹.

Todo este processo, ao longo de mais de 30 anos, é reflexo de um conjunto de fatores que contribuíram para este prolongamento, designadamente:

- Conflito de interesses (públicos e privados);
- Inércia;
- Burocracia;
- Incoerências³²;

29 Segundo a associação (Verdegaia, 2012: 3), se o processo não fosse novamente aberto nesta altura, Junho de 2012, seria arquivado por caducidade.

30 Diário da República, 2.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014, disponível em <https://dre.pt/application/file/58852645> (ver Anexo III)

31 Depois de alguns meses de insistência em consultar o processo, a atenciosa arquiteta responsável pelo caso, na DRCN, afirmou (em Abril de 2014) ter sido contactada pela Unidade de Coordenação de Classificações da DGPC que a informou de que o processo das Devesas não poderia ser libertado naquele momento, uma vez que tinha sido enviada uma nova reclamação por parte de um dos interessados, encontrando-se naquele momento o processo no departamento jurídico (em Lisboa). Portanto, não foi possível a consulta do processo.

32 Segundo a associação (Verdegaia, 2012: 3), não tinha entrada, até ao momento, qualquer pedido de apreciação de licenciamento para urbanização dos espaços em causa. Tal procedimento seria obrigatório, uma vez que o conjunto se encontrava em vias de classificação. Esta informação vem contrariar as presentes declarações do Sr. Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que afirmavam estarem aprovados projectos para os espaços em causa.

- Mal entendidos;
- Numero elevado de classificações pendentes;
- Descontinuidade das políticas e da legislação (IPPC, depois IPAR, depois IGESPAR e, atualmente, DGPC);
- Burocracia resultante da centralização e
- Falta de meios para investir³³.

No decorrer desta investigação, contactou-se as várias partes envolvidas no processo de classificação (proprietários e entidades públicas), no sentido de obter mais informação sobre o complexo fabril da Cerâmica das Devesas (plantas dos edifícios, datas de fundação, fotografias históricas, etc.). Nestas conversas, o tema do impasse do processo de classificação era inevitável e cada uma das partes contava a sua versão dos factos, atribuindo as razões do impasse a outrem. Era notório o desentendimento entre as partes envolvidas, reflexo do conflito de interesses.

³³ A 18 de Julho de 2012, a associação Verdegaiã estabeleceu contacto com os proprietários e obteve a seguinte informação: “A Companhia Cerâmica das Devesas, SA pretende vender o património em questão e não dispõe de meios que lhe permitam encarar qualquer outra solução”. (Verdegaiã, 2012: 3)

1.2.3 PROJETOS DE LOTEAMENTO

Antes mesmo do encerramento da Fábrica, o quarteirão Sul encontrava-se já em avançado estado de degradação. Contudo, pela sua área e localização estratégica consistia num terreno apetecível para lotear, tendo sido, ao longo dos anos, alvo de projetos de loteamento e urbanização.

Segundo (Queiroz e Portela, 2004), o projeto de loteamento, anterior a 2002, e urbanização para o quarteirão sul foi elaborado apenas com o conhecimento das estruturas visíveis por entre o então existente matagal, ou seja, antes das sondagens arqueológicas. Após as mesmas (sondagens de 2002), o projeto veio a revelar-se incongruente e obsoleto, uma vez que partia do pressuposto que apenas existia valor patrimonial nos vestígios arquitetónicos que se encontravam de pé, quando o subsolo de todo o complexo fabril possui estruturas muito interessantes (cisternas, túneis, fornos) que seriam, assim, destruídas, sem qualquer tipo de estudo.

Em 2004, o projeto de urbanização que se encontrava em apreciação não apresentava critérios objetivos para a manutenção das estruturas existentes e para a demolição de outras, que ainda se encontram de pé. Este projeto, para além de não contar com o parecer externo de reconhecidos especialistas em arqueologia industrial e/ou em história da arte, não tencionava valorizar aquela área para o bem comum, uma vez que tinha como intuito corresponder ao objetivo de lucro por parte do promotor, que viria a ser o único beneficiário de um bem patrimonial comum.

Para além da destruição dos vestígios existentes no quarteirão sul, o projecto incidia apenas num ponto do complexo, retirando a leitura do todo. Esta intervenção consistia assim num ato isolado, retirando a relação com as outras dependências da fábrica, nomeadamente o palacete, bairro operário e quarteirão norte da fábrica (Queiroz e Portela, 2004). Em suma, o projeto em apreciação desde 2004, não zelava pelo interesse público, quer em termos de reabilitação urbana da zona, quer em termos da salvaguarda e valorização do antigo complexo fabril.

A 5 de Julho de 2012 é noticiado na imprensa que o quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas tem um projeto de reabilitação pronto e licenciado pela CMVNG, desde 2010. Contudo, ainda não tinha sido possível encontrar um

investidor para o local. Segundo Firmino Pereira, vereador da autarquia, (Lusa, 2012) “*O processo está licenciado pela câmara e tem alvará emitido em maio de 2010, válido até maio de 2015*”.

O quarteirão sul, com 13.500m², encontra-se averbado em nome do BCP, desde maio de 2011 e dispõe de um projeto de reabilitação que tem como objetivo criar um “jardim industrial vivo” (Lusa, 2012).

O processo teve início em Maio de 1996 quando uma sociedade imobiliária procedeu ao registo e pedido de licenciamento para uma operação de loteamento no quarteirão sul que não foi aprovado.

Em 2004 foi feito o reconhecimento do terreno, incluindo o subsolo, envolvendo no novo projeto o espólio existente.

Em 2005, o IPPAR valida o projeto com vista à ocupação periférica do setor sul do quarteirão com edifícios novos que envolvem recuperação, reabilitação e adaptação dos edifícios existentes, bem como a colmatação de alguns destes com novas áreas de construção e o restauro das estruturas existentes (Lusa, 2012).

O projeto *Complexo Residencial Devezas Millenium BCP*, da autoria de Joaquim Massena, visa defender e respeitar o património industrial, integrando as pré-existências na vida da cidade. As habitações previstas para o local incluem, no seu interior, os fornos. Da área total do terreno, apenas metade será objeto de construção e reabilitação de edifícios para habitação (com tipologia *loft* e *duplex*) e espaços comerciais, reservando a área restante para jardim, com os elementos arqueológicos devidamente restaurados, criando, desta forma, um ambiente cenográfico e um espaço ideal para exposições (Lusa, 2012). O projeto tem como objetivo atribuir validade construtiva ao terreno em questão, sem pôr em causa o património existente, constituindo assim um pólo dinamizador da cidade, numa área que se encontra abandonada.

Segundo (Lusa, 2012), o conjunto da Fábrica de Cerâmica das Devesas está protegido na Carta de Salvaguardas da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, no Património Arquitetónico ao Nível de Proteção Integral, Área Complementar e como Zona de Valor Arqueológico Classificada. Uma vez que o conjunto se encontra em vias de classificação, qualquer pedido de apreciação de licenciamento para urbanização dos espaços em causa teria de passar pela aprovação da DRCN. Segundo (Verdegaia, 2012), não tinha entrado até ao momento qualquer pedido de apreciação na DRCN, informação esta contraditória,

uma vez que a CMVNG afirmava estarem aprovados projetos para o quarteirão sul da Fábrica (Lusa, 2012).

II. ● ANÁLISE E DISCUSSÃO DE CASOS DE ESTUDO



Fig. 52 - Tipologias de uso

2.1 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A consciência e preocupação pela defesa do património industrial é ainda matéria atual, uma vez que o seu surgimento deveu-se ao processo de desindustrialização pelo qual as cidades passaram a partir das décadas de 70/80. Em Portugal, a década de 80 marca o início destas inquietações, como explica Jorge Custódio (em Veloso, 1999: 15).

Contudo, existem já a nível nacional e internacional uma série de exemplos de referência. Pretende-se neste capítulo analisar edifícios industriais que se aproximem da realidade atual da fábrica em estudo, designadamente o estado de ruína avançado do seu edificado.

Numa primeira fase foram selecionados e analisados alguns casos representativos de reabilitação de edifícios industriais, referidos nas fontes de informação consultadas. Em relação aos casos nacionais, esse estudo permitiu a identificação de tipologias de uso (programas de intervenção) (figura 52) designadamente:

I. Espaços multiculturais ligados às indústrias criativas;

Como exemplo:

- LX Factory (antiga fição fundada em 1846, Lisboa);
- Fábrica de Santo Thyrsó (antiga fição fundada em 1898, Santo Tirso);
- Oliva Creative Factory (antiga fábrica de produtos metalúrgicos, 1925, São João da Madeira)

II. Parque empresarial – espaços para novas empresas;

Como exemplo:

- Electro – Cerâmica, Candal (antiga Empresa Electro Cerâmica, Limitada, fundada em 1914, Vila Nova de Gaia)

III. Usos Públicos – autarquias assumem políticas públicas de

ordenamento, reconversão e gestão de espaços industriais abandonados;

Como exemplo:

- Centro Cultural e de Congressos (CCC) (antiga Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos, fundada em 1896, Aveiro);
- Fórum cultural de Ermesinde (A Empresa Industrial de Ermesinde, fundada em 1910, Ermesinde);
- Paços do Concelho (antiga Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, fundada em 1772, Portalegre).

Casos de Estudo – internacionais

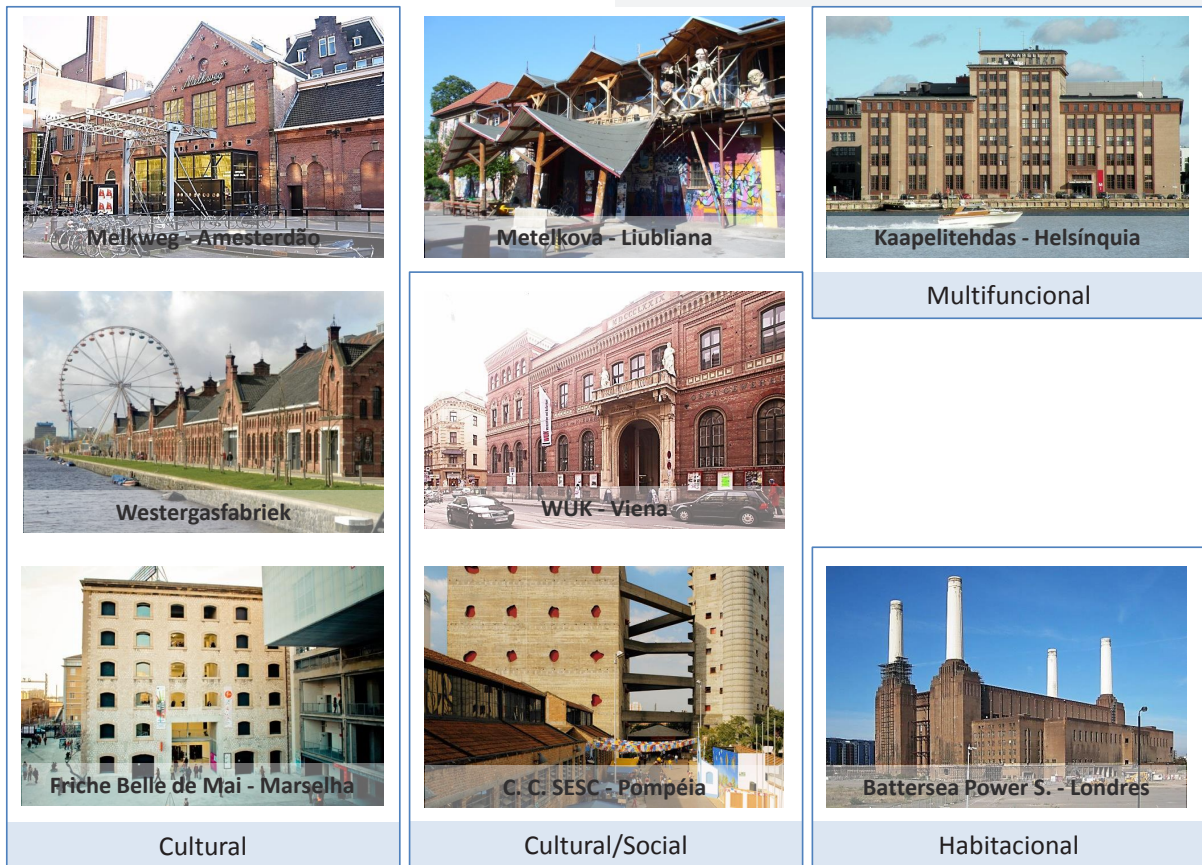


Fig. 53 - Tipologias de uso

Quanto aos casos internacionais, concluiu-se que a grande parte dos espaços é utilizado para atividades culturais, contendo museus, galerias de exposições, teatros, salas de espetáculos e todas as dependências associadas a este tipo de funções (Figura 53).

Como exemplo:

- Melkweg (Antigo armazém de açúcar, Amesterdão);
- Metelkova (antigo grande quartel militar, fundado em 1888, Liubliana);
- Werkstaten Und Kulturhaus (WUK) (antiga Fábrica de Comboios, Viena);
- Westergasfabriek (antigo grande Complexo Industrial, Amesterdão);
- Kaapelitehdas (antiga Fábrica de Cabos da Finlândia, Helsínquia);
- Friche Belle de Mai (antiga Fábrica de Tabaco, Marselha);
- Battersea Power Station (Complexo habitacional homónimo, Londres),

Apenas um dos exemplos estudados está a ser convertido num complexo habitacional, caso de ‘Battersea Power Station’ em South West London.

A análise a alguns casos selecionados e tratados em (Carvalho, 2009), - Melkweg, Amesterdão; Metelkova, Liubliana; Werkstaten Und Kulturhaus, Viena;- permitiu constatar que a sua reabilitação não foi primeiramente manifestada pelos organismos públicos, tendo antes partido da iniciativa de grupos de jovens, de ativistas, de artistas e intelectuais que ocuparam os espaços, um pouco à revelia, como forma de impedir a demolição destas estruturas que consideram fazer parte da sua identidade enquanto história de um povo. Estas pessoas encontram nestes espaços um refúgio, um palco para fazer e divulgar as suas artes, interesses, etc. Estas tomadas de posse nem sempre são pacíficas, dando lugar, em alguns casos, a desavenças com as autoridades que podem até contribuir para uma destruição de alguma parte dos edifícios. No entanto, na maior parte dos casos, perante o sucesso das atividades desenvolvidas por este tipo de grupos (não organizados), surge o interesse dos organismos públicos em explorar estes projetos, investindo e dando incentivos, no sentido de criar uma empresa organizada, sem perder o carácter artístico e espontâneo da atividade inicial.

É de interesse referir que nos casos nacional LX Factory e internacional Westergasfabriek a intervenção teve um carácter provisório.

Contudo, esta primeira abordagem consistiu numa aproximação ao estado da arte. Estávamos perante exemplos variados, sendo necessário selecionar os casos com características semelhantes às da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

Fórum Cultural de Ermesinde

Ruína

Tipo produção - telha

Implantação

Fábrica Robinson

Componente Social

Reconversão programa
cultural/multifuncional

Complexo industrial - cidade
fabril

Edifícios e Vestígios

Conceptual

Ruína

Espaços pós-industriais

Duisburg-Nord Park

Ruína

Paisagem/percurso

Fig. 54 - Casos de estudo seleccionados e respetivas características

Portanto, numa segunda fase, foi essencial reformular os critérios de seleção dos casos, tendo sempre presente o foco da análise que consiste nas estratégias e metodologias de intervenção no edificado industrial pré-existente.

Partindo da caracterização da Fábrica de Cerâmica das Devesas e do seu estado de conservação, desenvolveram-se critérios de seleção para os casos de estudo visando aplicar conhecimentos adquiridos na proposta ou hipóteses de intervenção para o complexo industrial em estudo. Neste sentido, foram selecionados exemplos com algumas das seguintes características:

- Que se encontrassem em estado de ruína antes da intervenção;
- Que tenham exercido uma transformação urbana na cidade onde se inserem;
- Forte componente social associada (creche, bairro operário, asilo, etc.) que tenha sido recuperada com a intervenção;
- O mesmo tipo de produção: cerâmica, telha, grés, entre outros;
- Escola artística/ de formação para os operários.

De seguida, procedeu-se à análise dos seguintes casos (figura 54):

- Fórum Cultural de Ermesinde, da autoria do gabinete de arquitetura Célio Melo da Costa, apresenta uma implantação urbana idêntica à Fábrica de Cerâmica das Devesas (próxima da estação ferroviária e no centro da cidade), fabricava o mesmo tipo de produção e encontrava-se em estado de ruína antes da intervenção.
- Fábrica Robinson trata-se de um complexo industrial que apresenta, pela sua história, uma forte componente social. O projeto atual de revitalização do Património demonstra uma clara aposta na cultura, colocando-a ao serviço da Educação, da Formação e do Conhecimento. A preocupação social e a formação são valores igualmente presentes na história da Fábrica de C. das Devesas.
- Projeto Edifícios e Vestígios³⁴, comissariado pela arquiteta e curadora

³⁴ “O projecto é uma grande exposição e um livro, e esteve apoiada num trabalho de investigação de cerca de 2 anos. Montámos uma equipa multidisciplinar e internacional interessante, sendo a outra curadora (Aneta Szylak) ligada à literatura e eu arquitecta, convidámos artistas e criadores de diversos países na Europa, e depois estendi a equipa a um grupo de profissionais que cruzam a excelência da investigação académica com a forte produção cultural: historiadores, museólogos, arqueólogos, designers, arquivistas, fotógrafos, conservadores, todos eles produziram novos

Inês Moreira. Este exemplo conceptual reconhece novas espacialidades nos espaços/ ruínas pós-industriais, daí a sua relação com a situação atual da fábrica em estudo.

- Landscape Park Duisburg Nord trata-se de um parque urbano que integra o extenso conjunto verde pertencente ao Emscher landscape Park, na Alemanha, que, por sua vez, está associado ao projeto IBA Emscher Park. Nestes parques existem rotas turísticas desenhadas e sinalizadas para valorizar as pré-existências industriais que pontuam o território. Apesar da escala, este caso interessa enquanto possível estratégia para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas.

PARÂMETROS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DE CASOS

Uma outra questão essencial foi a definição de critérios de análise e discussão dos casos de estudo. Pretende-se estruturar parâmetros que funcionem como base de análise, possibilitando desta forma um estudo conciso, concreto e objetivo.

Neste sentido, identificamos os seguintes parâmetros:

- Enquadramento histórico do caso e localização (correspondente a uma introdução);
- Escala;
- Inserção urbana;
- Opção programática
- Tipo de atuação;
- Estratégia de intervenção

Estes pontos-chave de análise, comuns a todos os casos, são considerados os mais pertinentes no âmbito do estudo a realizar. Permitem ou procuram uma uniformização da informação, para que seja possível estabelecer comparações entre os casos, identificar especificidades de cada projeto, estratégias utilizadas, e consequências da intervenção. Por último, procedeu-se a uma síntese crítica de cada um dos casos estudados.

projectos explorando a experimentação dentro de cada uma das áreas.” (Moreira, 2012)
Sendo este caso conceptual é independente de um edifício ou espaço físico específico. O conceito poderá ser aplicado a qualquer tipo de espaço pós-industrial.

As dificuldades sentidas nesta fase do trabalho prenderam-se com a recolha da informação, que nalguns casos é escassa, e no tratamento dos dados analisados visando a elaboração de um texto claro e uniforme. Todos os casos estudados estão relacionados com a valorização de edificado industrial, porém apresentam muitas diferenças tanto a nível prático como conceptual.

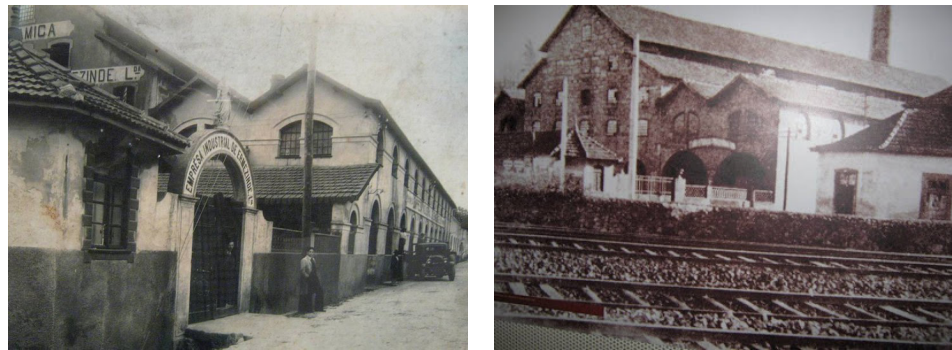


Fig. 55 - Antiga Fábrica Cerâmica de Ermesinde

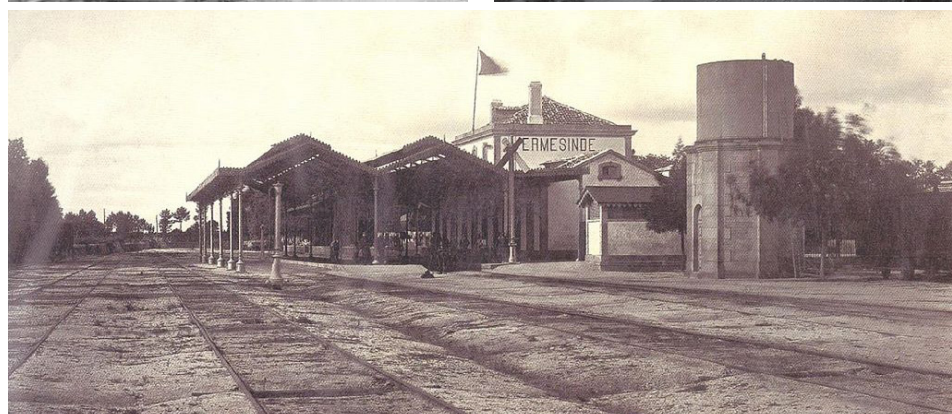


Fig. 56 - Antigo edifício da estação de caminhos-de-ferro de Ermesinde



Fig. 57 - Localização

2.2 ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO

2.2.1 FÓRUM CULTURAL DE ERMESINDE

2.2.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Fábrica Cerâmica de Ermesinde, vulgarmente designada por “Fábrica da Telha”, iniciou atividade em 1910, no Lugar da Estação (atual Parque Urbano Dr. Fernando Melo) (Figura 55). A existência de matéria-prima, nomeadamente, bom barro vermelho, na zona (Lugar das Rapadas), aliada à proximidade da estação de caminhos-de-ferro, foram fatores determinantes para a implantação naquele sítio de uma unidade fabril destinada a produtos de barro vermelho (Figuras 55 e 56), cuja produção inicial contemplava telha do tipo ‘Marselha’ e tijolo vulgar.

Em 1920 passa a designar-se Empreza Industrial de Ermesinde, Lda., com o objetivo de dar maior visibilidade à Fábrica, continuando a afirmar-se pela qualidade dos seus produtos (Mendes, 2001: 8).

Em 1938 altera novamente o nome, passando a designar-se ‘Empresa Cerâmica de Ermesinde’. Esta data assinala uma fase de crise, devido à aproximação da II Grande Guerra Mundial e também por alguma perda de qualidade da matéria-prima (proveniente do Lugar das Rapadas). É neste contexto que surge a Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia, S.A. (CFCL), com sede em Lisboa, que adquire fábricas do ramo em sérias dificuldades, incluindo a de Ermesinde. A CFCL distingue-se pelo aumento do leque de produção – barro de grés, produtos refratários, azulejos, ladrilhos, mosaicos cerâmicos, louça sanitária, peças de porcelana para isolamento de eletricidade de alta tensão, entre outros), incluindo produtos de barro vermelho (Mendes, 2001: 9).

Apartir da década de 50, regista-se um decréscimo da produção em barro vermelho, dada a fraca qualidade da matéria-prima, juntamente com a prosperidade dos produtos de grés.

No final da década de 70, tornava-se notória a antiguidade das fábricas da CFCL, manifestada pela antiguidade dos seus edifícios, maioritariamente em madeira, além de toda a maquinaria se encontrar obsoleta face à modernização das indústrias. O número de trabalhadores foi diminuindo devido à idade avançada, acabando assim a fábrica por encerrar a sua atividade (Mendes, 2001: 9).



Fig. 58 - Estado de conservação da Fábrica antes da intervenção



Fig. 59 - antiga zona de fornos



Fig. 60 - Estado de conservação da Fábrica antes da intervenção



Fig. 61 - Estado de conservação da Fábrica antes da intervenção

Os terrenos da antiga fábrica, com uma área de cerca de 20.000m², encontravam-se abandonados e naturalmente degradados.

Em 1995, a Câmara de Valongo adquire os terrenos tendo em vista a construção de um Parque Urbano e de um Fórum Cultural (Mendes, 2001: 9).

Ermesinde teve um rápido crescimento, devido à sua posição privilegiada no âmbito da Área Metropolitana do Porto e da melhoria das condições de acessibilidade (rodoviárias e ferroviárias) a importantes centros urbanos. Estes fatores contribuíram para acentuar o carácter residencial da cidade, que, por sua vez, não dispunha de espaços de carácter lúdico que permitissem a vivência de espaços públicos, melhorando desta forma as condições e qualidade de vida dos seus habitantes.

Pretendeu-se que o Fórum (Centro Cultural e Polivalente), com base no aproveitamento das ruínas da antiga Fábrica de Cerâmica, se articulasse, dialogasse e convivesse com o Parque Urbano, dotando a cidade de um equipamento essencial e complementar ao Parque, constituindo uma referência na sua envolvente urbana.

Antes da intervenção (figuras 58 - 61), restavam apenas ruínas: dois corpos autónomos mas contíguos, um deles correspondia à antiga zona de fornos (figura 59); o outro, consistia num espaço de laboração da fábrica, estruturado em duas naves compostas por uma sucessão de arcadas (figura 60), bem como, duas chaminés outrora integradas em edifícios (ampliações ao edifício principal que hoje subsiste) que o tempo entretanto se encarregou de demolir (Costa, 2001: 81).

O adiantado estado de degradação deste conjunto, com uma área aproximada de implantação de 1087m², vem tornar urgente a necessidade de recuperar, transformar e dinamizar este edifício, valorizando-o, sob o risco de se perder uma peça exemplar da arquitetura industrial do início do século XX (Costa, 2001: 81).

Segundo Célio Melo da Costa, autor da intervenção, *“As «ruínas» do local que se pretendeu reabilitar – assegurando nelas a memória que elas detêm do sítio, conjuntamente com duas chaminés que foram conservadas, desgarradas uma da outra – constituem os únicos vestígios do que restou do desmantelamento das instalações da antiga unidade fabril – Fábrica da Cerâmica de Ermesinde – a que pertenceram desde o início do século passado.”* (Costa, 2001: 81)

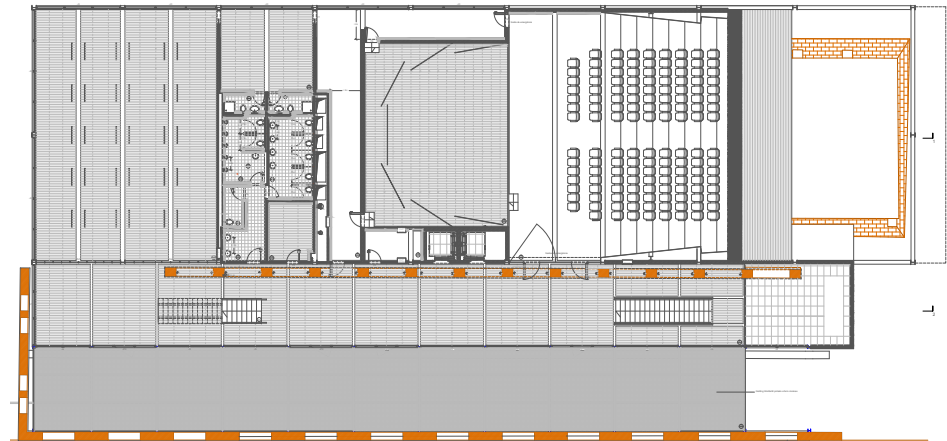
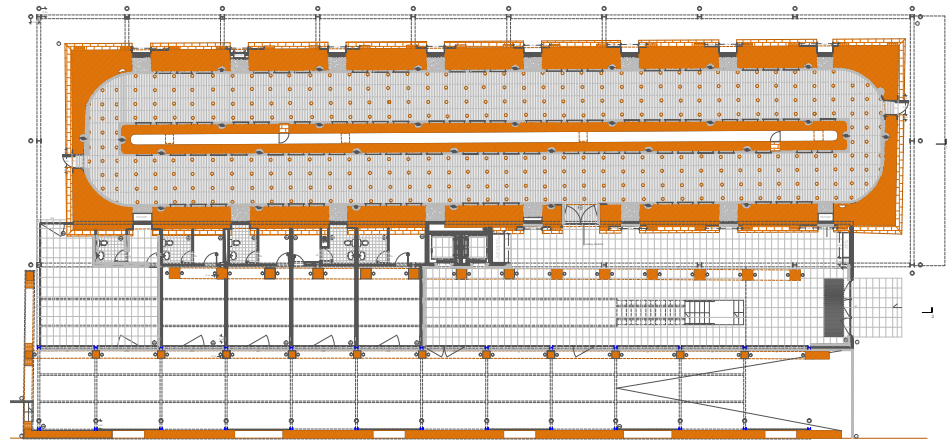


Fig. 62 - Planta Rés-Do-Chão (cima) Planta do 1º Andar (baixo) à escala 1:100

As condicionantes ou critérios da intervenção, assim como o programa, estavam já definidos à partida, na descrição do Programa Preliminar do Concurso Público: *“O projecto a elaborar deverá aproveitar e preservar, na medida do possível, as ruínas existentes, sua configuração e lógica espacial e construtiva, devendo a intervenção ser cuidada e pautar-se por critérios de sobriedade, valorizando os elementos existentes e integrando-os no todo do edifício, que deverá assumir-se como um espaço de modernidade e inovação associado a manifestações de índole predominantemente cultural. (...)”* (CMV, 1999)

O programa a implementar visava conter:

- Auditório com capacidade para 300 pessoas;
- Sala de exposições polivalente para albergar seminários, conferências, exposições temporárias e outras atividades preferencialmente ligadas às artes (área: aproximadamente 200m²);
- Núcleo museológico – espaço de exposição permanente do património concelhio, com base no aproveitamento e conservação rigorosa das galerias, nichos e aberturas superiores (área: aproximadamente 400m²);
- Galeria comercial ao nível do rés-do-chão, com frente para a Rua da Fábrica da Cerâmica, devendo a área reservada à circulação de peões situar-se dentro do perímetro do edifício. Esta zona poderá englobar um posto de turismo (destinado a informação e venda de produtos do Concelho), bem como lojas de venda ao público ou ainda *ateliers* locais, com eventual carácter comercial, ligados às Artes plásticas e Artesanato. (área máxima de implantação: não poderá extravasar a implantação do corpo adjacente à Rua da Fábrica da Cerâmica);
- Espaço multimédia, vocacionado para os jovens, no qual será disponibilizado o contacto com meios e equipamento informático;
- Espaços de circulação e *foyers* compatíveis com a dimensão e a natureza do edifício e das funções a instalar;
- Pequeno bar de apoio aos utentes dos espaços;
- Sanitários de apoio ao público;
- Previsão de instalação de ascensores para uso público e de monta-cargas;
- Arrumos de apoio às atividades a instalar.

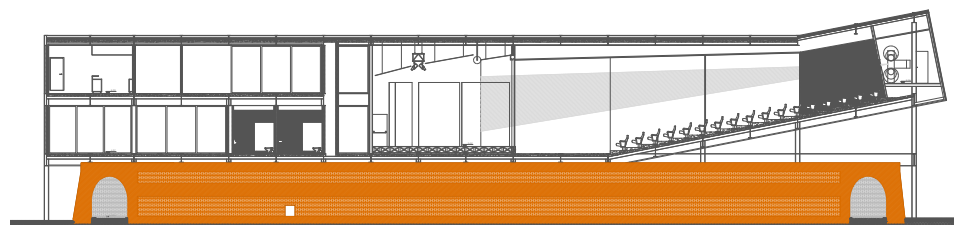
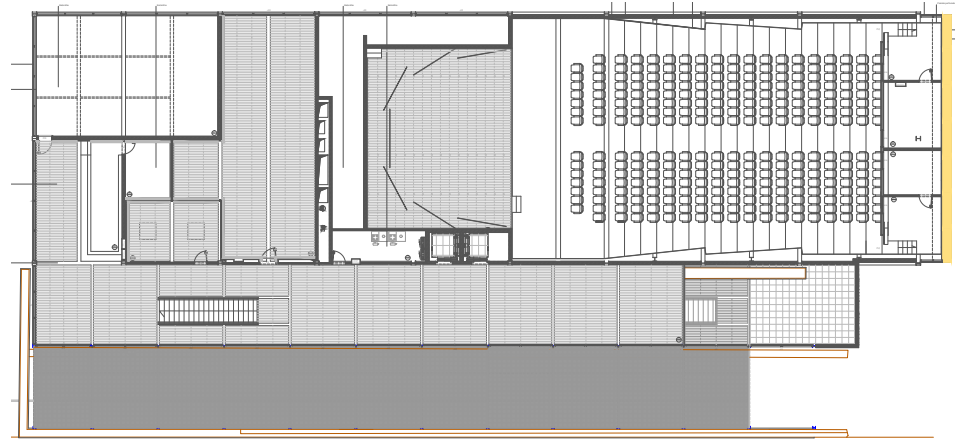


Fig. 63 - Planta do 2º Andar (cima); Corte 2 (meio); Corte 1 (baixo) à escala 1:100

2.2.1.2 INTERVENÇÃO

Segundo (Costa, 2001: 81), a intervenção começou por defender a preservação dos vestígios que restaram do desmantelamento das instalações da antiga unidade fabril, (as ruínas existentes juntamente com as duas chaminés) enquanto derradeiro testemunho da fábrica e do que existiu no local (entretanto em ruína e totalmente degradado).

A reabilitação e revitalização dos únicos espaços restantes (em ruínas e, com a exceção dos fornos, já descobertos mas passíveis de recuperação), introduzindo-lhes as novas funções delimitadas no Programa Preliminar do Concurso Público, foi a atitude seguida. Para além de parecer o programa mais adequado para o edifício/local, não é considerado como adulteração grave da memória do local e de todo o sítio que tinha sido caracterizado pela antiga Fábrica da Cerâmica.

O projeto assume o dever de salvaguardar os resquícios do construído, pretendendo afirmar-se pela contemporaneidade e sendo contra qualquer tentativa de *“mimetismo, mistificando a realidade”* (Costa, 2001: 81). A ideia consiste em tornar bem claro e visível, no conjunto edificado resultante, tudo o que se assegurava como prova da unidade fabril que lá existiu.

“Não se tratou de “construir no construído”, mas, a nível de projecto e no sentido de se conseguir uma integração formal, procurou-se, através de estudo cuidado, que o que se quisesse construído de novo – sendo diferente do existente – viesse a afirmar-se “dissonante-positivo”, de tudo o que se pretendia manter como “testemunho” (Costa, 2001: 81).

A solução proposta apresenta materiais aparentes (aço, vidro, madeira, e alumínio), diferentes daqueles que revestiam a Fábrica de Cerâmica de Ermesinde. O novo Fórum pretende assumir-se como um espaço novo, de clara contemporaneidade, cuja concretização foi proporcionada e valorizada pela “excelente” conceção estrutural em aço aparente e lajes colaborantes (figura 64).

O espaço dos antigos fornos da unidade fabril foi utilizado como núcleo museológico, como era proposto no Programa Preliminar do Concurso. Contudo, para a construção das partes novas do edificado, não houve qualquer aproveitamento estrutural do existente, nem foi seguida a sua lógica de edificação.



Fig. 66 - Fórum vista sul



Fig. 64 - Fórum vista norte

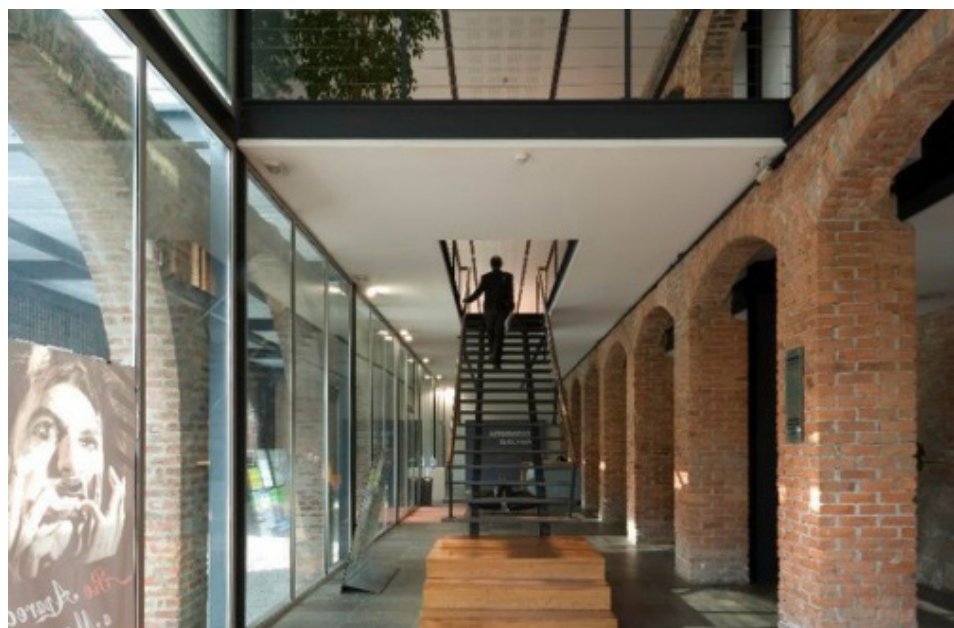


Fig. 65 - Acesso ao piso superior do edifício

A leitura envolvente do corpo dos antigos fornos foi mantida, daí as lajes do primeiro andar desenvolverem-se livres por cima da sua cobertura. Já as três paredes remanescentes, mas em ruína, (que se mantêm quase que, exclusivamente, como simples testemunhos românticos) tiveram de ser devidamente estabilizadas, através de perfis metálicos, sempre aparentes, adoçados a cada uma delas (figura 66).

Estruturalmente, a construção caracteriza-se pela utilização do aço (sempre aparente) em pilares e vigas de grande vão e de lajes colaborantes, em pavimentos e coberturas.

“Esta obra vive de uma, e em uma, dualidade ideológica e funcional caracterizante, sendo os espaços e galerias de exposição, eles mesmos, objectos expostos, como testemunhos condicionantes da nova edificação, contudo sustentada por ela.”
(Costa, 2001: 81)

2.2.1.3 SÍNTESE CRÍTICA

De todos os casos estudados, o Fórum Cultural de Ermesinde (antiga Fábrica Cerâmica de Ermesinde) será o que mais se aproxima da Fábrica de Cerâmica das Devesas, pela sua implantação (junto à estação de caminhos-de-ferro), pelo tipo de envolvente urbana (residencial), pelo tipo de produção (cerâmica), pela escala (terreno da fábrica) e pelo estado de conservação (ruína).

O antigo terreno da fábrica está inserido atualmente numa zona marcadamente residencial, fruto do rápido crescimento de Ermesinde. A Câmara Municipal de Valongo (CMV) compreendeu a necessidade de investir em espaço público capaz de servir este núcleo residencial, tendo adquirido os antigos terrenos da fábrica para a construção de um parque urbano e de um edifício de apoio com programa cultural, respeitando e salvaguardando as pré-existências industriais características da identidade da Cidade de Ermesinde.

Os vestígios industriais, testemunho da antiga fábrica de cerâmica, embora não classificados como património, são tratados como peças museológicas consolidadas e dignificadas pela nova construção, que claramente encosta e pousa sobre elas.



Fig. 67 - Construção do Fórum - vestígios industriais e nova estrutura metálica

O programa a adotar para o novo edifício cultural estava já predefinido pela C.M.V., sendo que, neste caso, os arquitetos não participaram na definição do programa. Contudo, concordaram com as novas funções preconizadas no Programa Preliminar do Concurso Público, admitindo serem as mais condizentes com o edifício e respetiva envolvente, uma vez que não significam uma adulteração grave da memória do local, e de todo o sítio que tinha sido ocupado pela antiga Fábrica de Cerâmica.



Fig. 68 - Fotografias anteriores à intervenção



Fig. 69 - Núcleo Robinson e proximidade com a Praça da República

2.2.2 FÁBRICA ROBINSON

2.2.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Fábrica Robinson, situada na zona alta da cidade de Portalegre, em plena zona histórica, junto à Praça da República, (figura 69), foi fundada em 1848 por George William Robinson.

É neste ano que o fundador George Robinson se instala em definitivo em Portalegre e adquire a pequena oficina para transformação de cortiça de Thomas Reynolds que, por sua vez, tinha sido fundada em 1837 numa parte do extinto convento de São Francisco (fundado no século XIII) (Ventura, 2007:11).

Robinson faz rapidamente progredir a sua atividade adquirindo extensas áreas de montado, estabelecendo contratos prolongados para a recolha de cortiça, diversificando o sistema produtivo, implementando novos conceitos de industrialização e tecnologia até então desconhecida por parte do incipiente meio corticeiro (Leite, 2011). Contudo, será o filho, George Wheelhouse Robinson, a figura mais marcante da história da Fábrica de Cortiça de Portalegre.

A partir de 1870, G. Robinson (o pai) introduz importantes alterações tecnológicas (máquina a vapor, gerador elétrico, novos métodos de corte e brocagem de rolhas, etc.), otimiza layouts produtivos, melhorando e desenvolvendo desta forma a produtividade (Leite, 2011). Regista-se um alargamento do quadro de pessoal (em 1881 a Fábrica Robinson contava com 560 operários) e expande-se a atividade industrial até à Extremadura Espanhola, adquirindo diversas fábricas em San Vicente de Alcântara (Ventura, 2007: 14-15).

A partir de 1895, G. Wheelhouse Robinson fica responsável pela direção dos negócios, após a morte de seu pai.

Regista-se um investimento na componente social da Fábrica que reflete a preocupação de G. Wheelhouse Robinson com os seus trabalhadores. Segundo (Ventura, 2007: 17), os responsáveis pela fábrica fundaram:

- A Sociedade União Operária Portalegrense, a primeira associação operária de Portalegre a ultrapassar o mutualismo – objetivos: «ilustração e instrução» dos seus associados;
- A Creche Baptista Rolo, implantada junto à fábrica, em terreno cedido por G. Wheelhouse Robinson;



Fig. 70 - Fotografias anteriores à intervenção

- O Teatro dos Muros (Teatro Recreio Operário), localizado na Rua dos Muros de Baixo. Este teatro consistia no salão de festas dos operários rolheiros;
- O Corpo de Bombeiros Voluntários Privativos da Robinson, cuja principal missão consistia em fazer face aos riscos decorrentes da atividade da fábrica, nomeadamente aos frequentes incêndios.

Em 1931 é constituída a Sociedade Robinson Bros., Lda. que, durante a II Guerra Mundial atravessa um período difícil, chegando a encerrar (durante 3 anos). Os sócios vão-se alterando devido a vários fatores e a fábrica atinge um novo período áureo nos anos 60-70.

Na década de 80 tornam-se claros os sinais de desgaste das máquinas, do próprio edifício e da força de trabalho, não obstante segue em laboração por mais 20 anos até que, em Fevereiro de 2009, depois de mais de 160 anos de existência, a “Fábrica da Rolha”, como também era conhecida, encerra portas.

“Conservar a memória histórica através do seu património construído é alimentar os sinais de identidade de uma cidade que não quer ver anulado o seu papel no panorama do país; mediante a sua adaptação a novos usos, os edifícios ‘contentores’ do passado configuram novos cenários numa velha cidade que se quer aberta ao futuro.” (Souto de Moura e Correia, 2005: 1)

Antes da Intervenção, o local da antiga Fábrica de Cortiça, situada numa importante área de desenvolvimento metropolitano da cidade, consistia num ‘vazio’ urbano de cerca de 65.000 m² de terreno contendo algumas construções abandonadas, constituídas por hangares, armazéns e oficinas (figuras 68 e 70).

2.2.2.2 INTERVENÇÃO

“O projecto pretende contribuir para a conservação deste património industrial, tão importante à memória colectiva de Portalegre com base num ponto de vista pragmático, entendendo os edifícios aí situados como um parte da memória colectiva e pretende dotá-los de novos usos respeitando a geometria original do conjunto para reduzir o esforço construtivo e conservar o seu carácter singular.” (Souto de Moura e Correia, 2005: 2)



Fig. 71 - Estratégia da intervenção



Fig. 72 - Planta da situação atual da intervenção

A ideia base do projeto pretende estabelecer a continuidade e abertura físicas entre a cidade tradicional, a cidade contemporânea e o património industrial (figura 71). É através da criação de elementos de forte carácter urbano, nomeadamente pela abertura de um novo “passeio urbano” e pela introdução de elementos como praças, passeios e equipamentos, que permitirão a articulação entre os edifícios da Robinson com o tecido urbano existente (Souto de Moura e Correia, 2007: 72). A estratégia adotada pretendia recuperar a zona como espaço público, baseando-se no estabelecimento de vínculos entre os edifícios existentes e a cidade, bem como entre as diferentes escalas e momentos de intervenção, tentando para isso conferir-lhes carácter urbano atual, numa atitude antecedente à instalação dos novos usos para os edifícios a reabilitar (Souto de Moura e Correia, 2007: 73).

O desafio inicial do projeto prende-se com o facto das instalações desta antiga fábrica de cortiça se encontrarem limitadas pela própria cidade, que no seu desenvolvimento urbano acabou por a envolver. Foi fundamental a consideração dada ao facto da cidade estar a crescer de forma algo descaracterizada a nascente, precisamente o sentido deste “passeio urbano” que se pretende estruturante, de nascente a poente. Este arruamento (figura 71), inspirado numa espécie de caminho pré-existente, será agora fisicamente marcado pelo rasgamento de uma grande abertura na fachada do edifício principal – transformando-o numa espécie de viaduto sobre a rua (Souto de Moura e Correia, 2007: 72).

Os autores, Souto de Moura e Graça Correia, pretenderam criar um modelo de ocupação que garantisse a sobrevivência da implantação original, em coabitação com as necessárias ampliações, alterações e “demolições” (que foram muito pontuais e apenas pretenderam contribuir para o desenho mais claro do espaço público) (figura 72). A criação da nova relação com a envolvente é feita através de um claro e cuidado desenho do espaço público e da rua, para o qual contribuíram também a implantação estratégica dos novos edifícios da Escola de Hotelaria (figura 73) e do Auditório para Audiovisual (inspirado na forma das máquinas existentes no local - figura 73).

A partir do novo arruamento é possível observar, nos intervalos dos edifícios, a bela paisagem distante, a sul. Foram criados filtros necessários (num primeiro plano um edifício, num segundo plano um maciço de árvores proposto para os limites do terreno - “jardim botânico”) para evitar a vista menos interessante e mais próxima da envolvente nascente/sul, que apresenta a pior face do desenvolvimento descaracterizado da cidade nos últimos anos. Cada uma das

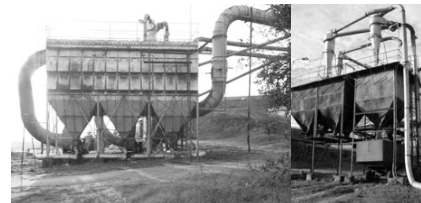


Fig. 73 - Escola de Hotelaria e Auditório para audiovisual (inspirado nas formas das máquinas existentes)

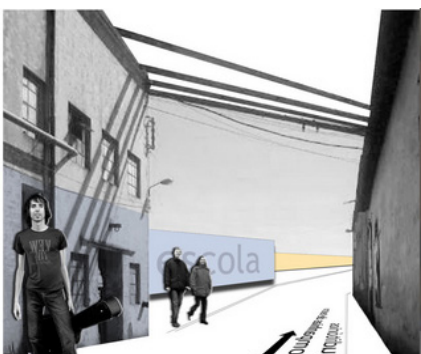
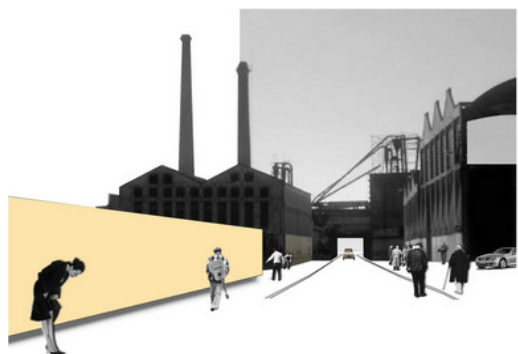


Fig. 74 - Embasamento nas fachadas em tom azul e amarelo ocre (à semelhança das cores pré-existentes)

peças ganha sentido na sua relação com as restantes.

Como forma de reforçar a unidade e continuidade da intervenção (figura 74), é desenhado um embasamento nas fachadas dos edifícios de reboco em tom azul, libertando a cal branca dos restantes pisos, alternando com o amarelo ocre à semelhança das cores já existentes no local.

“Um Plano de Requalificação Urbana, ainda que dirigido a uma zona limitada da cidade, não pode ser entendido de forma autista em relação ao seu todo, (...)” (Souto de Moura e Correia, 2005: 3).

Segundo os autores, pretendendo tornar a zona Robinson elemento estruturante da cidade, houve necessidade de fazer uma análise mais abrangente, quer na escala de intervenção, como no tempo. Este fator, aliado à crise económica, tem resultado num prolongamento dos prazos de construção (entre 2005 e 2014 – aprox. 50% do projeto executado).

Tendo em conta a complexa iniciativa que visa travar a dispersão da periferia da cidade, a edilidade de Portalegre juntamente com os parceiros constituintes da Fundação Robinson (Sociedade Corticeira Robinson S.A., a Região de Turismo de São Mamede (RTNA), o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e a Câmara Municipal de Portalegre), delinearum um programa de reabilitação das instalações da antiga fábrica o que, para além de recuperar a sua ligação histórica à cidade, propõe redefinir as funções dos diversos edifícios que constituíam as suas instalações, aproveitando assim esta grande superfície de construção existente para receber os equipamentos de que a cidade necessita. (Souto de Moura e Correia, 2005: 1).

A Fundação Robinson pretendia inserir no espaço um Museu e a Escola de Hotelaria. O tipo de ocupação, apresentado no esquema (figuras 75 e 76), foi pensado e desenvolvido pelos arquitetos em colaboração com a Fundação. Segundo (Souto de Moura e Correia, 2005: 4-7), o programa integra:

- Museu
- Museu dos Bombeiros
- Estacionamento
- Espaços Comerciais – Adegas, bar, restaurante e loja de livros e discos
- Oficina de Expressões Artísticas
- Residência Académica (Artistas)
- Escola de Hotelaria – Bar; Restaurante

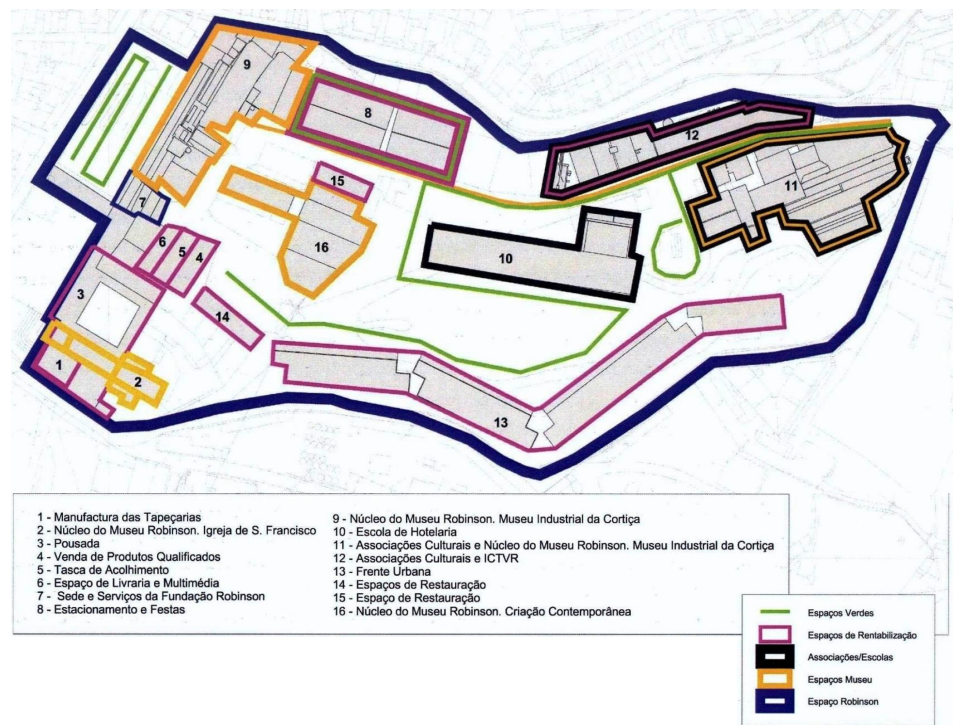
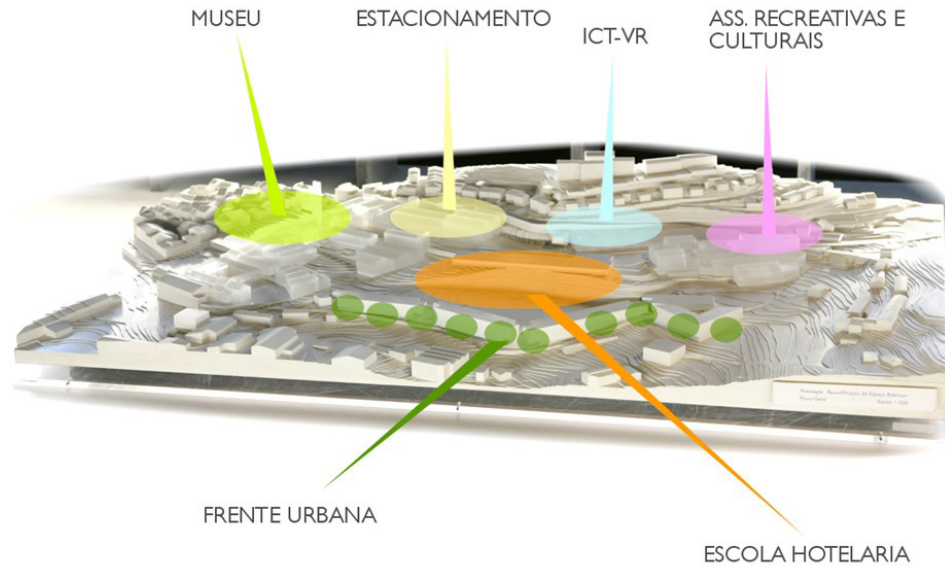


Fig. 75 - Proposta de ocupação (simplificada)

Fig. 76 - Proposta esquemática de ocupação do território

- Conservatório Regional de Portalegre. Grupo Folclórico e Cultural da Boavista. O Semeador – Grupo de Cantares de Portalegre. Sociedade Musical Euterpe. Orfeão de Portalegre.
- Centro de Interpretação (Centro de I&D/Laboratórios).
- Espaço de Referências Locais e Museu (Conjunto de Prensas e Fornos)
- Auditórios (2); Foyer.

Os autores do projeto pretendiam integrar os equipamentos culturais da cidade neste espaço, formando assim um grande núcleo cultural/social de Portalegre. A abrangência de programas, a versatilidade do espaço e a complementaridade entre os equipamentos são objetivos do projeto. Os terrenos da antiga fábrica convertem-se assim num lugar único com 65.000 m² que se abre a todo o tipo de iniciativas culturais e artísticas, de passeio para visitantes e de estar para criadores, do qual ambos partilham e participam num debate aberto.

A transformação da Fábrica de Pompéia, em S. Paulo (1977), pela arquiteta Lina Bo Bardi serve de forte referência a esta vontade de tornar o Espaço Robinson numa “cidadela cultural” praticando um tipo de arquitetura centrada no comportamento humano, projetando e interferindo em espaços, criando contextos, provocando vida e convívio entre todos os utentes da rua (elemento urbano fundamental). (Souto de Moura e Correia, 2007: 72) *“Como sucede em qualquer lugar de carácter público, o projecto parte da consideração de um espaço como uma envolvente que os usuários reconfiguram constantemente, um lugar de encontros, com liberdade de uso que se metamorfoseia dependendo da actividade dos seus participantes.”* (Souto de Moura e Correia, 2005: 3)

2.2.2.3 SÍNTESE CRÍTICA

A Fábrica Robinson, após mais de 160 anos de laboração, constitui um marco histórico da arqueologia industrial europeia. O seu espaço e respetivos edifícios fazem parte da identidade de Portalegre.

A Fábrica desenvolveu-se, desde meados do século XIX, pelos terrenos da cidade compondo um complexo industrial de 65.000 m² fechado sobre si mesmo.

A estratégia baseia-se na abertura do complexo à cidade através da rua (desenhada de acordo com o caminho preexistente), centrando nestas instalações



Fig. 77 - Logotipo da 'Fundação Robinson'

Fig. 78 - imagem alusiva à reconversão/requalificação do espaço 'Robinson'

os equipamentos culturais e sociais da cidade e mantendo a configuração original do espaço e a identidade do lugar.

Esta intervenção de carácter complexo engloba várias escalas e campos de ação: por um lado, a questão da conservação deste património industrial, entendendo os edifícios existentes e respeitando a geometria original do conjunto; por outro lado, a questão dos novos usos muito relacionados com um programa cultural/social, de acordo com as ideologias da antiga fábrica; por último, a uma escala mais abrangente, a questão da requalificação urbana, envolvendo uma exaustiva análise para delimitar formas de resolver problemas da cidade com esta intervenção no Espaço Robinson.

Em relação à conservação e salvaguarda deste marco industrial, o facto da Fábrica Robinson ter deixado de laborar recentemente (2009), facilitou, de certa forma, o processo. Antes do seu encerramento existia já a consciência do valor e potencial patrimonial de memória e história da antiga Corticeira Robinson, dando origem à constituição da Fundação Robinson, em 2003, com o objetivo de salvaguardar todo o património ali depositado (instituidores: Sociedade Corticeira Robinson S.A., a Região de Turismo de São Mamede (RTNA), o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e a Câmara Municipal de Portalegre).

“O rol de edifícios, máquinas, turbinas, tubagens, caldeiras, histórias, estórias e memórias... foram-se constituindo paulatinamente como um repositório até ao encerramento da Fábrica em 2009, após cerca de 170 anos de funcionamento.”
(fundacaorobinson.pt)

Esta preocupação em salvaguardar as memórias da fábrica, antes mesmo do seu encerramento, possibilitou a constituição, aos poucos, de um repositório considerável para expor no futuro Museu.

Reutilizar estas estruturas pertencentes à Corticeira, repletas de simbolismo, adotando um programa equilibrado entre a história da fábrica e as necessidades da cidade de Portalegre, foi a ideologia seguida pelos arquitetos. Neste caso é notória a vontade de tornar este Espaço parte integrante da cidade, convidando os usuários a utilizarem e a moldarem o espaço de acordo com as necessidades.



Fig. 79 - Edifícios e Vestígios: exposição 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)

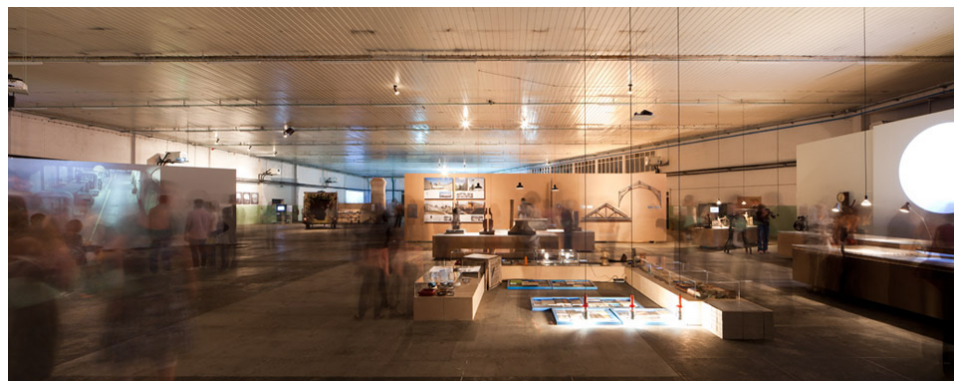


Fig. 80 - Edifícios e Vestígios: exposição 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)

2.2.3 EDIFÍCIOS E VESTÍGIOS

2.2.3.1 INTRODUÇÃO

“O que fazer com os espaços pós-industriais?”

“Ou, mais especificamente, como ler registar e transformar o pós-industrial?”

(Moreira, 2013: 15)

O projeto-ensaio Edifícios e Vestígios, comissariado pela Arq.^a Inês Moreira e pela, curadora e teorizadora de arte, Aneta Szylak, reflete sobre espaços pós-industriais, que se encontram espalhados por inúmeras cidades Europeias.

A intenção é *“abrir um espaço de reflexão multidisciplinar sobre espaços e edifícios pós-industriais, o projeto explora leituras de arquitetura e edificado através de perspetivas da cultura visual, da arte e da imagem cinemática, explorando no seu desdobramento as ferramentas de pesquisa da história, da antropologia ou da arqueologia (como o trabalho de campo e a documentação de vestígios).”* (Moreira, 2013: 15).

Este projeto ensaístico *“explora diferentes achados, arquivos e formatos visuais, articulando diversas áreas do conhecimento e da criação artística.”* (Moreira, 2013: 15).

Com foco nas arquiteturas e estruturas existentes são exploradas diferentes perspetivas e escalas, designadamente:

- A leitura poética ou metafórica dos espaços abandonados;
- A tecno-ciência do potencial dos materiais e do mecânico;
- Os métodos de recuperação e restauro de edifícios e materiais industriais;
- A economia e regresso das matérias-primas

Focando o campo menos físico das materialidades – os conceitos:

- Performatividade na ativação política do trabalho;
- Objetualidade encontrado numa certa romantização museológica;
- Experiências de afetividade daqueles que ocuparam, viveram e produziram nestes lugares.

Na opinião de (Moreira, 2013), as fábricas e vestígios industriais capazes de oferecer intensas sensações espaciais, materiais e experienciais a quem as visita, devem distanciar-se dos olhares românticos focados no encantamento do



Fig. 81 - Edifícios e Vestígios: exposição 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)



Fig. 82 - Edifícios e Vestígios: exposição 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)

passado e da ruína, para serem compreendidos de um modo que vá para além da arquitetura da fábrica original (da ideia histórica). A autora defende que estas novas espacialidades e materialidades presentes nos edifícios e seus vestígios, requerem uma compreensão profunda das suas condições presentes e do seu potencial presente e futuro.

O estado avançado de ruína, o abandono, a deterioração ou o desmantelamento são vistos como estados de incompletude em relação a um todo preexistente, contudo, este projeto incentiva uma nova leitura dessas realidades, reconhecendo nelas novos estados de espacialidade e materialidade, *“se conjugarmos os passados, presentes e futuros numa única leitura.”* (Moreira, 2013: 29).

A proposta consiste, neste caso, em conceptualizar um modo de relação com o espaço e a materialidade, e com as suas inúmeras narrativas. É uma abordagem híbrida às muitas camadas e vestígios físicos, bem como às presenças e ausências que podemos ler no espaço (Moreira, 2013).

“Estas influências, no seu conjunto, permitem uma leitura do pós-industrial como uma condição atual e revelam as possibilidades para intervenções futuras, afastando-se das cristalizações e pastiches históricos/ patrimoniais de monumentos do passado.” (Moreira, 2013: 30)

Esta proposta sobre o espaço estabelece o diálogo entre as tecno-ciências contemporâneas (como engenharia dos materiais e minas) e as humanidades (noção de património imaterial; ou o conceito de estratigrafia usada em arqueologia), apresentando trabalhos produzidos em áreas como arte, cinema, fotografia, arquitetura, design ou arte sonora.

2.2.3.2 SÍNTESE CRÍTICA

O projeto *“Edifícios e Vestígios. Projeto-Ensaio Sobre Espaços Pós-Industriais”* (Moreira, 2012) aproxima-se conceptualmente do trabalho de investigação desta dissertação, uma vez que, tem como âmbito, a reflexão sobre espaços/edifícios pós-industriais.

O projeto/conceito foca-se em arquiteturas e estruturas existentes, explorando-as tendo em conta diferentes perspetivas e escalas: leituras do potencial dos edifícios do ponto de vista material e da máquina (tecno-ciência), assim como outras

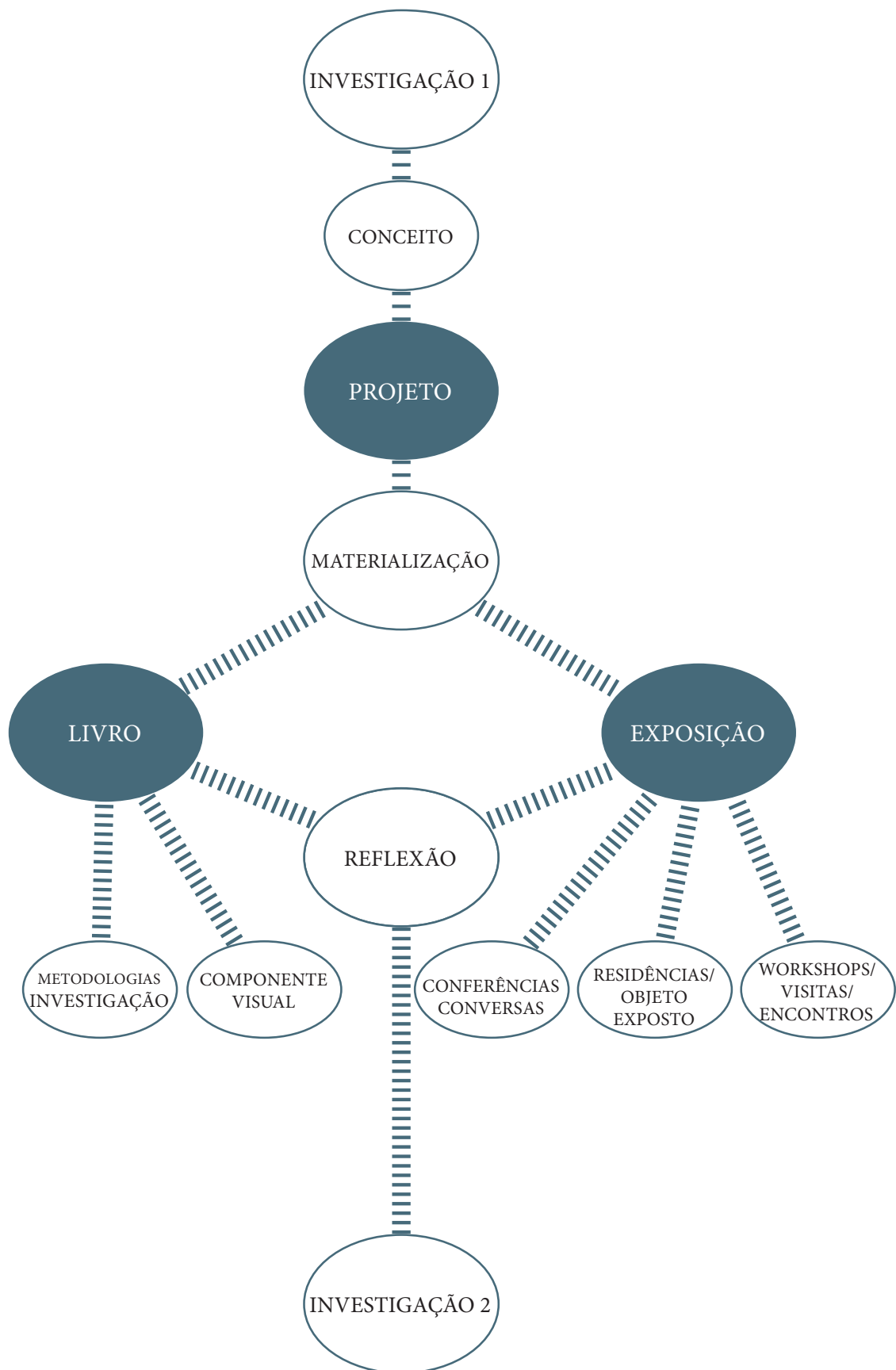


Fig. 83 - Metodologia do projeto

dimensões menos físicas e materiais, patentes nos conceitos de performatividade, espacialidade, afetividade ou, mesmo, no conceito de romântico (Moreira, 2012).

A versatilidade e a vasta abrangência do projeto devem-se ao facto deste reunir e articular diversas áreas do conhecimento e da criação artística permitindo, desta forma, explorar uma leitura interdisciplinar da arquitetura e edificado industrial através das perspetivas da cultura visual, da arte, da fotografia e da imagem cinemática, da pesquisa da história, da antropologia e da arqueologia (enquanto ferramentas do trabalho de campo e da documentação de vestígios) e da investigação em diversas áreas da engenharia (Moreira, 2012).

Segundo a autora e curadora (Moreira, 2012), ‘Edifícios e Vestígios’ materializa-se em 3 partes:

- Uma exposição (que decorreu no 4º trimestre de 2012 - figura 83);
- Um programa de conferências, visitas e encontros (que decorreu no 4º trimestre de 2012);
- Um livro que compila as componentes visuais e metodológicas relacionadas com a investigação proposta sobre o pós-industrial.

Tendo-se explorado também outros projetos da mesma autora com conceitos semelhantes, nomeadamente, o projeto ‘*Technical Unconscious*’ (exposição – 25/10 a 22/11 de 2014), encontra-se um formato comum entre eles. Pretendeu-se ilustrar em esquema a metodologia comum entre os diversos projetos desenvolvidos pela autora (figura 83).

Para além da consciência de todo o corpo teórico da investigação, a mais-valia que este projeto apresenta é o facto de se materializar, dando a possibilidade de observar concretizadas todas as suas intenções. Incentiva ainda ao diálogo com os profissionais que trabalham e investigam ativamente espaços industriais, visando apresentar diversas experiências com edifícios, “*seja com fábricas reconstruídas, adaptadas e aproveitadas, ou com ruínas de assentamentos abandonados*” (Moreira, 2012).

A exposição, materialização do projeto (figura 83 e 85), consiste numa espécie de Museu contemporâneo temporário.

Esta contemporaneidade deve-se ao facto de refletir uma preocupação atual em Portugal: o que fazer com os espaços pós-industriais? Contudo, esta abordagem

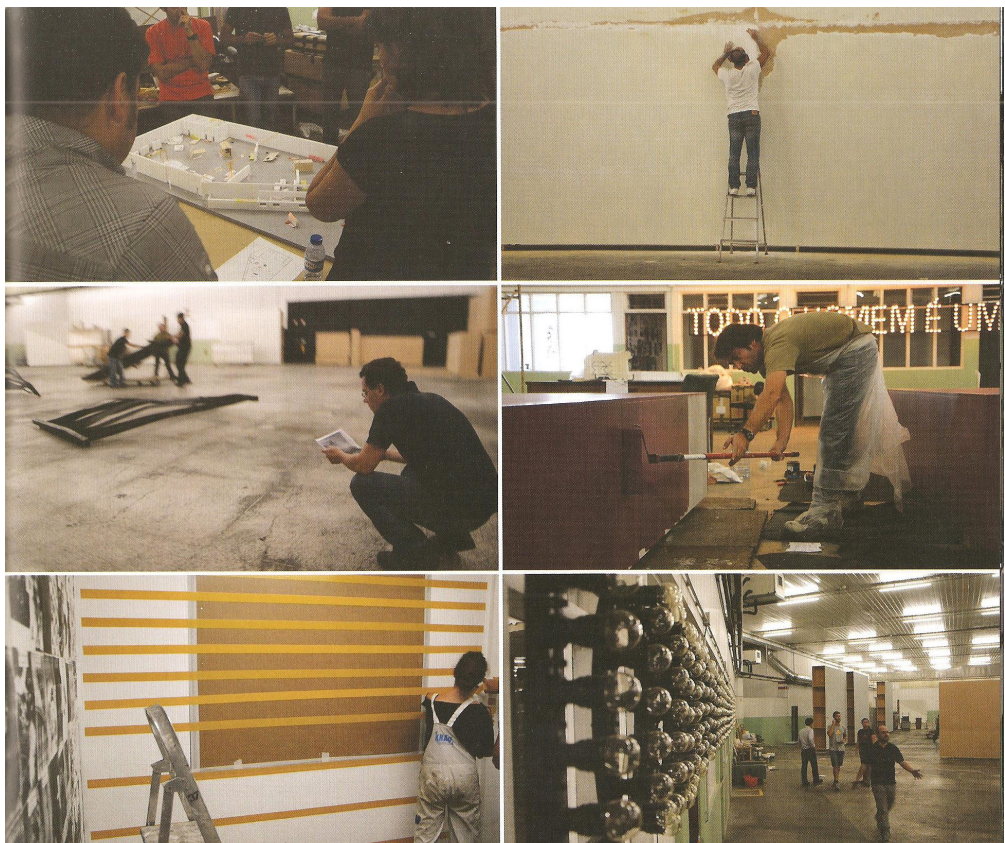


Fig. 84 - Edifícios e Vestígios: exposição 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)

Fig. 85 - montagem da exposição de 2012 na Fábrica ASA (Guimarães Sul)

pouco convencional que reúne no mesmo contexto a fábrica devoluta e os objetos/conteúdos de reflexão, tem as suas raízes em autores da segunda metade do século passado como *Donald Judd*, *Dan Flavin* e *Bernd e Hilla Becher*, entre outros. Resumidamente, as ideias e preocupações destes artistas basearam-se no princípio da [conceção da arte + conceção do local] como um todo, insistindo na ideia inovadora da reutilização de edifícios existentes para exporem e trabalharem os seus objetos no local e com o local – “*environment installations*”. Já *Bernd e Hilla Becher*, apoiando-se na causa do desaparecimento progressivo da paisagem e património industrial, contribuíram, através do seu trabalho, para a sensibilização e educação da forma de olhar dos seus contemporâneos para a arquitetura industrial.

A provisoriedade do projeto permite uma realização mais imediata, mais económica (envolve um menor investimento do que as grandes obras de reabilitação), contribuindo igualmente para a valorização do edificado industrial e, conseqüentemente, para a sua salvaguarda.

Tendo em conta o contexto atual economicamente deficitário, esta estratégia poderá constituir uma possível solução para a contínua degradação deste tipo de edifícios, que esperam idilicamente por uma grande obra de reabilitação.

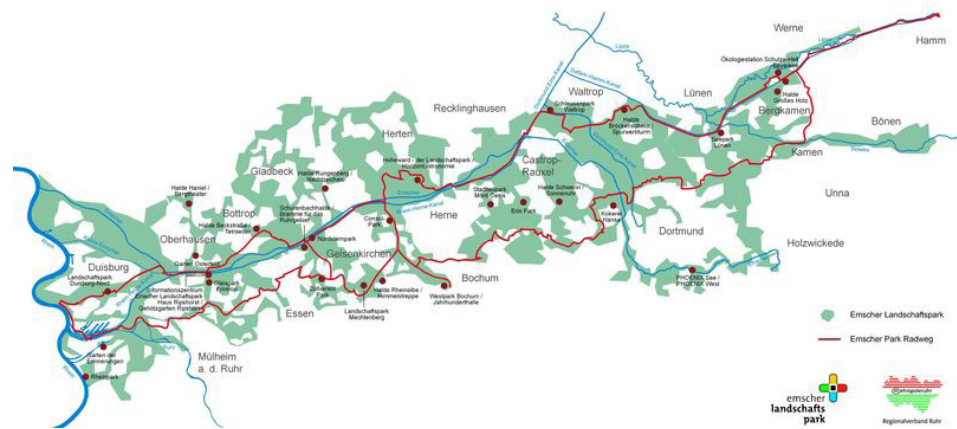


Fig. 86 - vista geral do Parque Paisagístico Emscher

2.2.4 LANDSCAPE PARK DUISBURG NORD

2.2.4.1 CONTEXTO EXISTENTE

O *IBA Emscher Park*³⁵ consiste num projeto de larga escala (figura 86) que tem como objetivo impulsionar economicamente o vale do Ruhr, na Alemanha.

Implantado na região do Ruhrgebiet³⁶, na Renânia do Norte/Westphalia, o projeto teve início a partir de 1989, com duração pré-estabelecida até 1999 (Castello, 2003).

A região do Ruhr (vale do Ruhr) tornou-se numa das mais formidáveis regiões industriais do Mundo devido ao aço e ao carvão (indústrias mineiras e siderúrgicas). Porém, este lugar de destaque na indústria desencadeou problemas ecológicos e sociais, tais como, elevados níveis de poluição ambiental e dependência económica concentrada num único sector.

A partir dos anos 80 estas indústrias entram em declínio, altura em que o petróleo e o gás natural passaram a substituir as matérias-primas extraídas. Consequentemente, a região enfrentou crises sucessivas, originando uma elevada taxa de desemprego nos últimos anos (20%). Para além da deterioração natural, os ambientes urbanos acompanharam este declínio resultando no surgimento dos desoladores *brownfields*. Foi neste contexto que se estabeleceu o projeto *IBA Emscher Park* em 1989.

2.2.4.2 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A IBA pretende transformar as antigas construções industriais, conservando as que têm valor patrimonial como polos de uma rede museológica descentralizada;

35 A IBA (*Internationale Bauausstellung*) consiste numa Exposição Internacional de Arquitetura e Construção. “As IBA são, de facto, verdadeiras exposições que não se encerram nas paredes de um museu ou de uma galeria. Ocupam pedaços de cidade, sinalizando-a com um certo número de edificações assinadas. Visitam-se no terreno e habitam-se. Articulam a realização de concursos internacionais de arquitectura e planeamento com a pesquisa de novos modelos teóricos e com a resolução de necessidades concretas em equipamentos e habitações.” (Pomar, 1993)

Para além do vale Ruhr, a IBA realizou projetos noutras cidades alemãs como Estugarda (1927), Hannover (1951) e Berlim (1957 e 1987). No entanto, o projeto do Emscher Park terá sido o primeiro a incidir no tema da reabilitação de construções antigas e em edifícios pré-existentes de carácter industrial.

36 População da região do Ruhrgebiet: 5.401.759 habitantes. Área do Projeto IBA-Emscher Park – 17% do Ruhr; população: cerca de 2 milhões; maiores extensões – norte-sul: 18km; oeste-leste: 80km. (Castello, 2003)



Fig. 87 - edifício da antiga mina de carvão Zeche Zollverein



Fig. 88 - Gasómetro em Oberhausen



Fig. 89 - Landscape Park Duisburg Nord by Latz+Partner

reabilitar a natureza envolvente, marcada por terrenos esventrados e colinas de escórias, rios transformados em cloacas de águas residuais correndo a céu aberto e redes de canais já sem serventia como eixos de transporte; recuperar os antigos e degradados bairros operários, e, no fundo, relançar o crescimento económico da região graças à implantação de atividades económicas de novo tipo, sujeitas a drásticas exigências de qualidade (Pomar, 1993).

Segundo (Castello, 2003) as principais frentes de trabalho incidem em 5 grupos:

- Monumentos industriais (reuso de *Brownfields* como fonte de revitalização das bases culturais);
- Trabalho (reutilização de *Brownfields* como parques tecnológicos);
- Habitação e desenvolvimento urbano (recuperação e novos empreendimentos);
- Paisagem (criação de parques paisagísticos);
- Ecologia (regeneração do sistema hídrico e ambiental).

No total foram mais de 120 projetos que contaram com o apoio financeiro de fontes privadas e públicas (5 mil milhões de marcos), destacando-se:

- Os edifícios da antiga mina de carvão *Zeche Zollverein* (figura 87, em Essen, de 1929, da autoria de Schupp e Kremmer. Atualmente encontram-se ocupados por um centro de coleção e investigação sobre a história da indústria, uma área destinada a *ateliers* e espaço expositivo, o teatro municipal e o centro de Design da Faculdade de Design de Essen (projeto do gabinete de arquitetura Foster & Partners).

- O Gasómetro, monumental ícone regional, em Oberhausen, (figura 88) contém no seu interior uma escultura dos artistas plásticos Christo e Jeanne-Claude.

- *Emscher landscape Park* – um extenso conjunto verde, associado ao projeto *IBA Emscher Park*, que integra outros parques de menores dimensões e ao longo do qual existem rotas turísticas desenhadas e sinalizadas para valorizar as pré-existências industriais que pontuam o território. O *Duisburg Park* (figura 89), um dos que integra esse conjunto, reutiliza todos os elementos industriais de uma maneira criativa, jogando com o contraste entre o natural e o artificial: existem passadiços à volta de altos-fornos, o gasómetro serve de centro de mergulho e as torres de arrefecimento foram transformadas em tanques para nenúfares.

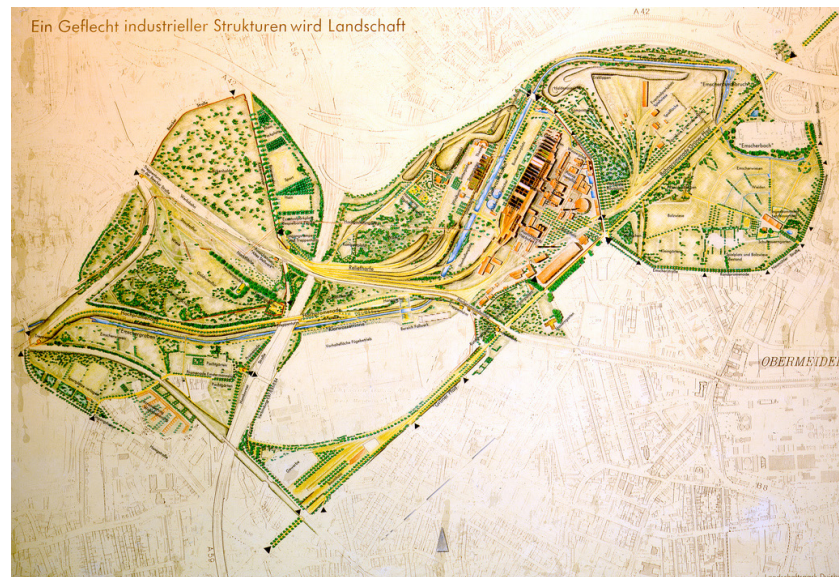


Fig. 90 - Duisburg plano global - Latz + Partner (arq.)



Fig. 91 - Vista panorâmica (140°) do Landschaftspark Duisburg-Nord, Duisburg, Alemanha



Fig. 92 - Emscher Landscape park

“Ao combinarem a vegetação com a indústria, os arquitetos (*Latz und Partner*) conseguiram realizar um projeto sem paralelo na história da reabilitação de zonas industriais urbanas.” (Industrial Chic, 2006)

2.2.4.3 SÍNTESE CRÍTICA

“A filosofia geral do projecto passa a ser a de promover reformas estruturais – mas, quase sem reformas.” (Castello, 2003)

Neste caso, para além dos objetivos de reabilitação económica, o projeto pretende a recuperação da identidade da região, visando devolver ao lugar e às pessoas a autoestima abalada devido à crise iniciada nos anos 80.

Os projetos (figura 90) não procuram negar, disfarçar ou apagar o passado industrial que dominou a região, decorando-a com paisagens novas e limpas, mas sim, reavivar essa memória, conservando as pré-existências (figura 91) e dotando-as de novas funções. Desta forma e com recurso à criatividade, recupera-se a imagem e o carácter da região, condições de habitabilidade e postos de trabalho nos mesmos edifícios industriais onde outrora trabalharam os seus antepassados.

Apesar da escala de atuação e da sua inserção urbana ser muito distante do caso de estudo (Fábrica Cerâmica das Devesas), este exemplo interessa particularmente por se tratar de uma proposta que compatibiliza de novo o património industrial com a região.

Em termos de intervenção, para além da reabilitação inevitável dos rios e da terra poluída, o *IBA Emscher Park* mantém as estruturas industriais, as ruínas, “não tocando no velho” mas atribuindo-lhe novas funções e programas.

Após 1994, o IBA teve necessidade de introduzir novas perspetivas de planeamento que se afiguraram particulares. Numa lógica inversa à mentalidade habitual europeia de planeamento, os projetos do IBA precipitam-se, isto é, são colocados em prática sem aguardar os resultados dos planos nacionais, regionais, institucionais, em vigor no país. Esses mesmos planos é que poderão aprender com os ensinamentos recolhidos dos projetos postos em prática. Trata-se de uma improvisação metodológica pouco usual, que trabalha muito com a perceção de fenómenos em ação no lugar (Castello, 2003).

Numa paisagem que se encontrava perdida, sem marcos orientadores, os elementos industriais ganharam importância, passando a ser vistos e tratados como monumentos (figura 92), símbolos da presença de uma identidade regional, que se encontrava perdida.

III



CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

3.1 PROBLEMÁTICAS SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Visando um enquadramento sobre o contexto e problemáticas inerentes ao Património/edificado industrial em Portugal, foram recolhidas opiniões de alguns autores de referência que trabalham/investigam sobre o tema, tais como Lopes Cordeiro³⁷, Jorge Custódio³⁸ e Inês Moreira³⁹. A informação reunida teve como critério a atualidade dos textos para um verdadeiro conhecimento das problemáticas no presente, conhecendo as do passado e apontando direções para possíveis atitudes a adotar no presente/futuro destas estruturas pós-industriais. Interessante será perceber as críticas e posturas de cada autor no que toca aos edifícios industriais e respetivos métodos de salvaguarda e valorização. Aquilo que defendem ou criticam terá uma grande relação com a própria área de formação, havendo claras diferenças entre a perspetiva da arte (do arquiteto, curador, etc.) e a perspetiva das humanidades (arqueólogo, historiador, etc.).

Segundo Lopes Cordeiro (Moreira, 2013: 51), a segunda metade do século XX caracteriza-se por muitas transformações nas sociedades ocidentais, destacando-se o fenómeno da patrimonialização causado pelo alargamento do campo do património cultural a outras áreas até então desconsideradas e devido às transformações materiais registadas principalmente após a década de 1960. O surgimento e a afirmação do património industrial constitui um dos melhores exemplos deste tipo de transformação, devendo-se à *“ampliação que a natural evolução das ciências humanas então registada provocou no conceito de património cultural”*(Moreira, 2013: 51), juntamente da consciência do sentimento de perda, consequência das transformações urbanas e de reorganização da indústria registadas após a Segunda Guerra Mundial.

Associados a este tipo de fenómeno da patrimonialização estão alguns problemas como a efetivação, nomeadamente soluções adequadas para preservar os variados elementos patrimoniais e a sua divulgação pela sociedade. No caso específico do património industrial são vários os problemas relacionados, agravados pela desindustrialização, em curso há alguns anos, que tem como consequência a

37 Professor de Arqueologia Industrial na Universidade do Minho; Presidente de TICCIH-Portugal e APPI

38 Professor/ investigador, especialista em arqueologia industrial

39 Professora de Cultura Contemporânea na Universidade do Porto; Investigadora na Universidade de Londres (arquiteta/curadora)

perda de componentes fundamentais desse património, obrigando a encontrar soluções urgentes para evitar estas privações. (Moreira, 2013: 51)

Durante a segunda metade do século XX, particularmente nas duas últimas décadas, como consequência do movimento de desindustrialização, o tipo de museu que mais cresceu em número foram os museus industriais. Esta tendência principalmente registada na Grã-Bretanha acompanhou o desenvolvimento e a consolidação do património industrial naquele país. No final da década de 80 foi possível contabilizar 461 novos museus industriais, realidade esta que se estendeu a outros países europeus e, em países que, pelo contrário, estão a experimentar uma rápida industrialização, caso da República Popular da China. Foram criados 10 museus industriais em Xangai para corresponder à crescente procura turística. (Moreira, 2013: 51)

Por sua vez, Jorge Custódio⁴⁰ (Veloso, 1999), destaca uma tendência registada para que estes complexos industriais tenham exclusivamente uma utilização cultural, tornando o retorno ainda menos rentável para o investidor. Acredita que estas apostas recorrentes devem-se a uma falta de maturidade no pensamento dos arquitetos, urbanistas e técnicos do património. Explica que em países mais sensibilizados para esta matéria, como Inglaterra, os edifícios estão praticamente todos protegidos, mesmo que o seu objetivo não seja desempenhar funções culturais. Alguns têm mesmo funções sociais: escolas, bairros habitacionais, etc. Mas há também um motivo para a maioria dos edifícios terem sido transformados em museus, é que se trata da forma que permite conservar estruturas *in situ*.

Lopes Cordeiro identifica um outro problema no campo da museologia em Portugal que diz respeito à “*inexistência de uma rede museológica equilibrada a nível nacional*” (Moreira, 2013: 52). Embora tenham sido dados alguns passos neste sentido, com a criação em 2000 da Rede Portuguesa de Museus que incorpora atualmente 137 museus criados pela iniciativa de autarquias e de instituições privadas, não deve porém ilibar o estado da sua responsabilidade neste domínio, para além de que os museus têm também como responsabilidade a salvaguarda do património - na sua diversidade – uma tarefa que lhes compete em primeiro lugar. (Moreira, 2013: 52)

Contudo, esta realidade apresenta atualmente um processo de transformação

⁴⁰ Especializou-se em Arqueologia Industrial em 1977, tendo acompanhado a atividade e desenvolvimento desta nova disciplina a nível internacional e contribuído para a sua introdução em Portugal. (Veloso, 1999)

com o “*Plano estratégico para os Museus do Século XXI*” (Moreira, 2013: 52) que prevê a transição faseada para tutelas municipais, ou a afetação a Direções Regionais de Cultura. O objetivo primordial consiste na diminuição de encargos da Administração Pública Central com estas instituições.

Um outro problema que Portugal enfrenta no domínio da museologia é a inexistência de um museu na área do património industrial, L. Cordeiro desenvolve a ideia salientando a falta de um Museu Nacional capaz de reunir áreas estritamente relacionadas com o património industrial como a história da ciência e da técnica. Estas áreas detêm um grande potencial formativo e educativo que parece ser incompreensivelmente desprezado pelos poderes públicos. O caso do Museu Nacional da Ciência e da Técnica (MNCT), criado em 1971, é um claro exemplo deste desleixo, visto que o Museu e o seu espólio, no qual se encontram exemplares raros do património industrial dos finais do século XIX, se encontra atualmente “*encerrado e discretamente abandonado*”. (Moreira, 2013: 53)

Ainda outra questão relacionada com a importância da existência de um Museu Nacional consagrado ao património industrial prende-se com a sua localização. Todavia, apenas fará sentido numa região histórica da industrialização portuguesa, nomeadamente: na Grande Lisboa; no Grande Porto ou na zona da Serra da Estrela (Covilhã).

Tendo em conta a necessidade urgente de encontrar uma solução para o património industrial, tanto móvel como imóvel, Lopes Cordeiro apresenta algumas soluções: - Quanto ao património móvel, sujeita ao desaparecimento diário, poderia criar-se uma “*Reserva Nacional de Património Industrial de Interesse histórico e museológico*” (Moreira, 2013: 55), salvaguardando desta forma peças importantes e equipamentos industriais de interesse patrimonial e museológico. O objetivo seria a sua incorporação em museus futuros. Segundo L. Cordeiro, esta tarefa económica deveria ser comportada pelo Estado, tendo em conta as suas responsabilidades pela salvaguarda da memória e do património nacionais, “*e que poderia também contar com a colaboração e contribuição financeira de múltiplas entidades para fazer face aos custos de manutenção, como as autarquias, as associações industriais, fundações, universidades ou empresários em nome individual.*” (Moreira, 2013: 55)

- Quanto ao património industrial imóvel, ou seja, as fábricas que se encontram

ameaçadas devido ao risco de demolição, - *“algumas de inegável interesse histórico e patrimonial”* (Moreira, 2013: 55) - a solução que tem sido mais utilizada nas últimas décadas, nestes casos, consiste na sua reutilização. *“A reutilização de edifícios industriais constitui uma solução de preservação que tem acompanhado o reconhecimento da importância do património industrial como legado cultural de um dos períodos mais significativos da história da humanidade.”* (Moreira, 2013: 55)

Apesar das evidentes vantagens da reutilização de edifícios industriais, existe sempre o contra argumento do elevado custo.

No entanto, Lopes Cordeiro afirma que a opção pela reutilização constitui frequentemente a solução mais económica, uma vez que *“tratando-se da integração e reaproveitamento de um edifício existente, há todo um conjunto de elementos a manter – fundações, estrutura, revestimentos, infraestrutura técnicas, etc., - o que representa uma redução de custo relativa a esses mesmos elementos numa construção nova.”* (Moreira, 2013: 55)

Associado ainda ao argumento *“fica mais barato demolir e construir de novo”*, surge também o de que as soluções ambientalmente sustentáveis são forçosamente mais caras. No entanto, a minimização de trabalhos de demolição representa a redução de desperdício e entulho material, de poluição e de energia, bem como a reutilização de materiais existentes que tem também como consequência direta a redução do recurso à extração e processamento de novas matérias. Mesmo ao nível do conforto e desempenho interior do edifício, a sustentabilidade ambiental é muitas vezes sinónimo de sustentabilidade económica. (Moreira, 2013: 56)

Em suma, reunidas as condições, é desejável optar pela prática de reutilização do património industrial. A única exceção será para os edifícios e sítios de grande importância histórica, para os quais se impões a sua conservação integral, muito embora a *“Carta para o Património Industrial”* defenda que, no caso das novas utilizações, deverão respeitar os materiais específicos, assim como os esquemas originais de circulação e de produção e que deverão ser compatíveis com a sua utilização original. É ainda recomendável uma adaptação que evoque a sua atividade original. (Moreira, 2013: 56)

A salvaguarda do património industrial incluindo a sua musealização é também uma opção política, visto que ambas se integram na área da cultura, onde o *“Estado tem obrigações inalienáveis, já que é evidente que o Estado deve à*

cultura o apoio que deve à identidade de um povo”. (Moreira, 2013: 56)

Um outro fator importante é relativo ao investimento na área do património que assume, hoje em dia, um interesse considerável dada a sua estreita relação com o turismo, uma atividade económica ascendente, apresentando maior dimensão no conjunto das atividades económicas a nível mundial. (Moreira, 2013: 56)

No sector específico do Turismo associado ao património industrial, tem-se registado um interesse crescente nos últimos anos, daí o surgimento de inúmeros projetos nesta área, na Europa, e noutros continentes como a América do Norte e do Sul e na Ásia. Têm sido elaboradas diversas rotas e itinerários de turismo industrial, registando atualmente uma rápida evolução e chamando a atenção de empresas que procuram explorar este sector que se apresenta promissor numa perspetiva económica. (Moreira, 2013: 56)

A nível nacional, São João da Madeira é uma clara aposta no turismo industrial, apresentando variados circuitos que passam pela história da indústria tradicional do passado, presente e futuro daquele município, potenciando desta forma o desenvolvimento económico e social.⁴¹

Todavia, este caso será ainda uma exceção quando enquadrado no panorama nacional, visto que apenas uma ínfima parte do orçamento de Estado está reservado para a cultura, sendo por isso difícil de estabelecer políticas de salvaguarda e musealização indispensáveis para um adequado aproveitamento turístico.

A solução passa por encarar a cultura como forma de investimento, promovendo, por um lado, a preservação patrimonial, contribuindo para o desenvolvimento equilibrado do país e criando oportunidades de emprego.

Segundo (Moreira, 2014), a existência de imensos edifícios e espaços pós-industriais obsoletos, em estado de ruína, ao longo das paisagens de inúmeras cidades europeias, tem origem na deslocalização da produção para países da Europa de Leste e para a Ásia; na terciarização; e na mudança para tecnologias

41 *“O projecto do turismo industrial tem por missão a projecção nacional e internacional do município de S. João da Madeira e consolidação e promoção da sua dimensão turística ligada à indústria, potenciando o desenvolvimento económico e social, a bem da qualidade de vida dos cidadãos. Emerge em S. João da Madeira uma dimensão turística consistente, baseada na indústria tradicional, passada e presente, e nas novas indústrias tecnológicas e criativas.*

O Turismo Industrial afirma-se como um produto turístico de elevado valor económico, cultural e lúdico, através do qual os turistas conhecem empresas em actividade, revivem actividades de outros tempos, e visitam espaços museológicos e museus, de onde se destaca o Museu da Chapelaria.” (turismoindustrial.cm-sjm.pt)



Fig. 93 - Furto de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro) aceleram o processo de ruína.



Fig. 94 - Furto de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro) aceleram o processo de ruína



Fig. 95 - Furto de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro) aceleram o processo de ruína

menos poluentes, como é o caso das centrais de energia.

Todos estes motivos levaram ao abandono dos edifícios industriais, que passam por um processo de desmantelamento, com a retirada das máquinas, o roubo de sistemas (vendidos à sucata), ou o contrabando de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro), que aceleram o processo de ruína, criando um pós-vida industrial (figuras 93 - 95).

A autora destaca duas situações diversas:

- Por um lado, existem zonas como Ruhr, cuja paisagem foi musealizada; ou fábricas que foram alvo de reconversões, caso da Tate Modern de Londres ou os Caixaforum de Madrid e Barcelona, que apontam numa direção em que a “arquitetura de autor” assume um papel fundamental.
- Por outro lado, existem extensas “zonas”, como Chernobil, Fukushima, ou outros Brown-fields, que devido à contaminação e poluição industrial tornam a entrada interdita.

A autora acrescenta ainda que estes espaços, estas fábricas, estas ruínas e vestígios, *“oferecem intensas sensações espaciais, materiais e experienciais a quem as visita”*. (Moreira, 2014)

Procuram-se, hoje em dia, outros métodos de intervenção diferentes dos grandes planos urbanísticos e de especulação imobiliária de zonas industriais em terrenos nobres das cidades. Pretende-se que as intervenções considerem a materialidade e a história industrial mas que sejam mais contidas do que as operações de intervenção do passado, de que é exemplo a Expo 98, a zona de Matosinhos Sul (onde foram demolidas zonas industriais para criar habitação de luxo), entre outras.

Enquanto solução económica para o sector da indústria, são apontadas duas vertentes:

- Uma “política de reindustrialização”, apoiada por fundos estruturais, pretendendo atrair investimento estrangeiro;
- E o *“produto proto-industrial de qualidade”* e de pequena escala. Esta aposta diferente, mais criativa, destina-se a fábricas que ainda operam. O caso da fábrica Viarco é um claro exemplo deste tipo de estratégia.⁴²

42 José Vieira, neto do fundador da Vieira e Araújo – Viarco – viu-se incapaz de competir com o volume de produção e marketing agressivo e milionário de marcas como a Caran d’Ache (Suíça), Faber-Castell ou Staedtler (alemãs), daí ter investido no *“negócio dos lápis com valor acrescentado”*. Primando pela diferença, vendem mais do que aquilo que é o tradicional lápis

Contudo estas duas direções são desligadas do edifício enquanto arquitetura, pois estão centradas na produção industrial.

Tendo em conta a desindustrialização e o atual cenário de “crise”, os projetos de recuperação de edificações industriais com valor histórico e arquitetónico são apenas intenções, tendo como consequência, com o passar do tempo, o agravamento do estado de ruína. Torna-se por isso necessário agir tendo em conta o presente cenário pós-industrial, procurando novas formas de intervir e de reativação e “não apenas como evocação de um passado industrial”. (Moreira, 2014: 118)

O projeto desenvolvido por Inês Moreira encontra potencial “*narrativo e articulador de preocupações mais abrangentes*” nos fragmentos pós-industriais. “*Se os processo de ocupação antes/após a atividade industrial vão transformando os espaços, igual papel têm as ocupações temporárias, como expositivas, pois o antes/após marca física e culturalmente os locais e, em parte, os processos de gentrificação das zonas “leste” das cidades ocidentais passa pelo acolhimento de projetos culturais/ ateliers/ artistas que “elevam” o potencial das ex-instalações industriais para posterior especulação imobiliária. Mas agora, num contexto crescentemente mais deprimido em termos industriais, imobiliários e também culturais, urge descobrir novos modos de relação.*” (Moreira, 2014: 119)

Refletindo sobre o futuro das ex-indústrias, o projeto comissariado por Inês Moreira, embarca na condição difusa do contexto pós-industrial, onde o trabalho de campo desperta a atenção ao detalhe, à recolha de materiais, à lenta transformação do edifício em ruína, convidando ao registo, e à conceptualização do fenómeno. “*Já não estamos perante a fábrica, coerente, mas numa condição difusa entre entidade material, performativa, espacial, etc., condição que exige outras ferramentas.*” (Moreira, 2014: 119)

escolar, vendem memórias (os lápis com que gerações e gerações de portugueses aprenderam escrever, a ler e contra), soluções divertidas (o pior lápis do mundo, que não escreve e só serve para pregar partidas) e lápis personalizados. Através destes produtos especiais têm iniciado um processo de internacionalização, exportando para os Estados Unidos, Itália, Alemanha, Inglaterra e França. Um outro fator diferenciador desta marca é a forma artesanal como ainda produzem os lápis, “*E vendem também uma maneira de fazer as coisas que já não existe*”. Nesta fábrica em São João da Madeira encontram-se máquinas que datam do século XIX, totalmente mecânicas e um ambiente decorado com a sujidade do carvão, uma verdadeira experiência de arqueologia industrial. Desta forma, as instalações da fábrica passaram a estar inseridas no roteiro industrial da autarquia, permitindo “*salvaguardar o património da fábrica*”.

A Viarco disponibiliza espaço (ateliers) para os artistas desenvolverem os seus projetos pessoais e, através desta colaboração, têm também surgido ideias para novos produtos, como é o caso do bastão de grafite que foi sugerido pelo pintor José Emídio. São estes os fatores que fazem a diferença e contribuem para o sucesso e reconhecimento da marca. “*A nossa disponibilidade para ouvir, para interpretar, para arriscar e não ter medo de falhar. E quando se ousa fazer o que nunca foi feito, a probabilidade de acertar é grande.*” (Santos, 2011)

A grande novidade neste projeto é o entendimento de espaços de incompletude (como situações de abandono, avançado estado de ruína, desmantelamento, deterioração) normalmente desconsiderados enquanto novas espacialidades e materialidades.

O mote para os projetos é explorar os fragmentos disfuncionais, reunindo projetos artísticos, de arquitetura, de fotografia, som e cinema, e projetos investigativos de natureza mais “científica”. (Moreira, 2014: 119)

É essencial a perceção profunda das condições presentes para o reconhecimento da potencialidade das novas espacialidades e materialidade.

Através da reunião e diálogo com experiências atuais, em curso, abrem-se novas perspetivas para trabalhar a ruína. (Moreira, 2014: 121)

A aposta na multidisciplinaridade possibilita a exploração de várias direções, uma vez que *“as intervenções da arquitetura apontam para a renovação (futuro), as humanidades apontam para a documentação, fixação e interpretação (passado), (...) as interpretações artísticas visuais, o cinema e a fotografia uma preocupação com o presente.”* (Moreira, 2014: 121)

Esta concentração entre áreas tão diversas, como a arqueologia, a curadoria, a conservação e restauro, e as engenharias, permitem um encontro entre áreas do conhecimento analítico/ especulativo, resultando num positivo afastamento em relação à simples contemplação da ruína. Estas abordagens olham e exploram para além do fragmento de edifício, da máquina, do documento, do produto ou do desperdício. *“Desejando que a “espera” pela reindustrialização, pela regeneração urbana e económica ou pela reconstrução arquitetónica dos espaços industriais venha a ser produtiva - ainda que a ideia de “produtividade” seja hoje diferente das ideias modernas ou mesmo das de há duas décadas” (...)* *“O pós-industrial convida a agir durante e para além da “espera” pois nestes períodos de lenta oxidação podem-se também reinventar novas possibilidades. E enquanto esse futuro não chega, podemos redefinir expectativas e descobrir outras abordagens, pois, seguramente, o futuro chegará diferente daquilo que imagináramos.”* (Moreira, 2014: 121)



Fig. 96 - Fachada principal e muro-mostruário

3.2 CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO NA FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVESAS

Antes mesmo do seu encerramento, devido à diminuição da produtividade, algumas áreas do complexo industrial já se encontravam em processo de degradação ou tinham sido demolidas por motivos de segurança, face ao avançado estado de ruína. Após o encerramento da Companhia Cerâmica das Devesas, no final da década de 80, juntamente com o impasse do processo de classificação e o abandono dos edifícios, a situação do estado de degradação das edificações tem vindo a agravar-se. Até mesmo durante o período em que decorreu esta investigação, aproximadamente um ano, partes dos edifícios pertencentes ao núcleo fabril foram desaparecendo para a memória futura desta cidade⁴³.

Contudo, como foi referido anteriormente, o conjunto industrial das Devesas reflete interesse histórico, arquitetónico, documental, artístico, industrial e social; assim como valores conectados à memória, exemplaridade, identidade e singularidade, daí a importância da sua salvaguarda e valorização.

Primeiramente pretende-se enquadrar os critérios gerais de intervenção elencando, num segundo momento, aqueles que se aplicam ao caso específico do património industrial em estudo.

Os critérios de intervenção respeitam e derivam das teorias gerais do desenvolvimento das ações de conservação, que são continuamente aperfeiçoadas nos encontros internacionais e refletidas na legislação nacional de salvaguarda e defesa do património.

Um dos principais objetivos das intervenções em edificado antigo consiste em assegurar a salvaguarda, para as gerações vindouras, de todos os elementos com valor cultural e arquitetónico, maximizando também a reutilização de elementos preexistentes por razões ecológicas e de sustentabilidade ambiental. Os elementos de valor do edificado devem ser identificados, considerando a sua preservação e restauro no âmbito da intervenção, a todas as escalas (escala urbana, do edifício e do pormenor construtivo ou decorativo) (Paiva, Aguiar e Pinho, 2006: 270).

Portanto, em primeiro lugar, uma intervenção em edificado antigo começa por ser uma operação que visa a maior conservação possível das diversas partes, elementos

43 No Inverno de 2013 foram demolidos os dois pavilhões centrais (núcleos de produção), no quarteirão norte. (Coentrão, 2013)



Fig. 97 - Pormenores da Fábrica

e materiais do imóvel sobre o qual incide (Paiva, Aguiar e Pinho, 2006: 270).

Tendo em conta os critérios gerais de intervenção⁴⁴, elencam-se aqueles que se aplicam ao caso de estudo em concreto da Fábrica de Cerâmica das Devesas, nomeadamente:

- A intervenção deve preservar o edificado existente nos seus múltiplos aspetos (sistema estrutural, organizacional), uma vez que o valor está no edifício como um todo, não devendo ser sobrevalorizada a sua imagem exterior, mas a integridade de todos os seus componentes (Autenticidade);
- A intervenção deve respeitar as características que marcam a arquitetura do lugar onde incide e integrar-se de forma harmoniosa na mesma;
- A proposta deve sempre salvaguardar o próprio carácter do imóvel, bem como a imagem do conjunto, preocupação esta relevante no caso do imóvel integrar um grupo de edifícios;
- A intervenção deve conservar toda a diversidade arquitetónica que confere carácter ao imóvel, seja exterior ou interior;
- As evidências que apresentam valor patrimonial não devem ser removidas ou alteradas, devendo garantir-se o respeito pelo seu valor cultural, assim como defender a sua integridade física e a possibilidade de acesso futuro;
- As alterações deverão ter, tanto quanto possível, carácter reversível, circunscrevendo-se à necessidade de resposta a questões funcionais, devendo ter como objetivo a valorização das pré-existências. Devem ser evitadas transformações profundas nas estruturas e elementos primários das construções, que impossibilitem ou tornem muito difícil operações futuras de beneficiação e/ou adaptação para objectivos diferentes dos agora estabelecidos. As modificações não devem comprometer a possibilidade de futuras intervenções, devendo facilitar-se a possibilidade de regresso às soluções anteriores (Reversibilidade) (Paiva, Aguiar e Pinho, 2006: 272);
- Todas as intervenções de análise e de projeto devem ser documentadas deixando claramente legível a realidade pré-existente antes da intervenção e as alterações realizadas;
- Deve ser encorajada a participação efetiva da população que reside na envolvente (futuros usuários e dinamizadores do espaço) nas decisões de projeto (programa) e na transformação do espaço que diretamente a afeta, uma vez que se trata da criação de espaço público.

⁴⁴ Para um enquadramento completo sobre os critérios orientadores de intervenção, consultar (Paiva, Aguiar e Pinho, 2006: 270 – 272).

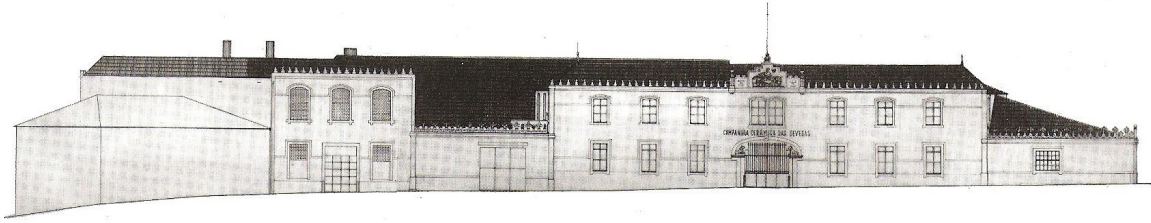


Fig. 98 - Alçado principal da Fábrica das Devesas



Fig. 99 - Fotomontagem referente ao muro-mostruário (Fachada núcleo sul)



Fig. 100 - Fornos localizados no pavilhão central de produção (núcleo norte)



Fig. 101 - Chaminés(núcleosul)

Neste sentido, a intervenção no complexo fabril das Devesas deve essencialmente ressaltar as partes que constituem a memória e o carácter da fábrica, bem como a imagem do conjunto (complexo industrial).

Todas as edificações existentes do complexo (a fachada principal e edifícios correspondentes – figura 98), assim como o muro-mostruário (fachada núcleo sul – figura 99), chaminés e fornos (figuras 100 e 101), constituem elementos-chave deste conjunto industrial e devem por isso ser mantidos integralmente, devendo-se preservar a sua imagem original. Segundo (Soeiro, 1995: 215), a partir da década de 1880 surge uma nova racionalidade: a coerência formal do espaço fabril, submetendo o desenho a uma composição e valorizando o desenho da fachada. Usam-se componentes neo-românticas no desenho da fachada, apostando num tratamento plástico e emblemático das formas, uma vez que o que estava em causa era a aparência de um elevado status económico. Não bastam quatro paredes e um telhado para fazer uma fábrica, acima de tudo, é necessário a fachada, em que se faz a junção de elementos puramente funcionais com uma nova estética urbana. Todas estas fachadas que delimitam o quarteirão norte, juntamente com o muro de exposição, são a identidade da Fábrica de Cerâmica das Devesas, marcando a zona das Devesas com uma imagem muito particular e identitária, inspirada no estilo neo-árabe.

É importante referir que o programa para o espaço fabril das Devesas deveria ser discutido com a população; receber contribuição de especialistas (das áreas da história, cerâmica, arquitetura); bem como contar com a participação dos proprietários e das entidades responsáveis locais (autarquia) e do património (DGC). Contudo dever-se-ia apontar para o local um programa cultural/social, dinâmico, multifuncional, assente nas áreas da cerâmica, arte e turismo industrial. Os novos usos devem refletir os valores da fábrica (histórico, arquitetónico, documental, artístico/ industrial, social, etc.), respeitando a geometria original do conjunto, conservando toda a diversidade arquitetónica (elementos arquitetónicos e pormenores decorativos), visando conservar o seu carácter singular.

O programa deve também ser delimitado tendo em conta as necessidades culturais/ sociais e urbanas da cidade.

É também necessário um trabalho de consciencialização da importância deste marco patrimonial, identitário da cidade, na sua condição atual de degradação. Pretende-se criar um espaço para as pessoas, com o qual estas se identifiquem e sintam que devem promover o seu dinamismo. Apela-se, desta forma, a uma atitude diferente, a uma consciência cívica e cultural.



Fig. 102 - Percurso cultural pela Fábrica de Cerâmica das Devesas, organizado pela Associação Cultural Amigos de Gaia e guiado por Francisco Queiroz, a 24 de Maio 2014

CERÂMICA DAS DEVEZAS

30 ANOS

CONVITE

A Associação VERDEGAIA tem o prazer de a/a convidar a participar nesta conferência

15 horas 20, OUT '12
Quinta dos Barões
Edifício da Real Companhia Velha

Convidados:
Eng. Nunes da Silva
Arq. Nicolau Brandão
Prof.ª Dr.ª Suzana Faro
Prof. Dr. Gonçalves Guimarães
Dr. Hélder Ferreira
Faculdade de Arquitetura do Porto
Direção Geral de Cultura do Norte
Câmara Municipal de VN de Gaia

Informações: geral@verdegaia.pt
Real Companhia Velha - R. Azevedo de Magalhães, 314
4430-022 Vila Nova de Gaia - GPS N41.13263° W8.60075

PATRIMÓNIO ESQUECIDO
UM FUTURO SUSTENTADO

A inércia de anos passados faz-nos repensar o futuro do nosso Património e tentar prospetivar planos sustentados para a sua preservação.
O interesse manifestado pelos nossos convidados demonstra bem a importância da preservação da Cerâmica das Devesas pelo seu papel industrial, artístico e social.
A sua participação é muito importante para conseguirmos compreender o futuro.

organização: **verdegaia**
apoiada: **TAYLOR'S**, **Real Companhia Velha**, **CA**, **LNCEP**

Fig. 103 - Conferência organizada pela associação Verdegaia sobre o tema “Cerâmica das Devesas – um património esquecido, um futuro sustentado”, 2012

3.3 PROPOSTA DE PROGRAMA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA FÁBRICA

Nos últimos anos têm surgido vários contributos para a definição de um programa de reabilitação deste testemunho singular do património industrial, vindo de vários quadrantes: associações culturais da cidade de Vila Nova de Gaia (Associação Cultural Amigos de Gaia e Associação Verdegaia⁴⁵); autores interessados no tema, como (Queiroz e Portela, 2004), (Guimarães, 2012), (Costa, 2009), entre outros. Muitas dessas ideias constituem possibilidades válidas, contudo não se materializaram até então, devido a uma diversidade de fatores que impediram a sua realização. Os projetos e ideias apresentados apenas se centram nos terrenos da unidade produtiva (quarteirões norte e sul), delimitando sugestões para um eventual programa de reabilitação para a Fábrica de Cerâmica das Devesas. Porém, continua a faltar um plano que tenha em conta o complexo industrial das Devesas como um todo (unidade produtiva, respetivas dependências e relação com a cidade).

Neste sentido, propõe-se um programa que pretende não só recuperar a ligação histórica da fábrica com a cidade, mas também redefinir as funções dos diversos edifícios/espacos que constituíram o Conjunto Fabril das Devesas, aproveitando e adaptando esta grande superfície de construção existente, para reunir equipamentos de que a cidade necessita.

O programa, inspirado nos programas de musealização analisados nos casos de estudo, define zonas estrategicamente pensadas, onde as atividades poderão acontecer.

A proposta de programa para o espaco da Fábrica de Cerâmica das Devesas deverá ser constituída pelas seguintes áreas principais:

45 A Associação Verdegaia promoveu uma conferência sobre o tema “Cerâmica das Devesas – um património esquecido, um futuro sustentado”, realizada a 20 de Outubro de 2012 (figura 102). *Este encontro teve como objetivo alertar a sociedade civil do concelho para o adiantado estado de degradação em que se encontra a fábrica de cerâmica das Devesas e para a necessidade urgente de se realizar uma intervenção que impeça a total vandalização do espaco, eventualmente provocando uma destruição irreversível. Os oradores foram unânimes em considerar que aquele complexo fabril deve ser preservado como representativo da indústria cerâmica do concelho de Gaia, nomeadamente, como espaco museológico e em ligação a escolas de vários graus de ensino, artísticas ou não. Os vários intervenientes consideraram que preservar este património é um ato de cidadania e que é premente a mobilização de todas as forças da comunidade necessárias ao diagnóstico dos problemas que os edifícios da fábrica apresentam assim como delinear estratégias que os resolvam.*” (Verdegaia, 2012) No sítio oficial da associação é possível consultar o resumo da conferência, assim como um documento com as propostas de reabilitação apresentadas na conferência.



Fig. 104 - Produção da Fábrica aplicada nos edifícios do complexo industrial

- Área expositiva permanente/temporária (com uma coleção permanente sobre os produtos da fábrica e com exposições temporárias ligadas a determinados eventos)
- Loja/ livraria (especializada em artigos de cerâmica, azulejaria, escultura, turismo industrial, história da cidade e produção local);
- Zona de produção: escola/oficinas/*workshops*;
- Espaço para *ateliers/ startups*;
- Auditório para uso dos equipamentos pertencentes ao conjunto fabril;
- Serviços/parte administrativa;
- Parque urbano que integre os vestígios industriais da história do local (com recurso à sinalética informativa sobre as pré-existências)
- Auditório público (exterior);
- Restaurante/cafetaria;
- Residência de artistas ou de estudantes (em regime de aluguer);
- Biblioteca/ Arquivo e espaço de leitura;
- Espaço para associações recreativas/culturais

Os edifícios pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, nomeadamente a Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa (12), o Lar António Almeida da Costa (13) e respetivas dependências (14), deverão manter o mesmo programa, refletindo a preocupação social patente na história deste complexo fabril.

Tal como acontece no caso Robinson, a abrangência de programas, a versatilidade dos espaços e a complementaridade entre os equipamentos⁴⁶ são também objetivos desta intervenção.

⁴⁶ Por exemplo, a loja/livraria do complexo industrial, dedicada à Cerâmica, Arte, Indústria, Turismo, história, poderia reunir, divulgar e comercializar: uma parte da produção técnico-artística da escola e *workshops*; produção das *startups/ateliers* de artistas; artesanato produzido pelo lar e infantário; etc. Pretende-se reforçar a complementaridade entre os equipamentos através do uso, uma vez que estes se encontram fisicamente desconectados.



- Complexo industrial das Devesas
- Rua Conselheiro Veloso da Cruz (antigo Ramal das Devesas) - ligação à estação das Devesas e à Avenida da República
- Rua Serpa Pinto (antiga Calçada das Freiras) - acesso à zona histórica de Vila Nova de Gaia
- Avenida da República - acesso ao metro
- Via Engenheiro Edgar Cardoso/ Via 8
- A1 - IC1
- IC23
- Linha ferroviária

Fig. 105 - Fotografia aérea da situação urbana existente, destacando a mobilidade e acessibilidade

3.4 CONTRIBUTO PARA UM PLANO DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA FÁBRICA

Após aproximadamente 150 anos desde a sua inauguração, a Fábrica de Cerâmica das Devesas encontra-se atualmente em avançado estado de ruína, tornando-se urgente a sua salvaguarda e valorização.

As demolições, os atos de vandalismo e o furto de materiais de construção e do próprio espólio contribuíram para o agravamento do estado de conservação das estruturas fabris. Atualmente, o quarteirão norte e sul da unidade produtiva, tal como referido anteriormente no capítulo da caracterização, constituem edifícios em ruína, obsoletos, à espera de uma intervenção capaz de os integrar de novo na cidade.

Tendo em conta os critérios de intervenção (referidos no ponto 3.2), as primeiras acções correspondem ao conhecimento e análise do existente.

De acordo com (Souto de Moura e Correia, 2005: 3), um plano de requalificação não pode ser entendido de forma autista em relação ao seu todo, ainda que dirigido a uma zona limitada da cidade. Tal como aconteceu no caso Robinson, para uma integração do conjunto fabril das Devesas com a cidade, é necessária uma análise mais abrangente, focando diversas escalas que permitiram diagnosticar pontos negativos:

- Edifícios da fábrica em ruínas – sem qualquer uso ou proteção;
- Zona urbana sem dinamismo (maioritariamente residencial, esta zona serve apenas de passagem/ ligação entre pontos estratégicos da cidade);
- Núcleo fabril de produção (quarteirões norte e sul) desligado das respetivas dependências/envolvente urbana;
- Falta de complementaridade (leitura de um todo) entre a unidade produtiva e as respetivas dependências sociais.

E elencar potencialidades (figura 105):

- Valor Patrimonial da Fábrica e da sua envolvente – Industria/cidade fabril – identidade da cidade;
- Área disponível para albergar programa cultural/parque urbano;
- Localização estratégica;
- Mobilidade/acessibilidade.

Tendo em conta o potencial deste marco do património industrial, assim como do lugar onde se insere, pretende-se que a reabilitação constitua um

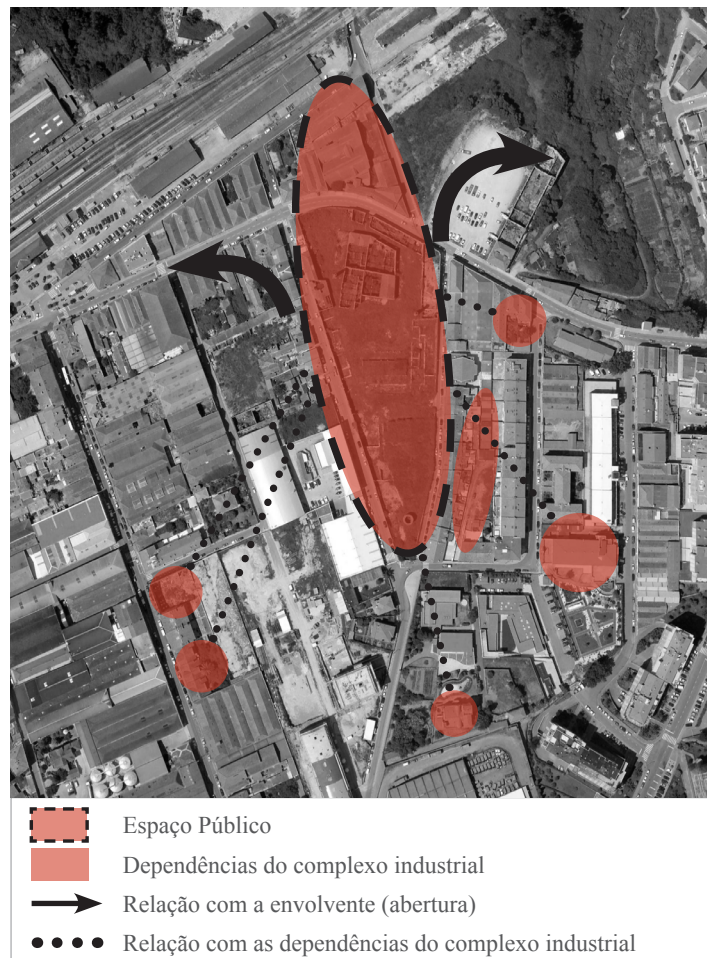


Fig. 106 - Estratégia base do contributo para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas

núcleo dinamizador desta área urbana, capaz de atrair vários tipos de público, nomeadamente:

- Moradores desta zona urbana;
- Turistas interessados em conhecer a identidade industrial da cidade;
- Estudantes que frequentam instituições de ensino nas proximidades;
- Investigadores/ profissionais e interessados ligados à área da indústria, cerâmica, escultura, azulejaria, etc.
- Serviços de apoio à estação da CP (ponto de lazer, alimentação, etc.);
- Apoio a funcionários que frequentam a área envolvente (funcionários do Tribunal, Hospital de Gaia, câmara municipal, comércio local, etc.)

A ideia base da estratégia de intervenção (figura 106) consiste em abrir o espaço do núcleo fabril (quarteirão norte e sul, até aqui fechado sobre si mesmo) à cidade. Tal como acontece no Espaço Robinson, pretende-se estabelecer a continuidade e abertura físicas entre esta área urbana da cidade e este exemplar do património industrial.

Localizado numa área maioritariamente residencial, regista-se ausência de espaços públicos bem caracterizados, capazes de servir esta área urbana.

A articulação entre os terrenos da Fábrica e o tecido urbano existente é feita através da criação e desenho de elementos de forte carácter urbano, nomeadamente equipamentos, percursos, zonas de estar e lazer.

A estratégia pretende recuperar a zona como espaço público, baseando-se no estabelecimento de vínculos entre os vestígios/edifícios existentes e a cidade.

O estado atual deste edificado patrimonial, praticamente já todo em ruína, consiste num fator forte e incontornável que se pretende assumir e considerar no desenvolvimento da intervenção. Assim, o parque urbano deverá ser desenhado em função da memória, isto é, dos vestígios que restam da fábrica e constituir, ao mesmo tempo, um elo agregador da sua envolvente urbana. Este novo espaço público, dedicado à memória da fábrica, deverá constituir um polo dinamizador desta área urbana, atualmente sem qualquer tipo de dinâmica.

Ao contrário do caso do Fórum Cultural de Ermesinde e, em parte, do Espaço Robinson, pretende-se que a intervenção seja forte, assumindo o seu papel regenerador da cidade, recorrendo-se a meios escassos que não passam pela construção de novos edifícios. Em primeiro lugar, projetos de reabilitação que exigem nova construção (integrando a ruína), constituem investimentos muito



Fig. 107 - Vestígios da Fábrica de Cerâmica das Devesas

grandes e, de certa forma, irreais perante a situação económica da conjuntura atual. Segundo (Moreira, 2014: 118), em relação à questão *“O que fazer, hoje, perante a ruína do espaço (e do negócio) industrial? (...) procuram-se agora outros modos de intervenção que considerem a materialidade e a história industrial mas, sobretudo, que sejam mais contidos do que as grandes operações do passado.”*

Em segundo lugar, uma obra de reabilitação para este local, dependente do investimento e construção de infraestruturas pesadas, iria fazer desaparecer a maior parte dos vestígios que lá se encontram neste momento, vestígios esses que se pretende explorar, mostrando as suas potencialidades enquanto símbolos do passado e marcos que apelam à reflexão e consciência da não atuação.

Assumir a condição atual do estado de conservação da fábrica tem um triplo objetivo:

- Explorar e mostrar as potencialidades do espaço em ruínas, tal qual se encontra;
- Utilizar os vestígios (figura 107) enquanto provas do passado industrial (completando-os com recurso à sinalética informativa sobre as pré-existências);
- Chamar a atenção para as consequências visíveis da não atuação e suscitar, de alguma forma, a preocupação das pessoas por outros casos de património industrial que se encontram em situação idêntica.

Por último, neste caso em concreto, para além de não ser economicamente viável, não se justifica a reconstrução integral do edificado, uma vez que o seu valor patrimonial não se encontra em cada parcela individual mas sim na leitura do todo, do complexo industrial.

A atuação proposta para este caso consiste numa intervenção cirúrgica, não convencional, recorrendo aos princípios da intervenção mínima, assumindo o espaço tal qual este se encontra. Após consolidadas as partes com valor patrimonial, desenha-se o espaço público, capaz de albergar o programa de musealização delimitado pela proposta (ver item 3.3). Neste sentido, a atitude que se pretende tomar aproxima-se mais dos casos *Duisburg Park* e do projeto Edifícios e Vestígios, uma vez que se exploram as potencialidades do cenário existente, ainda que incompleto, em ruína, degradado e abandonado.

Considera-se que a melhor forma de consciencializar e sensibilizar as pessoas sobre o valor deste património consiste em recuperar a zona como espaço público, devolvendo este núcleo isolado às pessoas e à cidade, e assumindo a ruína, peça simbólica do passado industrial, que apela à condição frágil do seu estado de



Fig. 108 - O pós-industrial convida a agir durante e para além da “espera” - interior da Fábrica de Cerâmica das Devesas

conservação. “ *O interesse e a dedicação do público pelo património industrial e a apreciação do seu valor constituem os meios mais seguros para assegurar a sua preservação. (...)*” (TICCIH, 2003: 13)

Em relação ao tipo de atuação, tal como defende (Moreira, 2014: 118), é necessário agir tendo em conta o presente cenário pós-industrial, procurando novas formas de intervir e de reativação e “*não apenas como evocação de um passado industrial*”.

Com efeito, “*O pós-industrial convida a agir durante e para além da “espera” pois nestes períodos de lenta oxidação podem-se também reinventar novas possibilidades. E enquanto esse futuro não chega, podemos redefinir expectativas e descobrir outras abordagens, pois, seguramente, o futuro chegará diferente daquilo que imagináramos.*” (Moreira, 2014: 121).

O parque urbano, proposto pela intervenção, deve constituir um núcleo vivo, capaz de receber pessoas e de servir de lugar (palco) para a realização de vários tipos de eventos. Uma vez que se trata de uma intervenção que não recorre à construção de novos edifícios, procura-se explorar duas componentes inovadoras neste tipo de soluções: a efémera e a processual.

Componente Efémera

As atividades a desenvolver no local, tais como a criação de um espaço expositivo ou de um auditório, recorrem à construção de estruturas simples, amovíveis⁴⁷, dispostas no meio e em conformidade com as edificações existentes, seguramente consolidadas. Desta forma, o espaço público garante as condições necessárias para a realização de eventos pontuais (exposições, congressos, espetáculos, etc.)⁴⁸ e, quando estes terminam, continua a funcionar como parque urbano (função permanente). Com acesso a pequenos recursos desmontáveis garante-se a valorização e a potencialidade deste espaço que coabita com as pré-existências industriais (referências: figuras 109, 114 e 115).

Componente Processual:

A componente processual prende-se com o facto de se estimular a criação de um espaço flexível, vivo, que se vai metamorfoseando dependendo da atividade dos

⁴⁷ Tipo de estruturas representadas nas referências, (figuras 109 - 112) compostas por: contentores, estruturas metálicas revestidas a madeira, entre outras.

⁴⁸ As residências de artistas, propostas no programa, poderão desenvolver-se em contentores estrategicamente posicionados no local, em regime de aluguer. Assim como o Museu, auditório, loja/ livraria, cafetaria recorrem igualmente a este tipo de estruturas.



Fig. 113 - Planta esquemática de intenções para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas



Fig. 109 - Matadero, Madrid - ave de la musica. M. Langarita e V. Navarro



Fig. 110 - Paizi 38, China. Remix Studio



Fig. 111 - Franklin Court, Pensilvânia. Venturi & Rauch



Fig. 112 - Palácio Szatmáry, Hungria. MARP

seus participantes. Este conceito é também explorado no Espaço Robinson, que, por sua vez, tem a sua inspiração na transformação da Fábrica de Pompéia em S. Paulo (1977), pela arquiteta Lina Bo Bardi, “*Como sucede em qualquer lugar de carácter público, o projecto parte da consideração de um espaço como uma envolvente que os usuários reconfiguram constantemente, um lugar de encontros, com liberdade de uso que se metamorfoseia dependendo da actividade dos seus participantes.*” (Souto de Moura e Correia, 2005: 3)

Este espaço público, que tem como tema de fundo a ruína, homenageia simbolicamente as perdas do património e a sua memória, procurando valorizá-la de uma forma inovadora: as pré-existências são valorizadas com recurso à sinalética, isto é, ferramentas que permitem representar, dar a informação e interpretar aquilo que já não existe (figura 111).

Quanto à distribuição do programa (figura 113), o núcleo produtivo norte concentra a parte fabril em melhor estado de conservação, sendo possível, devido aos vestígios existentes, identificar os fornos e as funções antigas de cada edifício/ espaço.

As duas entradas (A) e (B), de carácter diferente, existentes neste quarteirão, permitem uma estratégica divisão do programa.

A entrada principal (A) do complexo, localizada na rua Conselheiro Veloso da Cruz (antigo Ramal das Devesas), relaciona-se mais com as partes de interesse público do programa. A partir deste ponto principal acede-se ao espaço loja/livraria (2), museológico (1), auditório (5) e zona de produção (3) (escola/oficinas/workshops).

Junto à entrada (B), de carácter mais reservado (secundário), ligada a um acesso secundário (Rua Pinho Valente - antigo caminho para a Estação), encontra-se o espaço para *ateliers/* residências (4) e os serviços administrativos (6). A (figura 109 e 114), referente à *nave de la musica* no Matadero, em Madrid, ilustra a versatilidade dos contentores, enquanto espaços para albergar residências com condições específicas (estúdios de música com isolamento apropriado, neste caso). Esta poderia ser também uma solução para os *ateliers/residências* na Fábrica das Devesas, proporcionando desta forma as condições necessárias para o seu funcionamento.

Manteve-se a parte produtiva (escolas, oficinas, *workshps*) no centro (3), junto



Fig. 114 - Matadero, Madrid - ave de la musica. M. Langarita e V. Navarro

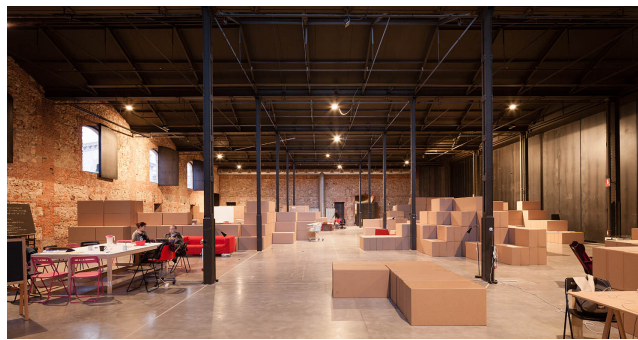


Fig. 115 - Do It Together da Plataforma HUSOS, arquitetura reversível de cartão e velcro, no Matadero de Madrid

aos fornos que consistem em elementos essenciais para a produção cerâmica.

A área expositiva (1), muito relacionada com a entrada principal, a loja/livraria e a zona produtiva, pretende envolver o espaço produtivo numa ideia de percurso que começa por mostrar as peças em exposição dispostas na zona (1), passando pela parte produtiva com a presença dos fornos (3), terminando no auditório (5) (quando este estiver montado para a realização eventos). A (figura 110) ilustra um percurso ao longo de um edifício em ruínas e serve de referência para o percurso que se pretende criar neste contexto da Fábrica degradada.

No quarteirão sul, os vestígios industriais são quase inexistentes. Pretende-se, com recurso a ferramentas (tais como: sinalética informativa, diferenciação de pavimentos, etc.) simbolizar e informar sobre as pré-existências de forma lúdica, criativa e dinâmica, aberta à participação do público. A (figura 111) ilustra uma forma de simbolizar as pré-existências através de uma estrutura metálica que desenha o contorno da antiga casa existente no local.

O espaço junto ao muro-mostruário (8) (antiga zona de refeitório, depósito, armazém e oficina de carpintarias) é reservado para zona de restaurante/cafetaria (e eventualmente algum comércio esporádico), estando muito relacionada com esta parte mais simbólica do parque urbano.

Os edifícios que funcionavam como habitação em regime de aluguer, antes do encerramento da fábrica, são agora reutilizados mantendo a mesma função (9).

O edifício (10) (primeira habitação do fundador António Almeida da Costa, e, mais tarde, jardim de infância) pela sua configuração e riqueza decorativa (exterior e interior) será um espaço interessante para albergar a biblioteca/arquivo e espaço de leitura.

Considera-se essencial a ligação deste complexo industrial a esta zona urbana e especialmente aos seus moradores, sendo importante albergar associações recreativas e culturais da cidade que incentivam o dinamismo entre as pessoas e o seu património.

IV. ● CONSIDERAÇÕES FINAIS

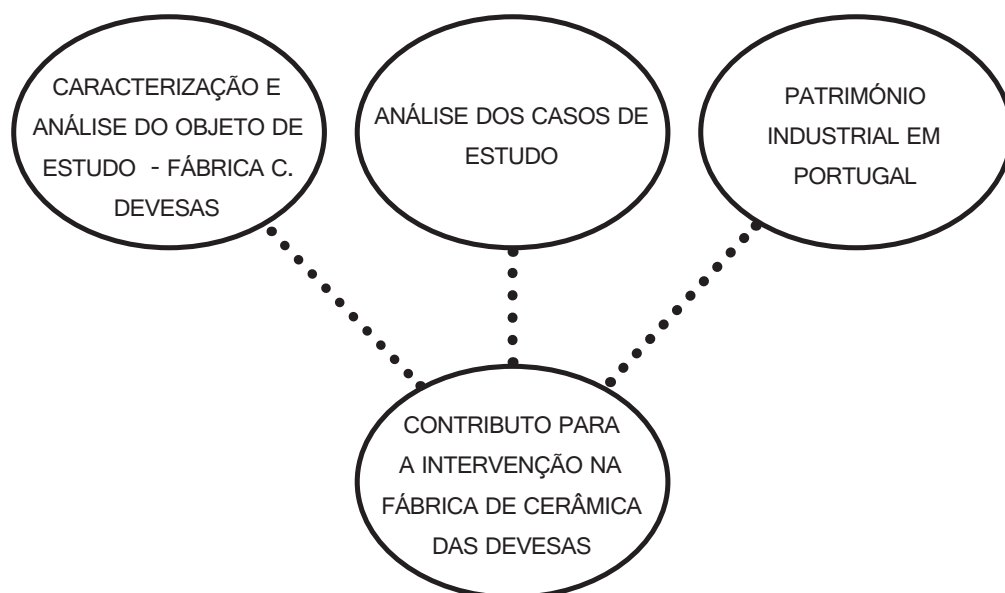


Fig. 116 - Esquema metodológico da investigação

SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste ponto de reflexão final sobre o trabalho de investigação, pretende-se recordar o objetivo inicial e perceber as direções que o trabalho tomou nesse sentido. Comprovam-se as características singulares da Fábrica em estudo; sintetizam-se os ensinamentos retirados da análise dos casos de estudo que contribuíram para dar resposta ao objetivo; apresentam-se as mais-valias do contributo para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas, que resulta de cada uma das partes abordadas na dissertação; abordam-se ainda as dificuldades sentidas ao longo da investigação, essencialmente relacionadas com a escassez de informação sobre o caso de estudo e contexto urbano envolvente e avança-se com algumas sugestões de temas para investigações futuras.

Fatores como a deslocalização da produção, a terciarização e a mudança para tecnologias menos poluentes, contribuíram para o abandono e consequente degradação de muitas unidades industriais, instaladas nas cidades Europeias nos últimos séculos.

Estes edifícios e espaços industriais, verdadeiros marcos da atividade económica dos séculos passados, encontram-se atualmente sem atividade, contribuindo para o aceleramento do processo de ruína, pondo em causa a salvaguarda destes testemunhos para a memória futura das populações.

O complexo fabril das Devesas é um claro exemplo desta problemática – **marco industrial com valor patrimonial em risco de desaparecer para a memória futura** –, tendo sido a partir deste objeto de estudo que se desenrolou todo o processo de investigação aqui apresentado. Pretendia-se refletir sobre uma estratégia de intervenção capaz de salvaguardar e valorizar este conjunto industrial, respeitando a materialidade e a história, tendo em conta o seu estado atual de conservação e a situação económica deficitária instalada no país. Esta premissa inicial manteve-se ao longo da investigação, que partiu assim de um caso particular do património industrial, para o contexto geral da temática envolvida – **salvaguarda e valorização do património industrial**. Neste sentido, o desenvolvimento da investigação serviu para ganhar consciência e conhecimento e fortalecer os argumentos que comprovam a pertinência da salvaguarda deste bem patrimonial em concreto.

Defende-se que o conjunto industrial das Devesas (unidade produtiva e edifícios sociais) reflete interesse histórico, arquitetónico, documental, artístico, industrial e social, assim como valores conectados à memória, exemplaridade, identidade e singularidade, daí a importância da sua salvaguarda e valorização.

O complexo industrial das Devesas apresenta as seguintes características singulares, que comprovam o seu valor e potencialidades:

- Primeira fábrica construída de raiz;
- Estratégia de concentração empresarial – concentração horizontal – uma das primeiras e das maiores que alguma vez existiu em Portugal nas artes industriais;
- Conjunto industrial de grandes dimensões, particular para a época;
- Conjunto fabril com capacidade de executar e fornecer obras completas de construção, com acessórios inteiramente produzidos nesta oficina;
- Produção versátil, polivalente e com qualidade;
- Aposta na formação dos seus operários – integração de uma escola industrial nas instalações da Fábrica;
- Constituiu um modelo de referência para outras unidades fabris no norte e centro de Portugal;
- Função comercial ou propagandística assumida nas fachadas de todos os edifícios pertencentes ao complexo, constituindo um verdadeiro mostruário/catálogo ao ar livre dos produtos da fábrica;
- Preocupação social - construção de dependências sociais para usufruto dos seus trabalhadores, nomeadamente bairro operário, bairro contramestres, creche e asilo;
- Núcleo urbano consolidado – cidade fabril composta pelas unidades produtivas e respetivas dependências (sociais);
- Linguagem/imagem dos edifícios muito própria, marcada pelo gosto neo-mourisco.

Contudo, apesar das suas características e valores, a fábrica encontra-se abandonada, sem qualquer tipo de uso ou proteção, contribuindo desta forma para a sua degradação.

Fruto da análise ao local onde a Fábrica se insere, foi possível diagnosticar por um lado, a falta de relação do núcleo produtivo com a envolvente urbana, uma vez que se encontra fechado sobre si mesmo, sem função, assim como a falta de ligação entre a unidade produtiva e as respetivas dependências sociais (leitura de um todo). Por outro lado, verificou-se tratar-se de uma zona urbana

sem dinamismo, maioritariamente residencial, que serve apenas de passagem, de ligação, entre pontos estratégicos da cidade.

Identificaram-se ainda as potencialidades deste conjunto industrial, tendo em conta o seu valor patrimonial, a sua localização estratégica, próxima do centro administrativo da cidade, da zona histórica, apresentando boa acessibilidade às principais vias de circulação da cidade. Em suma, considerou-se que a reabilitação da Fábrica deveria constituir um núcleo dinamizador desta área urbana, capaz de atrair vários tipos de público.

Neste sentido, visando responder à premissa inicial da investigação, desenvolveu-se um percurso metodológico que partiu do particular (estudo e análise do objeto de estudo) para o geral (consciência do tema base que sustenta a dissertação – salvaguarda e valorização do património industrial). Procedeu-se à seleção e análise de quatro casos de intervenção em edificado industrial, procurando obter conhecimento de vários tipos de atuação e retirando, de cada um deles, ensinamentos úteis para o caso da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

O Fórum Cultural de Ermesinde, primeiro caso apresentado, será o que mais se aproxima da Fábrica de Cerâmica das Devesas, pela sua implantação (junto à estação de caminhos-de-ferro), pelo tipo de envolvente urbana (residencial), pelo tipo de produção (cerâmica), pela escala (terreno da fábrica) e pelo estado de conservação (ruína) antes da intervenção.

O antigo terreno da fábrica foi adquirido pelo município de Ermesinde para a construção de um parque urbano e de um edifício de apoio com programa cultural, respeitando e salvaguardando os vestígios industriais característicos da identidade da cidade. Neste caso, os testemunhos da antiga fábrica de cerâmica são dignificados e tratados como peças museológicas pelo novo edifício cultural, que claramente encosta e pousa sobre estes. O programa a adotar para o novo edifício estava já predefinido pela C.M.V., sendo que, neste caso, os arquitetos não participaram na definição do programa.

Em termos de intervenção, este caso distancia-se da solução idealizada para a Fábrica de Cerâmica das Devesas, uma vez que implica nova construção.

O segundo caso de estudo, a Fábrica Robinson localizada em Portalegre, apresenta, pela sua história, uma forte componente social. O projeto atual de revitalização deste Património demonstra uma clara aposta na cultura, colocando-a ao serviço

da educação, da formação e do conhecimento. A preocupação social e a formação são valores igualmente presentes na história da Fábrica de C. das Devesas.

A estratégia de intervenção baseia-se na abertura do complexo à cidade através da criação de espaço público: praças, passeios e equipamentos que ligam os edifícios da Fábrica com o tecido urbano existente. As instalações industriais são ocupadas pelos equipamentos culturais e sociais da cidade, mantendo a configuração original do espaço e a identidade do lugar.

O programa de musealização considera as necessidades da cidade, pretendendo construir um núcleo cultural/social ligado à história deste património.

Destaca-se ainda a complementaridade entre os vários equipamentos do complexo, permitindo sentir, de certa forma, que pertencem ao mesmo núcleo e que podem ser utilizados por todos de uma forma livre e espontânea, denotando uma flexibilidade de usos. Considera-se que a intervenção pratica um tipo de arquitetura centrada no comportamento humano, integrando uma componente processual, que se reflete na delimitação do programa a albergar e na flexibilidade de uso, convidando os usuários a utilizarem e a moldarem o espaço de acordo com as necessidades.

Em termos de estratégia-base de intervenção, este terá sido o caso que mais influenciou a solução proposta para a Fábrica das Devesas, uma vez que torna o espaço industrial parte integrante da cidade (abertura à cidade), através da criação de espaço público. Quanto ao programa, os arquitetos participaram na sua elaboração, propondo um programa cultural/social, equilibrado entre a história da fábrica e as necessidades da cidade de Portalegre, sendo esta também a atitude defendida para o programa na Fábrica de Cerâmica das Devesas. A uma escala mais abrangente, esta intervenção assume-se como uma requalificação urbana, uma vez que delimita formas de resolver problemas da cidade. No caso das Devesas pretende-se atuar a uma escala urbana, criando um pólo dinamizador desta zona, atualmente sem vivacidade.

No Espaço Robinson, os edifícios encontravam-se em bom estado de conservação, podendo ser reutilizados integralmente, o que não acontece na Fábrica de Cerâmica das Devesas. Neste sentido, a atuação física no Espaço R. segue uma vertente diferente, uma vez que reutiliza os edifícios e os espaços e envolve construção de novos equipamentos.

O projeto Edifícios e Vestígios, terceiro caso de estudo, aproxima-se conceptualmente deste trabalho de investigação, uma vez que tem como âmbito a reflexão sobre edifícios/ espaços pós-industriais. *“O que fazer com os espaços*

pós-industriais? Ou, mais especificamente, como ler registar e transformar o pós-industrial?” (Moreira, 2013: 15) A ideia consiste na exploração destes espaços industriais, assumindo a sua situação atual de incompletude, abandono, degradação ou ruína. Neste sentido, o projeto contribui para a valorização do espaço apontando as suas potencialidades presentes e futuras.

A provisoriedade do projeto (materializado na exposição e no livro de reflexão) permite uma realização mais imediata e económica, contribuindo igualmente para a valorização do edificado industrial e, conseqüentemente, para a sua salvaguarda. Este caso contribuiu para a solução idealizada para a Fábrica de Cerâmica das Devesas, na medida em que abriu novas possibilidades de atuação neste tipo de contexto pós-industrial. Anteriormente ao estudo deste caso, acreditava-se que a intervenção teria forçosamente de passar pela reconstrução, recuperação e construção de novos edifícios. Neste sentido, este projeto foi o ponto de viragem na investigação.

O quarto caso de estudo, *Landscape Park Duisburg Nord*, trata-se de um projeto ecológico de musealização da paisagem/vestigios industriais (Ecomuseu). A ideia consistiu em criar extensas áreas de parques urbanos com a temática da memória industrial. Numa paisagem que se encontrava perdida, sem marcos orientadores, os elementos industriais ganharam importância, passando a ser vistos e tratados como monumentos, símbolos da presença de uma identidade regional, que se encontrava esquecida.

Este caso em particular influenciou a solução idealizada para a Fábrica das Devesas, na medida em que reutiliza o espaço industrial, preservando as ruínas industriais enquanto peças de Museu identitárias daquela zona urbana.

Enquanto resultado deste percurso metodológico (figura 116) com base na análise da Fábrica das Devesas, estudo de referências e consciencialização teórica sobre o tema-base da investigação e seus contornos no contexto nacional, desenvolveu-se o contributo para a intervenção na Fábrica de Cerâmica das Devesas.

A estratégia para a Fábrica consiste em relacionar o espaço industrial com a cidade, convertendo-o em espaço público, isto é, espaço para as pessoas.

A intervenção dirige-se à musealização do espaço, tanto pelo programa, como pelo tipo de atuação. Defende-se a consolidação das partes que apresentam valor patrimonial, assumindo o seu estado atual de degradação.

As atividades que se poderão desenvolver no local, propostas pelo programa, não estão dependentes e limitadas por grandes obras de construção. Estas podem

acontecer de uma forma mais simples, imediata e com poucos recursos, através de estruturas amovíveis que se integram estrategicamente nos espaços delimitados pelo programa.

Posteriormente poderão angariar-se fundos para a reconstrução de alguma das partes da Fábrica. A maleabilidade ou componente processual caracterizadora deste contributo permite adaptar-se a um futuro que “*chegará diferente daquilo que imagináramos*”, como explica (Moreira, 2014: 121).

Pretende-se ainda que este exemplo de atuação possa servir de referência para outros casos de património industrial que se encontrem abandonados e, conseqüentemente, num estado semelhante de degradação.

NOTA FINAL

Apesar de todo este trabalho no sentido de dar um contributo ativo para salvaguardar este património, perceber-se que tal poderá não passar apenas de uma intenção, de uma ideia conceptual, uma vez que o complexo se encontra numa situação de impasse há mais de 30 anos, tendo como consequência, com o passar do tempo, o agravamento do estado de ruína. Contudo, considera-se que esta investigação serve seguramente de documentação e memória futura sobre este marco patrimonial, identitário da cidade de Vila Nova de Gaia.

Ao longo da investigação, identificaram-se os elementos de valor da Fábrica que estão relacionados com o edificado existente (valores materiais). Contudo, defende-se que independentemente do estado de degradação deste testemunho industrial, mesmo que já nada reste em termos materiais da Fábrica, este espaço referente ao núcleo produtivo (quarteirões norte e sul) deve constituir um pólo cultural, dinamizador da cidade, capaz de explicar:

- A envolvente urbana fortemente caracterizada pela imagem neoárabe oriunda deste complexo industrial;
- A projeção e influencia da Fábrica na era industrial tanto a nível nacional como internacional;
- A influência visível que os seus produtos tiveram na decoração de inúmeros edifícios na cidade de Vila Nova de Gaia, no Porto (mostuários) e por todo o país.

Trata-se de conservar a memória intangível ou imaterial do espaço para que esta parte da história e da identidade da cidade continue a passar de geração em geração, sem correr o risco de desaparecer para a memória futura. Este espaço deverá

não só concentrar a memória da Fábrica em particular, como também reavivar a característica industrial da cidade de Vila Nova de Gaia, desconsiderada e quase inexistente atualmente, devido ao abandono e conseqüente desaparecimento de outros exemplares do Património Industrial.

Paralelamente à investigação e devido à atualidade e pertinência do tema surgiu a oportunidade de participar no *II Congresso Internacional sobre Património Industrial - Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI* na Católica Porto, campus Foz (22 a 24-05-2014), apresentando um artigo e uma comunicação sobre o estudo desenvolvido até à data.

Mais tarde, surgiu a oportunidade de completar a investigação participando na exposição *Technical Unconscious*, na Cooperativa dos Pedreiros do Porto (25-10 a 22-11-2014), enquanto responsável pelo mobiliário da exposição e assistente de produção. O trabalho nesta exposição, com curadoria de Inês Moreira, permitiu observar na prática a aplicação de conceitos abordados ao longo da tese, nomeadamente no que diz respeito à consciencialização do valor e potencialidade dos espaços pós-industriais e a receptividade dos resultados obtidos.

Relativamente às dificuldades sentidas no decorrer do trabalho, estas prendem-se essencialmente com a falta de informação sobre os edifícios pertencentes ao complexo fabril das Devesas (plantas, projetos, desenhos), assim como sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Vila Nova de Gaia. Neste sentido, foi possível identificar temas relevantes ainda por investigar, nomeadamente:

– Estudo sobre a evolução urbana da cidade de Gaia. Encontram-se apenas algumas partes estudadas, mas não existe uma investigação geral que nos permita perceber a evolução deste concelho, desde a sua formação até aos nossos dias.

– Estudo sobre a formação e desenvolvimentno das ilhas operárias em Vila Nova de Gaia, uma vez que se trata de uma Cidade com a identidade ligada à indústria.

– Estudo sobre a evolução das quintas que existiam em Gaia. Esta cidade era maioritariamente constituída por quintas, porém não existe um documento onde estas apareçam delimitadas e estudadas ao longo dos tempos. Existem apenas estudos pontuais sobre uma ou outra quinta ou, até, sobre as quintas da zona histórica (limite atual). Porém as quintas ultrapassavam os limites da denominada “zona histórica”. Aliás, como referimos, os terrenos da Fábrica de Cerâmica das

Devesas pertenciam à Quinta das Devesas.

– Estudo sobre o Complexo fabril das Devesas, apesar de existir já bibliografia consistente sobre o tema, torna-se um pouco limitada à história e evolução urbana do núcleo produtivo. Regista-se portanto, uma falta de informação (plantas, projetos, desenhos) sobre todos os outros edifícios pertencentes a este núcleo industrial. Na duração deste trabalho de investigação, não foi possível encontrar referências gráficas destes edifícios (bairro operário, palacete, asilo, creche, bairro contramestres). Estes elementos são essências para a caracterização do edificado e como fonte documental de elevada importância, uma vez que servem de provas daquilo que existiu e de como era, na sua origem.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Angélica. *Contributo para a reabilitação do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia. A cor nos revestimentos de fachada*. Universidade do Minho. Guimarães, (2004).

CARVALHO, José Veloso Queirós. *A Reciclagem dos Usos Industriais e as Novas Tipologias de Actividades e Espaços de Cultura - Caso de estudo: LX Factory*. Lisboa: IST UTL, (2009).

CASTELLO, Lineu. *Da sustentabilidade da subjetividade: o projeto IBA Emscher Park*. 042.01 ano 04, nov. 2003 [Consult. 10 Julho. 2014] Disponível em WW-W:<URL: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/636>>.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa : Edições 70, (2010).

CMSJM. *Turismo Industrial*. [Consult. 10 Ago. 2014] Disponível em WW-W:<URL:<http://www.turismoindustrial.cm-sjm.pt/contents/view/turismoindustrial>>.

CMV. Programa de Concurso. Programa Preliminar. (1999) (Policopiado)

COENTRÃO, Abel. *Demolidos dois pavilhões da centenária Cerâmica das Devesas*. Público. 25/10/(2013). [Consult. 10 Out. 2014]. Disponível em WW-W:<URL:<http://www.publico.pt/local-porto/jornal/demolidos-dois-pavilhoes-da-ceramica-das-devesas-27293071>>.

CORREIA, Fernando António da Silva. - *A Misericórdia: A Santa Casa de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, (2012).

CORREIA, Fernando António da Silva. *António Almeida da Costa. Industrial Humanista Filantropo*. Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, (2014).

CORREIA, Fernando António da Silva. *As Devesas nos Carris da História*, Porto, [s.n.], (2009)

COSTA, Célio Melo da. *Notas de Autor*. Arquitetura e Vida. N.º 20. Ano II. Outubro (2001), p. 81.

COSTA, Paulo Ferreira da. *Kit de Recolha de Património Imaterial*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, (2011), [Consult. 3 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL: http://matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Download/Kit/KIT%20Recolha%20Patrim%C3%B3nio%20imaterial_Integral.pdf>.

DRCN. Inf-800673_DRCB_DRCN_20120702_Classificações, (2012).

FOLGADO, Deolinda. *Inventário do Património Industrial da Covilhã. Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial*. In: Estudos, Património, nº3 - (2002), IPPAR, Lisboa, p. 116

GOMES, Ana Carolina; PICCOLO Priscilla; REY, Ricardo. *Exposições Universais: Sociedade no século XIX* [Consult. 10 Abril 2014]. Disponível em WW- W:<URL: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Exposicoes_Universais__Sociedade_no_seculo_XIX_0.pdf>.

GUIMARÃES, Joaquim Gonçalves. *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense, (1995).

GUIMARÃES, Joaquim Gonçalves. *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial, (1997).

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Butterworth-Heinemann, (1999).

LEÃO, Manuel. *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Fundação Manuel Leão. Vila Nova de Gaia, 1999

LEI n.º 107/2001. D.R. I Série A. 209 (2001-09-08) p. 5808 – 5829.

LEI n.º 309/2009. D.R. 1ª série. N.º 206 (2009-10-23) p. 7975 – 7987.

LEITE, José. *Fábrica Robinson de Cortiça*. (23 Maio 2011) [Consult. 7 Set.

2014] Disponível em WWW:<URL:<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/05/fabrica-robinson-de-cortica.html>>.

LUSA. *Aprovado projeto para reabilitação da Cerâmica das Devesas*. Notícias.sapo.pt. artigo:1247847. 5 de Junho (2012) [Consult. 26 Jan. 2015]. Disponível internet:<URL:<http://noticias.sapo.pt/infolocal/artigo/1247847>>.

MARIZ, Luís. *Azulejo Semi-Industrial na Arquitetura Civil Portuense*. Aveiro: Universidade de Aveiro; Sítio do Livro, (2014).

MARQUES, António Henrique R. de Oliveira; et al. eds. *Nova História de Portugal*. Vol. X. Lisboa: Editorial Presença, (2004).

MENDES, Álvaro; et al. *Fórum Cultural de Ermesinde. Um espaço com história*. CMV, (2001)

MOREIRA, Inês. - *Após a Fábrica. Novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais*. ARQA. 1647-077X. n.º 112 (mar./abr.2014) p. 118-121

MOREIRA, Inês. *Edifícios & vestígios: projeto-ensaio sobre espaços pós-industriais = Buildings & remnants : essay-project on post-industrial spaces*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (2013).

MOREIRA, Inês. *Edifícios e Vestígios*. (2012) [Consult. 10 Junho 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.buildingsremnants.com/>>.

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana, ed. lit. - *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: LNEC, 2. Vol. (2006).

PORTELA, Ana Margarida. *António Almeida da Costa e a Fábrica de Cerâmica das Devesas. Antecedentes, Fundação e Maturação de um complexo de Artes Industriais (1858-1888)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (2003).

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. *A Cerâmica das Devesas: um notável complexo fabril oitocentista*. In “Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia”, 8.º vol., n.º 52, Junho de (2001), p. 61-70.

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. *A Fábrica das Devesas e o Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia*. In: separata de “Arqueologia Industrial”, 4ª Série, Vol. IV, n.º 1-2, 47 páginas. Famalicão, (2008)

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. *A Fábrica De Cerâmica Das Devesas – Património Industrial Em Risco*. (2004) [consulta: 20.04.2014]. <http://www.queirozportela.com/devesas.htm>

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. *Devesas: de complexo fabril bem sucedido a património industrial em risco*. Porto: ADECAP, (2000) p. 323 – 331, [4]p.

SOEIRO, Teresa; et al. *A Cerâmica Portuense: evolução empresarial e estruturas edificadas*. In Portugália, nova série, vol. XVI, (1995). - pp. 203-287.

SOUTO DE MOURA, Eduardo; CORREIA, Graça. *Espaço Robinson – do passado para o futuro*: Publicações da Fundação Robinson 0, (2007), p. 68-81, [Consult. 10 Out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.fundacaorobinson.pt/publicacao,10,27,lista.aspx>>.

SOUTO DE MOURA, Eduardo; CORREIA, Graça. *Memória Descritiva*, (2005), p. 1-7, [Consult. 10 Out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/14_projecto_arquitectura/arquitectura_memoria_descritiva.pdf>.

TÁVORA, Fernando. *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa : Manuel João Leal, (1947) in Cadernos de Arquitectura; 1

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial*, 2003, p. 1-14, [Consult. 10 Nov. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>.

UNESCO. *World Heritage Information Kit*. UNESCO World Heritage Centre. (2008), P. 1-32, [Consult. 15 Fev. 2015] Disponível em WWW:<URL: <http://whc.unesco.org/en/about/>>.

V.A (VÁRIOS). *Industrial Chic – Reverting Spaces*. Barcelona: Loft Publica-

tions, Edição Portuguesa: Lisma editores, (2006).

VELOSO, Cláudia. “*A história das cidades termina no século XX e não no século XVIII*”. Entrevista a Jorge Custódio. In: *Pedra & Cal : revista da conservação do património arquitectónico e da reabilitação do edificado*. Ano I – No 4 (Out/Nov/Dez 1999) p. 15-17.

VENTURA, António. *Para uma cronologia da Fábrica Robinson 1848–1966*: Publicações da Fundação Robinson 0, (2007), p. 8-23, [Consult. 10 Out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.fundacaorobinson.pt/publicacao,10,27,lista.aspx>>.

VERDEGAIA. Conferência - *Cerâmica das Devezas: Um património a preservar, um futuro sustentado*. Vila Nova de Gaia: Verdegaia. (2012) [Consult. 20 Jan. 2014] Disponível em WWW:<URL: http://www.verdegaia.pt/fcb_propostas.pdf>.

ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1 - pág. 16 - (UNESCO, 2008: 5)
- Fig. 2 - pág. 25 - http://3.bp.blogspot.com/-QV-pQ_rRGmA/Tb2Xg6iD9PI/AAAAAAAAABaQ/Rig1-Js3V7A/s1600/fontes+pereira+de+melo.jpg
- Fig. 3 - pág. 28 História de Gaia. Fascículo 24, 1993. p. 56-57
- Fig. 4 - pág. 28 (Baptista, 2004: 14)
- Fig. 5 - pág. 30 (Guimarães, 1997: 56)
- Fig. 6 - pág. 30 (Baptista, 2004: 14)
- Fig. 7 - pág. 30 (Guimarães, 1997: 56)
- Fig. 8 - pág. 32 Adaptada de: http://www.gaiurb.pt/dru_03.htm
- Fig. 9 - pág. 32 Adaptada de: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Marinha_\(Vila_Nova_de_Gaia\)#mediaviewer/File:Portugal_location_map.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Marinha_(Vila_Nova_de_Gaia)#mediaviewer/File:Portugal_location_map.svg)
- Fig. 10 - pág. 34 (Baptista, 2004: 23)
- Fig. 11 - pág. 34 (Baptista, 2004: 23)
- Fig. 12 - pág. 36 (Leão, 1999: 257)
- Fig. 13 - pág. 36 (Leão, 1999: 258)
- Fig. 14 - pág. 37 <http://www.scmg.pt/antonio-almeida-da-costa/>
- Fig. 15 - pág. 38 Elaboração do autor com base na imagem do googlemaps
- Fig. 16 - pág. 38 (Soeiro, 1995: 264)
- Fig. 17 - pág. 38 Catálogo da fábrica de cerâmica e fundição das Devesas de 1910
- Fig. 18 - pág. 40 Elaboração do autor com base em (Domingues, 2003); (Soeiro, 1995) e (Correia, 2009)
- Fig. 19 - pág. 42 Produção do autor a partir da planta do google maps
- Fig. 20 - pág. 42 <http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/13.148/4484>
- Fig. 21 - pág. 42 catálogo da Fábrica de 1910
- Fig. 22 - pág. 44 (Correia, 2014: 150)
- Fig. 23 - pág. 44 Catálogo da fábrica de cerâmica e fundição das Devesas de 1910. Arquivo Histórico Municipal do Porto
- Fig. 24 - pág. 45 Catálogo da fábrica de cerâmica e fundição das Devesas de 1910. Arquivo Histórico Municipal do Porto
- Fig. 25 - pág. 46 Elaboração do autor
- Fig. 26 - pág. 46 Arquivo pessoal
- Fig. 27 - pág. 46 Arquivo pessoal
- Fig. 28 - pág. 47 <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6457325/>
- Fig. 29 - pág. 48 Arquivo Pessoal
- Fig. 30 - pág. 48 Arquivo Pessoal
- Fig. 31 - pág. 48 Arquivo Pessoal
- Fig. 32 - pág. 49 (Correia, 2009: 47)
- Fig. 33 - pág. 50 Adaptada de (Soeiro, 1995: 264)
- Fig. 34 - pág. 50 (Soeiro, 1995: 266-267)
- Fig. 35 - pág. 52 (Portela, 2003: 73)
- Fig. 36 - pág. 53 Catálogo da fábrica de cerâmica e fundição das Devesas de 1910. Arquivo Histórico Municipal do Porto
- Fig. 37 - pág. 54 (Correia, 2009: 47)
- Fig. 38 - pág. 54 Arquivo pessoal
- Fig. 39 - pág. 54 Arquivo pessoal
- Fig. 40 - pág. 55 Arquivo pessoal
- Fig. 41 - pág. 56 (Correia, 2012: 94)
- Fig. 42 - pág. 56 Arquivo pessoal
- Fig. 43 - pág. 58 <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/560392/?q=cer%C3%A2mica+devesas>
- Fig. 44 - pág. 58 Arquivo pessoal
- Fig. 45 - pág. 58 Arquivo pessoal
- Fig. 46 - pág. 59 Bairro dos Contramestres
- Fig. 47 - pág. 60 (Correia, 2014: 140 e 141)

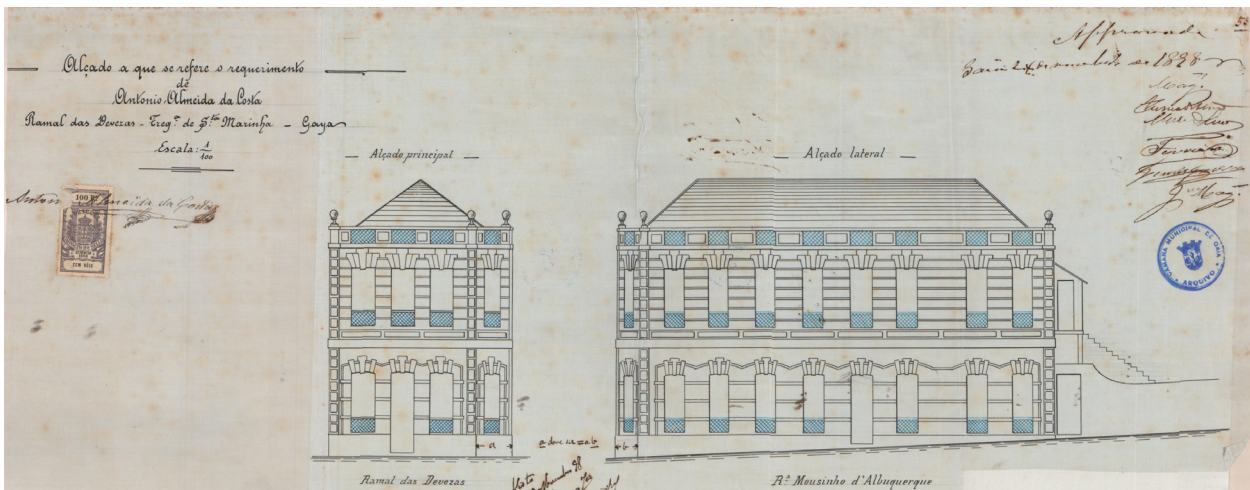
- Fig. 48 - pág. 61 António Conde
- Fig. 49 - pág. 62 Arquivo pessoal
- Fig. 50 - pág. 64 Elaboração do autor com base na planta Gaiurb, 2001
- Fig. 51 - pág. 66 Elaboração do autor com base na planta Gaiurb, 2001
- Fig. 52 - pág. 82 Elaboração do autor. Diapositivo apresentado no II Congresso Internacional sobre Património Industrial
- Fig. 53 - pág. 84 Elaboração do autor. Diapositivo apresentado no II Congresso Internacional sobre Património Industrial
- Fig. 54 - pág. 86 Elaboração do autor.
- Fig. 55 - pág. 90 http://lh6.ggpht.com/-C6MztnG5qwQ/UKNpmHY5ihI/AAAAAAAAAn7w/lAdgpETJQs/Fbrica-de-Cermica-Lusitnia.11_thumb2.jpg?imgmax=800
- Fig. 56 - pág. 90 http://2.bp.blogspot.com/_kycDYo27yQ0/TIqs3B0pv2I/AAAAAAAAADt8/Nk1IndlBkA8/s1600/Esta%C3%A7%C3%A3o+Antiga+de+Ermesinde+-+Largo.jpg
- Fig. 57 - pág. 90 Adaptado de googlemaps
- Fig. 58 - pág. 92 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 59 - pág. 92 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 60 - pág. 92 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 61 - pág. 92 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 62 - pág. 94 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 63 - pág. 96 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 66 - pág. 98 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 64 - pág. 98 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 65 - pág. 98 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 67 - pág. 100 Arquivo gabinete Célio Melo da Costa
- Fig. 68 - pág. 102 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 69 - pág. 102 Adaptado de googlemaps
- Fig. 70 - pág. 104 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 71 - pág. 106 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 72 - pág. 106 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 73 - pág. 108 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 74 - pág. 108 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 75 - pág. 110 <http://www.fundacaorobinson.pt>
- Fig. 76 - pág. 110 <http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,21.aspx>
- Fig. 77 - pág. 112 <http://www.correiaragazzi.com/reconverao-espao-robinson>
- Fig. 78 - pág. 112 <http://www.pportodosmuseus.pt/wp-content/uploads/2013/06/robinson.gif>
- Fig. 79 - pág. 114 <http://www.buildingsremnants.com/wp-content/uploads/2012/06/0721.jpg>
- Fig. 80 - pág. 114 <http://www.buildingsremnants.com/wp-content/uploads/2012/06/170.jpg>
- Fig. 81 - pág. 116 <http://www.buildingsremnants.com/wp-content/uploads/2012/06/164.jpg>
- Fig. 82 - pág. 116 <http://www.buildingsremnants.com>
- Fig. 83 - pág. 118 Elaboração do autor
- Fig. 84 - pág. 120 (Moreira, 2013)
- Fig. 85 - pág. 120 (Moreira, 2013)
- Fig. 86 - pág. 122 <http://www.emscherkunst.de/typo3temp/pics/a7d6fcff15.jpg>
- Fig. 87 - pág. 124 http://de.wikipedia.org/wiki/Zeche_Zollverein
- Fig. 88 - pág. 124 fonte: <http://www.goruma.de/Staedte/O/Oberhausen/Sehenswuerdigkeiten.html>; <http://www.christojeanneclaude.net/projects/the-wall---13000-oil-barrels?view=slides#8>
- Fig. 89 - pág. 124 <http://co-tain.com/wp-content/gallery/zapt/2.jpg>; http://www.mech.hku.hk/sbe/case_study/case/ger/Duisburg/river3.jpg
- Fig. 90 - pág. 126 https://farm3.staticflickr.com/2645/3820709939_5dfeccca87_z.jpg
- Fig. 91 - pág. 126 http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b0/LaPaDu_Panorama_2010-10-03.jpg
- Fig. 92 - pág. 126 http://www.lebendige-stadt.de/web/htmlimages/2012/Referate/21_9-40_Kipar_Staedtisches_Gruen_als_Buehne_des_Lebens.pdf
- Fig. 93 - pág. 138 Arquivo pessoal
- Fig. 94 - pág. 138 Arquivo pessoal
- Fig. 95 - pág. 138 Arquivo pessoal

- Fig. 96 - pág. 142 Arquivo pessoal
Fig. 97 - pág. 142 Arquivo pessoal
Fig. 98 - pág. 146 (Soeiro, 1995: 265)
Fig. 99 - pág. 146 Arquivo pessoal
Fig. 100 - pág. 146 Arquivo pessoal
Fig. 101 - pág. 146 Arquivo pessoal
Fig. 102 - pág. 148 Arquivo pessoal
Fig. 103 - pág. 148 Verdegaia.pt
Fig. 104 - pág. 150 Arquivo pessoal
Fig. 105 - pág. 152 Elaboração do autor com base no googlemaps
Fig. 106 - pág. 154 Elaboração do autor
Fig. 107 - pág. 156 Arquivo pessoal
Fig. 108 - pág. 158 Arquivo pessoal
Fig. 109 - pág. 160 <http://www.mataderomadrid.org/ficha/1193/nave-de--musica.htmlpa>
Fig. 110 - pág. 160 <http://www.dezeen.com/2013/10/12/paizi-38-installation-by-remix-studio/>
Fig. 111 - pág. 160 https://farm7.staticflickr.com/6043/6324843895_9fb6b1057a.jpg
Fig. 112 - pág. 160 http://storage.spatiulconstruit.ro/storproc/gallery/h46/f4640/gallery_item/19505/palatul_szathmary_din_ungaria8_19505.jpg
Fig. 113 - pág. 160 Elaboração do autor
Fig. 114 - pág. 162 <http://www.mataderomadrid.org/ficha/1193/nave-de--musica.htmlpa>
Fig. 115 - pág. 162 <http://www.metalocus.es/content/en/blog/do-it-together-a-project-husos>
Fig. 116 - pág. 166 Elaboração do autor

Anexos.

I. Ortofotomapa Vila Nova de Gaia (zona das Devesas), 1988. É possível identificar os nomes de algumas das quintas existentes nesta área urbana. (Gaiurb)

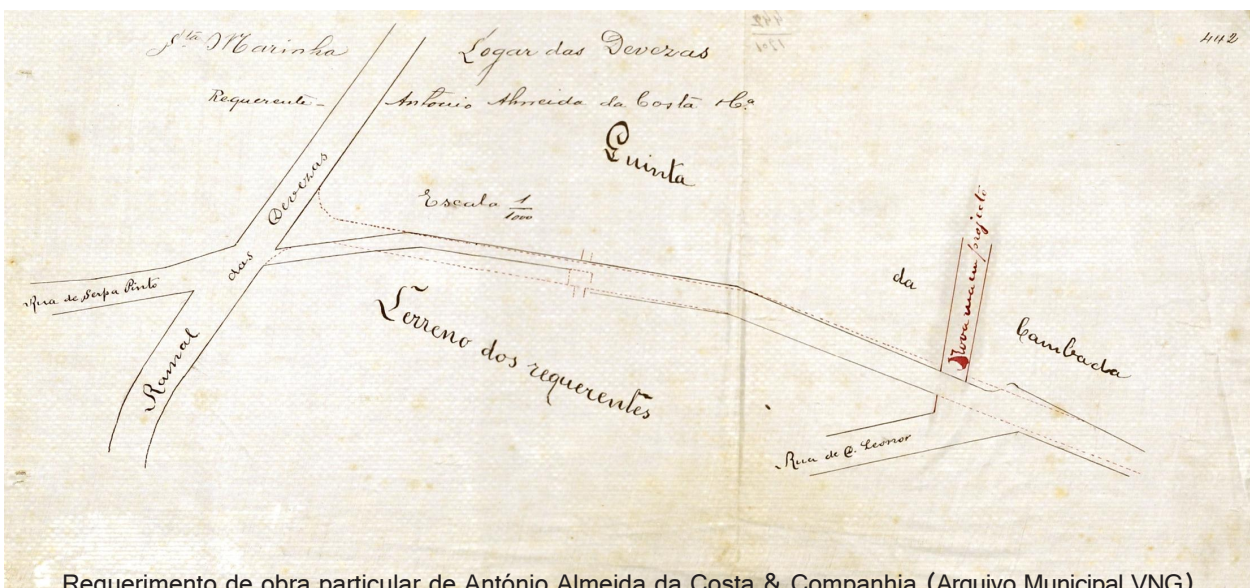




Processo de Obras Particulares em nome de António Almeida da Costa (Arquivo Municipal VNG - POP 1414)

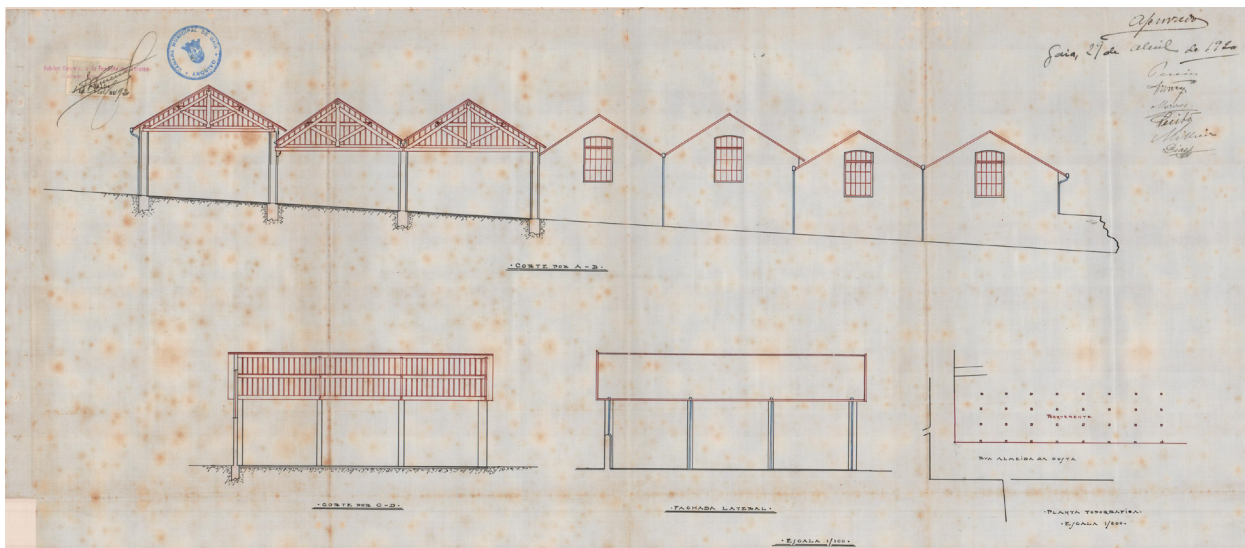


Requerimento de obra particular de António Almeida da Costa (Arquivo Municipal VNG)

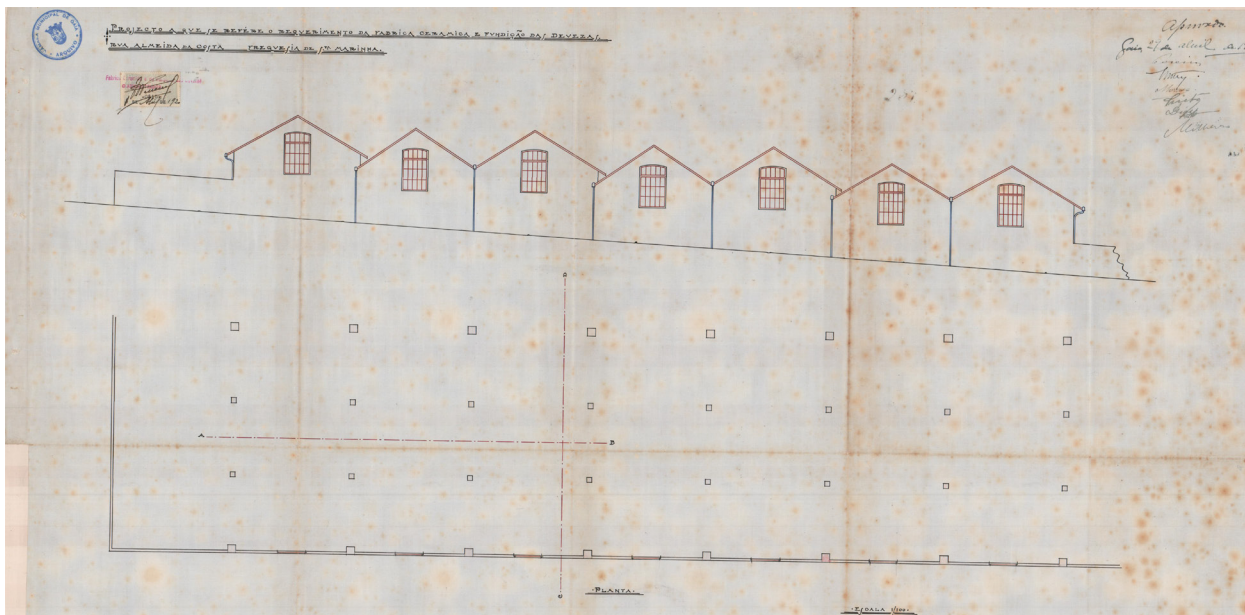


Requerimento de obra particular de António Almeida da Costa & Companhia (Arquivo Municipal VNG)

II. Pesquisa Arquivo Municipal VNGaia)



Processo de Obras Particulares em nome de Fábrica de Cerâmica e Fundição das Devesas (Arquivo Municipal VNG - POP 1725)



Processo de Obras Particulares em nome de Fábrica de Cerâmica e Fundição das Devesas (Arquivo Municipal VNG - POP 1725)



Requerimento de obra particular de José Correia Pacheco 1898 (Arquivo Municipal VNG)

III. Ficha de património arqueológico (Gaiurb)

FICHA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO



dispersão dos vestígios:

Do ponto de vista estritamente arqueológico, corresponde à área ocupada pela fábrica, nos quarteirões Norte e Sul. No plano arquitectónico e urbanístico, a área é naturalmente mais ampla.

espólio:

Supostamente numeroso, decorrente das intervenções arqueológicas efectuadas.

local de depósito do espólio:

trabalho realizado:

Escavação

conservação:

Indeterminado

uso do solo:

Urbano

ameaças:

Construção Civil

fontes:

SOEIRO et al. 1995; QUEIROZ, F.; PORTELA 2001; PORTELA 2003b; QUEIROZ, F. 2003b

observações:

As intervenções arqueológicas realizadas foram dirigidas, numa primeira fase, por Paula Mota Santos e Ulrike Busch-Gradin; na segunda fase por Carlos Alberto Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida.

código arqueologia: A083

designação:

Conjunto da Fábrica de Cerâmica das Devesas

tipologia:

Complexo Industrial

período histórico:

Época Contemporânea

freguesia:

Santa Marinha

lugar:

Devesas

coord. geográficas(datum 73):

-40615.8969,162296.3687,0

altitude (m):

75

carta 1/25 000:

122



código inventário arquitectura:

SM11

código nacional de sítio:

classificação / protecção:

Imóvel em vias de classificação. Despacho de 14 de Abril de 1999

categoria de protecção proposta:

Zona Arqueológica Classificada

situação e acessos:

O complexo fabril das Devesas e construções associadas estendem-se tanto a Norte da Rua do Conselheiro Veloso da Cruz (no ângulo com a Rua de Serpa Pinto) como a Sul (essencialmente junto às ruas de Alexandre Braga, de Mouzinho de Albuquerque e de Almeida Costa).

breve caracterização:

Fundada por António Almeida da Costa em 1865, a Fábrica das Devesas rapidamente alcançou lugar de destaque no sector, em muito graças à aposta na formação artística e na inovação tecnológica, empregando 700 operários em 1897. Estabelecida junto ao caminho-de-ferro, para melhor recepção de matéria-prima e escoamento dos produtos, em breve ocupava já dois quarteirões de um e outro lado da actual Rua Conselheiro Veloso da Cruz: de um lado estavam as instalações destinadas ao fabrico de cerâmica para a construção civil; do outro, as oficinas para o fabrico de louça de faiança comum. Para além dos aspectos fabris e empresariais, Almeida da Costa promoveu, já no século XX, um vasto programa de promoção social para os seus operários que envolveu a instituição de uma asilo, uma creche e bairros sociais, situados entre a fábrica e o palacete em que residia, localizado a uma cota superior. Para além da dimensão filantrópica, esta acção resultou na própria modelação urbanística e arquitectónica do lugar, marcado em diversas ruas pelo colorido do tijolo e do azulejo que naturalmente predominava naquelas construções. A partir da morte de Almeida da Costa, em 1915, a fábrica entrou em declínio e apesar de alguns esforços de recuperação ao longo do século XX, a produção começou a centrar-se cada vez mais na sucursal que havia sido estabelecida na Pampilhosa, destinada essencialmente ao fabrico de materiais de construção. A empresa, agora já como Companhia Cerâmica das Devesas, resistiria ainda até à década de 1990 (SOEIRO et al. 1995:263-71; QUEIROZ, F.; PORTELA 2001; PORTELA 2003b; QUEIROZ, F. 2003b). Desde 2002 o Quarteirão Sul da fábrica tem sido objecto de diversas intervenções arqueológicas, cujos resultados aguardam divulgação.

IV. Algumas perspetivas do interior da Fábrica (Costa, 2014: 107, 110-111)



V. Lei de bases Património Cultural (Lei nº 107/2001: 5808; 5809 e 5811)

5808

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

N.º 209 — 8 de Setembro de 2001

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 107/2001

de 8 de Setembro

Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

TÍTULO I

Dos princípios basilares

Artigo 1.º

Objecto

1 — A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2 — A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 — Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 — Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural rele-

vante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 — O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Artigo 3.º

Tarefa fundamental do Estado

1 — Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2 — O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 — O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º

Contratualização da administração do património cultural

1 — Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2 — Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação.

3 — Com as pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância e com as entidades incumbidas da respectiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de proprie-

dade do Estado e com afectação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé.

Artigo 5.º

Identities culturais

1 — No âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado Português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sito no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.

2 — O Estado Português contribui, ainda, para a preservação e salvaguarda do património cultural sito fora do espaço lusófono que constitua testemunho de especial importância de civilização e de cultura portuguesas.

3 — A política do património cultural visa, em termos específicos, a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia e do património cultural de valor universal excepcional, em particular quando se trate de bens culturais que integrem o património cultural português ou que com este apresentem conexões significativas.

Artigo 6.º

Outros princípios gerais

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de:

- a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação;
- b) Planeamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adaptadas resultam de uma prévia e adequada planificação e programação;
- c) Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo;
- d) Eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objectivos previstos e estabelecidos;
- e) Inspecção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural;
- f) Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;
- g) Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ónus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de protecção e valorização do património cultural;

- h) Responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos actos susceptíveis de afectar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural;
- i) Cooperação internacional, reconhecendo e dando efectividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional.

TÍTULO II

Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos

Artigo 7.º

Direito à fruição do património cultural

1 — Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.

2 — A fruição por terceiros de bens culturais, cujo suporte constitua objecto de propriedade privada ou outro direito real de gozo, depende de modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas.

3 — A fruição pública dos bens culturais deve ser harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes.

4 — O Estado respeita, também, como modo de fruição cultural o uso litúrgico, devocional, catequético e educativo dos bens culturais afectos a finalidades de utilização religiosa.

Artigo 8.º

Colaboração entre a Administração Pública e os particulares

As pessoas colectivas de direito público colaborarão com os detentores de bens culturais, por forma que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a actuação pública, à luz dos objectivos de protecção e valorização do património cultural, e beneficiem de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais.

Artigo 9.º

Garantias dos administrados

1 — Aos titulares de direitos e interesses legalmente protegidos sobre bens culturais, ou outros valores integrantes do património cultural, lesados por actos jurídicos ou materiais da Administração Pública ou de entidades em que esta delegar tarefas nos termos do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 26.º são reconhecidas as garantias gerais dos administrados, nomeadamente:

- a) O direito de promover a impugnação dos actos administrativos e das normas emitidas no desempenho da função administrativa;
- b) O direito de propor acções administrativas;
- c) O direito de desencadear meios processuais de natureza cautelar, incluindo os previstos na lei de processo civil quando os meios específicos do contencioso administrativo não puderem proporcionar uma tutela provisória adequada;
- d) O direito de apresentação de denúncia, queixa ou participação ao Ministério Público e de queixa ao Provedor de Justiça.

TÍTULO IV

Dos bens culturais e das formas de protecção

Artigo 14.º

Bens culturais

1 — Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

2 — Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.

Artigo 15.º

Categorias de bens

1 — Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.

2 — Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

3 — Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional».

4 — Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

5 — Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

6 — Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

7 — Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

8 — A existência das categorias e designações referidas neste artigo não prejudica a eventual relevância de outras, designadamente quando previstas no direito internacional.

Artigo 16.º

Formas de protecção dos bens culturais

1 — A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.

2 — Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:

- a) O registo patrimonial de classificação;
- b) O registo patrimonial de inventário.

3 — A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural.

Artigo 17.º

Critérios genéricos de apreciação

Para a classificação ou a inventariação, em qualquer uma das categorias referidas no artigo 15.º, serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respectivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Artigo 18.º

Classificação

1 — Entende-se por classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

2 — Os bens móveis pertencentes a particulares só podem ser classificados como de interesse nacional quando a sua degradação ou o seu extravio constituam perda irreparável para o património cultural.

3 — Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.

4 — Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários.

Artigo 19.º

Inventariação

1 — Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação.

2 — O inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada.

3 — O inventário inclui os bens classificados e os que, de acordo com os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º, mereçam ser inventariados.

4 — O inventário abrange duas partes: o inventário de bens públicos, referente aos bens de propriedade do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, e o inventário de bens de particulares, referente aos bens de propriedade de pessoas colectivas privadas e de pessoas singulares.

VI. Publicação: Diário da República, 2.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

Diário da República, 2.ª série — N.º 221 — 14 de novembro de 2014

28691

do bem, à sua conceção arquitetónica e urbanística, e à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

A zona especial de proteção do monumento agora classificado será fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Procedeu-se à audiência escrita dos interessados, nos termos gerais do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo e de acordo com o previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 115/2011, de 5 de dezembro, e 265/2012, de 28 de dezembro.

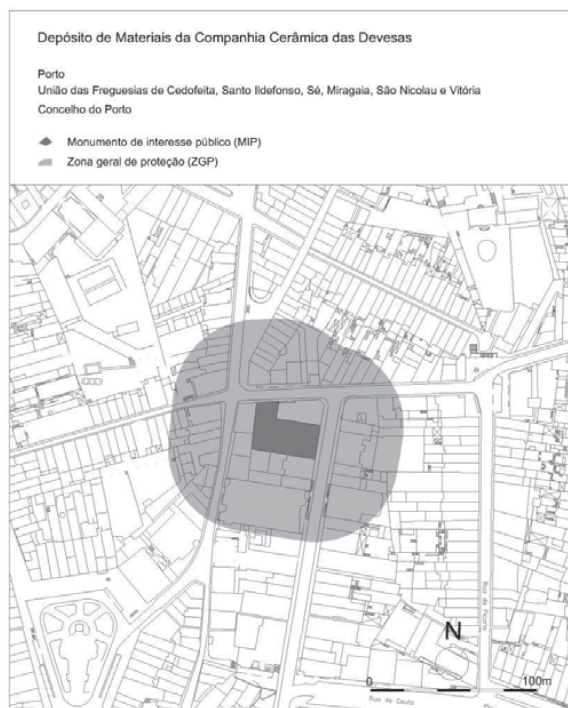
Foi promovida a audiência prévia da Câmara Municipal do Porto. Assim:

Nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 115/2011, de 5 de dezembro, e 265/2012, de 28 de dezembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo único**Classificação**

É classificado como monumento de interesse público o Depósito de Materiais da Companhia Cerâmica das Devesas, na Rua José Falcão, 199, Porto, União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, concelho e distrito do Porto, conforme planta constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

5 de novembro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO

208218077

Secretaria-Geral**Aviso n.º 12738/2014**

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril foi concedida a Dâmaso António Pinto de Barros licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Aviso que foi autorizada por despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, datado de 23 de abril de 2014, a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 23 de abril de 2014, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril.

28 de outubro de 2014. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

208217015

Direção-Geral do Património Cultural**Anúncio n.º 266/2014**

1 — Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, faço público que, por meu despacho de 5 de novembro de 2014, foi determinada a abertura do procedimento de classificação dos seguintes bens móveis da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva que, nos termos dos respetivos Estatutos, lhe foram afetos pelo seu fundador:

a) O mobiliário português pertencente às suas coleções ou adquirido para figurar no Museu de Artes Decorativas Portuguesas e descrito no inventário;

b) As obras de arte plásticas e decorativas, de artistas nacionais ou estrangeiros que trataram de assuntos portugueses, na posse e propriedade do fundador, como quadros, gravuras, encadernações, pratos, peças de joalheria, tapetes, tecidos, bordados, trabalhos de barro, vidro e ferro, descritas no inventário;

c) Os livros, publicações e documentos destinados à biblioteca e constantes de inventário.

2 — Os referidos bens móveis estão em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ficando a constar do inventário, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do mesmo diploma.

3 — Os bens móveis em vias de classificação ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 57.º e 59.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

6 de novembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Nuno Vassalo e Silva*.
208216805

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro****Despacho n.º 13838/2014**

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 de fevereiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2014, de 9 de julho, e sob proposta do Diretor da Unidade Técnica de Acompanhamento e de Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), designo o licenciado Paulo Jorge da Costa Almeida Toste para exercer funções de consultor de primeiro nível da UTAM, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

2. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 de fevereiro, na redação que lhe é dada pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2014, de 9 de julho, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de novembro de 2014.

3. Publique-se.

3 de novembro de 2014. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*.

Nota Curricular

Nome — Paulo Jorge da Costa Almeida Toste
Data de Nascimento — 17 de novembro de 1960

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica – Energia e Computadores pelo Instituto Superior Técnico, 1983
Frequência do MBA da Universidade Nova de Lisboa, 1993



PROGRAMA

Quinta-feira, 22 de Maio

9.00h – 9.30h: Recepção dos participantes

10h00 – 11h00 | **Auditório Carvalho Guerra**

Sessão de Abertura

Presidente do Centro Regional do Porto – Universidade Católica Portuguesa Prof. Doutor Manuel Vaz

Directora da Escola das Artes- Universidade Católica Portuguesa - Prof^a Doutora Laura Castro

Presidente da Associação Portuguesa para o Património Industrial, Prof. Doutor José M. Lopes Cordeiro

Conferência inaugural do Prof. Doutor Xoán Carmona Badía, Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela e membro da Junta Directiva do TICCIH-Espanha, ***A História Económica e o Património Industrial***

11h00 – 11h15: Pausa para café

11h15 – 12h45 | **Auditório Carvalho Guerra**

Estudo, salvaguarda e divulgação do património industrial

Paulo Oliveira Ramos (Universidade Aberta, Lisboa), ***A expressão 'arqueologia industrial': um tema para uma viagem no espaço e no tempo***

Diego Lois, Eduarda Vieira e Carmen Lorenzo (Escuela de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Galicia e Universidade Católica Portuguesa / CITAR), ***Propuesta de intervención del tranvía nº 177 del Museu do Carro Eléctrico de Porto: conservación vs restitución/reconstrucción***

Mafalda Sofia Paiva (Investigadora independente), ***A ilustração científica como forma de divulgação do património industrial. A Fábrica Mundet – Do montado ao produto transformado, uma história visual***

Fernanda Alves de Brito Bueno e Luiz Fernando Loureiro Ribeiro (Escola de Minas/Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil), ***Estruturas metálicas do património edificado no início do período de industrialização em Minas Gerais***

Mónica Alcindor Huelva, Francisco Fumega Piñeiro, e Diana Seoane Varela (Escola Superior Gallaecia, V. N. Cerveira), ***La pérdida irremplazable del patrimonio industrial fabril de A Coruña***

VII. Congresso Internacional sobre o Património Industrial (Católica Porto) - comprova a pertinência e atualidade do tema

12h30 – 12h45: Debate

13h00 – 14h30: Almoço livre

14h30 – 16h45 | **Auditório Carvalho Guerra**

Estudo, salvaguarda e divulgação do património industrial

André Chaves e Teresa Ferreira (Faculdade de Arquitectura do Porto), ***Interferências patrimoniais no Vale do Ave: do rural ao industrial***

Francisco Queiroz (CEPESE, Porto), ***Os mostruários da Fábrica de Cerâmica das Devesas***

Guilherme Pinheiro Pozzer (Doutorando, USP e Univ. Minho), ***A dimensão simbólica do património industrial: o caso das estações ferroviárias brasileiras***

Jeferson Dutra Salaberry, Mariana de Araújo Isquierdo, Andréa Lacerda Bachetinni, Francine Morales Tavares Ribeiro, e Cláudio Calovi Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Pelotas, Brasil), ***Estudo e identificação de categorias arquitectónicas: as fábricas da cidade de Pelotas-RS (1911-1922)***

Mariana Silva, Joaquim Teixeira, e Luís Mariz (Faculdade de Arquitectura do Porto e Universidade de Aveiro), ***Contributo para a salvaguarda e valorização do património industrial em Portugal***

Mário Bruno Pastor (Investigador independente), ***Produção monetária portuense entre os séculos XIV e XVIII – técnicas e organização do trabalho***

M. Elena Castore (Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal da Baía, Brasil), ***As antigas fábricas têxteis soteropolitanas. Um património industrial "invisível"***

Paulo Miguel Martins (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa), ***Um documentário industrial do grupo CUF como retrato social e económico de uma empresa e de uma região***

16h30 – 16h45: Debate

16h45 – 17h00: Pausa para café

17h00 – 19h30 | **Auditório Carvalho Guerra**

Estudo, salvaguarda e divulgação do património industrial

José Ferrão Afonso (Escola das Artes da UCP/CRP), ***Dos moinhos do Uíma à Fábrica de Fiação de Crestuma: contributo para a história de uma importante unidade industrial (séculos XVI-XIX)***

Liliana Pereira (Gabinete de Arqueologia Municipal de Vila do Conde), ***A importância do industrial Delfim Pereira em Vila do Conde***

Raquel Santos e Jorge Ricardo Pinto (Culture, Heritage and Identity in Porto, IS CET), ***Crestuma, um destino de Património Industrial***

Albano Viseu, Eduardo Beira, e J. M. Lopes Cordeiro (Foz Tua – Memory of the Tua Railways and Valley Interdisciplinary Project), ***A "Fábrica Velha" da Clemente Menéres & C^a, em Quadraçal, Romeu: uma cápsula no tempo***

Conservação e reutilização do património industrial

Miguel Ângelo Silva (Universidade Lusíada de Lisboa / CITAD), ***As ruínas industriais no limbo entre a vida e a morte***

José Afonso (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto), ***Produtos Estrela – uma***

VIII. Conversa com Inês Moreira sobre o Projeto Edifícios e Vestígios, a 20 Agosto de 2014

Boa tarde Arq. Inês,

Queria agradecer novamente a disponibilidade para a conversa de quarta-feira.

Estive a rever tudo o que tinha escrito e houve algumas frases iniciadas que se perderam, como é costume acontecer neste tipo de conversas livres.

Havia ainda umas questões que gostava de colocar, mas aguardo até haver disponibilidade por parte da Inês para responder.

Fui colocando aqui as questões e as respostas que elaborei tendo em conta a nossa conversa e aquilo que fui lendo sobre os projetos.

Mariana Silva: Não cheguei a perceber como é feita a seleção das obras/artistas que participam nas exposições.

Inês Moreira: A seleção tem duas possibilidades: nalguns caso são trabalhos existentes ou convites a pessoas com trabalho em linha direta com o “tema” do projeto, noutros casos - correndo maior risco - são feitos convites a pessoas cujo trabalho demonstra um potencial de expandir o campo em que estou a trabalhar - como nos convites a outras áreas, arqueologia, história, engenharia, etc.

Mariana Silva: Para a análise dos casos selecionados, desenvolvi uma lista de critérios procurando obter um tipo de informação mais uniformizada, permitindo estabelecer comparações ou evidenciar diferenças entre cada projeto.

Escala – variável, uma vez que utilizam diferentes edifícios e espaços;

Inserção urbana - variável consoante o espaço em questão;

Inês Moreira: Sim, usualmente a maior dimensão ocorre em zonas industriais ou suburbanas.

Mariana Silva: Tipo de intervenção - como se explica o tipo de intervenção utilizado nos projetos da arquiteta?

Penso que são também variáveis, dado que os primeiros projetos trabalhavam mais com as materialidades dentro do espaço, procurando captar o público pela sua espetacularidade. Muito diferente é o caso posterior da Reitoria da Universidade do Porto, uma vez que procura uma intervenção mais alternativa/crítica porque em vez de trabalhar com o óbvio, teatralizar o incêndio, explora e apresenta tipos de intervenções diferentes em edifícios que sofreram igualmente este tipo de incidente.

Inês Moreira: Correto

Mariana Silva: Ao tentar responder aos critérios pré- estabelecidos para a análise dos casos confrontei-me com a resposta inevitável da variabilidade, dado que o projeto trabalha com espaços e tudo se altera com um espaço diferente.

Este aspeto acentua a dificuldade com que me estou a deparar na escolha de um exemplo que explique o trabalho da Inês. Não sei se será melhor optar por uma espécie de síntese de cada edifício onde trabalharam, selecionando alguns exemplos de trabalhos expostos na Fábrica ASA ou se faça uma espécie de síntese do percurso de desenvolvimento do trabalho da Inês, que foi uma parte da conversa que me interessou muito. (o trabalho “espetacular” na Fimai - o livro, resultado do processo de investigação aliado à exposição na Fábrica ASA - o “salto”: edifício que sofreu um incêndio - e os novos projetos com outro tipo de estratégia)

Inês Moreira: Gosto da ideia do percurso.

IX. Notícia recente sobre a urgência de uma intervenção para a Fábrica das Devesas, (disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/49786/>)

19/02/2015

Gaia pede intervenção urgente na Cerâmica das Devesas em risco de ruína



Gaia pede intervenção urgente na Cerâmica das Devesas em risco de ruína

21-01-2015 18:38 | Norte

Fonte: Agência Lusa

Vila Nova de Gaia, 21 jan (Lusa) -- A Câmara de Gaia instou o secretário de Estado da Cultura a pronunciar-se com "urgência" sobre as medidas para salvar a Fábrica da Cerâmica das Devesas em risco de ruína e a aguardar classificação desde 1991.

Na missiva enviada terça-feira para Jorge Barreto Xavier, e a que hoje a Lusa teve acesso, o autarca Eduardo Vítor Rodrigues pede que o governante se pronuncie "com urgência sobre as medidas que devem ser adotadas no conjunto de edifícios da Antiga Cerâmica das Devesas, nomeadamente aquelas que se revelem necessárias a garantir a sua segurança e estabilidade".

O presidente da câmara solicita ainda que "sejam dadas orientações no sentido da classificação definitiva deste elemento patrimonial da maior relevância para Vila Nova de Gaia e para a indústria cerâmica portuguesa".

Cofundada em meados da década de 1860 por José Teixeira Lopes, a Fábrica de Cerâmica das Devesas terá sido uma das mais importantes do país, dominando no início do século XX a produção de azulejos, estátuas e ornamentação cerâmica, artefactos em ferro fundido, cantarias de mármore, entre outros produtos.

A história da classificação do imóvel remonta a 1985/86, tendo obtido despacho de abertura pelo então IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) em 15 de janeiro de 1991, que caducou em 29 de maio de 2013 e levou à abertura de um novo procedimento de classificação.

Vinte anos volvidos desde que a própria fábrica cessou funções, do interior do edifício (que ocupa um quarteirão mesmo junto à estação de comboios das Devesas) já pouco resta, depois de sucessivas pilhagens e vandalismo às peças, moldes, telhas e azulejos que ainda lá se encontravam.

Na carta a Barreto Xavier, Vítor Rodrigues destaca mesmo que o "estado de degradação do imóvel se tem vindo a acentuar de forma rápida e grave" e que "se continua a verificar a ocorrência de furto de materiais, designadamente vigas de ferro que integram a estrutura do imóvel".

O autarca socialista pede ainda à Direção Geral da Cultura que "determine urgentemente as medidas indispensáveis" a fim de "evitar a destruição total do edifício" e assinala que o município não pode "aceitar o ónus que possa advir do eventual

19/02/2015

Gaia pede intervenção urgente na Cerâmica das Devesas em risco de ruína

desmoronamento do edifício".

"Recentemente sucedeu o desabamento parcial de uma parede com cerca de 36 metros de comprimento e apurou-se que a cobertura voltada à rua Conselheiro Veloso da Cruz se encontra em risco de desabamento e que, em caso de colapso, potenciará a ruína da parede da fachada", destaca.

Ao longo dos últimos anos a autarquia foi instando a proprietária do imóvel a realizar trabalhos de conservação e demolição mas "a adoção de quaisquer procedimentos de carácter definitivo" por parte da câmara "depende da pronúncia" da Direção Regional da Cultura "já que se encontra em curso um procedimento de classificação do imóvel identificado".

Em outubro de 2012 a Direção Geral do Património Cultural fez publicar em Diário da República o anúncio de uma proposta ao secretário de Estado da Cultura para a classificação da Fábrica de Cerâmica das Devesas como monumento de interesse público.

Durante a campanha eleitoral, Vítor Rodrigues propôs a "criação de um núcleo museológico aberto, ligado à cerâmica, fundindo a cerâmica de Valadares e a das Devesas e todo o seu espólio ligado à escultura".

LIL // MSP

Lusa/Fim



© 2015 Porto Canal.
Todos os direitos reservados.

últimas
norte
política
economia
mundo
país
desporto

programas
vídeos
guia tv
fc porto
infografias
repórter de rua

sobre o Porto Canal
contactos

